



ABDE

2030

Plano de Desenvolvimento Sustentável



A força do coletivo no financiamento ao desenvolvimento sustentável

O Sistema Nacional de Fomento (SNF) é o conjunto das instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) brasileiras, cuja missão consiste na promoção do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), por meio do financiamento de longo prazo e do apoio a setores estratégicos. É composto por atores públicos e cooperativos, controlados por distintos entes federativos, presentes em todas as regiões do país e dotados de ampla capilaridade para operar de maneira coordenada e abrangente políticas públicas formuladas nos mais variados níveis.

Integram o SNF os bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por Unidades da Federação, agências de fomento, bancos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento, bancos cooperativos, além da Finep e do Sebrae. A diversidade institucional que caracteriza o Sistema Nacional de Fomento potencializa sua atuação, viabilizando o atendimento às necessidades de diversos setores e segmentos: micro e pequenas empresas (MPEs); municípios; setor rural e agroindustrial; tecnologia e inovação; estruturação de projetos; saneamento básico, entre muitos outros.

Sua forte presença regional e o conhecimento aprofundado acerca das localidades em que atua faz do SNF um instrumento relevante para a construção de políticas públicas que tenham como objetivo alcançar, de modo particularizado, todos os pontos do território nacional. Por meio do SNF, é possível operacionalizar políticas que integrem a visão dos estados e da União, de modo a que contribuam para a redução das disparidades regionais.

Por essas especificidades, o Sistema Nacional de Fomento é reconhecidamente o motor do desenvolvimento. Neste sentido, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), entidade que representa esse Sistema, vem apresentar o **Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável** como contribuição para fomentar o debate sobre o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador no Brasil, amparado nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais representam o compromisso assumido pelos países-membro das Nações Unidas no documento “*Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, em 2015.

O Sistema Nacional de Fomento se posiciona como aliado essencial no financiamento e na mobilização dos recursos necessários para viabilizar o atingimento dos ODS no país. Atualmente, as instituições financeiras de desenvolvimento, participantes do SNF, já perseguem esse objetivo na sua forma de atuação. Mas sabemos que é necessário fazer muito mais. Portanto, o **Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável** vem aprofundar o debate e apresentar missões estratégicas para que o país possa atingir as metas dos ODS. Destaca-se o relevante papel do SNF e o seu fortalecimento como motor dos investimentos necessários para que as missões propostas sejam alcançadas, bem como outras agendas essenciais para o país.

A ABDE está aberta ao diálogo e convoca todos os demais setores para assumir, conjuntamente, esse desafio, que requer recursos e esforços compatíveis com a magnitude de suas dimensões. De fato, precisamos de um Sistema Nacional de Fomento cada vez mais forte e estratégico, capaz de induzir políticas públicas que impulsionem um Brasil mais sustentável, inclusivo e igualitário.



Jeanette Halmenschlager Loutra

Presidente da ABDE e
da Agência de Fomento do Rio Grande do Sul

O Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável é uma contribuição da ABDE para o debate sobre os caminhos para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Por meio de um diagnóstico detalhado e a proposição de medidas concretas, o plano pretende mostrar como o Sistema Nacional de Fomento (SNF) pode contribuir de forma relevante para o atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, compromisso assumido pelas Nações Unidas em 2015, assim como as metas do Acordo de Paris sobre a mudança global do Clima.

Em seu conjunto, ambas as agendas se constituem missões pactuadas globalmente e orientam a implementação de um padrão de desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. Pela sua importância da sua economia, a grandeza de sua biodiversidade e posição geopolítica, o Brasil pode liderar as transformações propostas por essas agendas. E nesse sentido, o SNF tem condições de ser o ator estratégico para impulsionar os investimentos necessários para o cumprimento dessas missões, desde o financiamento até a estruturação dos projetos.

O documento foi pensado e debatido com os atores do SNF e um amplo conjunto de especialistas de diversas áreas, garantindo uma construção tecnicamente robusta e abrangente do Plano ABDE 2030. Dessa maneira, o presente trabalho é uma construção coletiva e inclusiva, com o intuito de oferecer para a sociedade alternativas viáveis para estruturação de ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável do nosso país.



Sérgio Gusmão Suchodolski

Coordenador do Plano ABDE 2030
e Presidente da Desenvolve SP

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), representando o Sistema Nacional de Fomento, tem papel central de contribuir com a agenda de desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador. O Plano ABDE 2030 é mais uma das ações que a ABDE realiza com o intuito de impulsionar o fomento para o atingimento dos 17 ODS no Brasil. A ABDE tem se tornado referência para o financiamento aos ODS com uma série de capacitações no âmbito do Sistema, com estudos sobre o tema e nas interações com Governo Federal e Congresso para fortalecimento da agenda de fomento à sustentabilidade no Brasil. Os associados, a equipe ABDE e os consultores buscam nesse documento inspirar iniciativas para a construção de um futuro sustentável.



José Luis Gordon

Secretário-executivo da ABDE

O ano de 2015 foi um marco para os acordos multilaterais. A Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e o Acordo de Paris sobre o clima indicam o caminho para um futuro mais próspero, equitativo e sustentável. A Agenda de Ação de Adis Abeba fornece uma estrutura global para implementar a Agenda 2030, por meio do alinhamento entre os fluxos de financiamento e as políticas econômicas, sociais e ambientais.

Com as dificuldades enfrentadas desde 2015, como a pandemia de COVID-19, devemos redobrar esforços e ampliar a ambição da implementação dos ODS e do Acordo de Paris. É crucial mobilizar investimentos públicos e privados significativos para que os objetivos comuns refletidos nesses instrumentos sejam uma realidade para todas as pessoas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem uma longa história de apoio aos Estados-Membros no financiamento para o desenvolvimento. Para fortalecer essa atuação, o Secretário-Geral divulgou sua Estratégia para Financiar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2018. Projetada para transformar o sistema financeiro do nível global ao local, a estratégia aborda as barreiras à canalização de financiamento para o desenvolvimento sustentável e as oportunidades para ampliar investimentos nos ODS.

Um dos objetivos é reforçar estratégias de financiamento sustentável e investimentos em âmbito regional e nacional. O Sistema ONU no Brasil encontrou na Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE uma parceira que reconhece a importância estratégica de um sistema financeiro realmente alinhado aos objetivos nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável, que estabeleça as bases e instrumentos necessários para a consecução da Agenda 2030 no país. Desde 2020, um número crescente de agências, fundos e programas da ONU no Brasil tem contribuído com a ABDE para o avanço do financiamento para o desenvolvimento sustentável.

É, portanto, com alegria que a ONU acompanha o lançamento do Plano ABDE 2030, que usa a abordagem de “políticas orientadas a responder grandes desafios” para guiar o Sistema Financeiro Nacional na construção de uma estratégia robusta para o desenvolvimento transformador. O Plano identifica e articula problemas socioeconômicos e ambientais concretos para mudar os padrões de produção, distribuição e consumo, em prol da geração de valor, inclusão e sustentabilidade. Esperamos que este Plano seja bem acolhido por todos os setores e instituições financeiras, para que o financiamento sustentável torne-se realidade e possa desempenhar seu papel essencial na transição para um ambiente econômico justo, de baixo carbono e inclusivo.



Silvia Rucks del Bo

Coordenadora Residente
da ONU no Brasil

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO

Assembleia Geral

Presidente: Gustavo Montezano

Diretoria

Presidente: Jeanette Halmenschlager Lontra

1º vice-presidente: Valdecir Tose

2º vice-presidente: Cledir Magri

Diretores

André Luz de Godoy

Bruno Laskowsky

Heraldo Alves das Neves

Jair de Oliveira Marques

Munir Abud de Oliveira

Paulo Augusto Ferreira Bouças

Paulo de Oliveira Costa

ABDE Equipe

Secretário-Executivo

José Luis Gordon

Gerentes

Bruna Araújo

Cristiane Viturino

Leandro Rodrigues

Thais Sena Schettino

Equipe

Adriana Renovato

Amanda Bior dos Santos

Camila Matheus

Cristiane Cimas

Jader Moraes

Kesia Braga

Letícia Lima

Mariana Ramos Oliveira

ASSOCIADOS

Bancos públicos federais

BANCO DA AMAZÔNIA | Banco da Amazônia S.A.
BB | Banco do Brasil S.A.
BNB | Banco do Nordeste S.A.
BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Bancos de desenvolvimento controlados por estados da federação

BANDES | Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BDMG | Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BRDE | Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Bancos cooperativos

SICOOB | Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil S. A.
BANCO SICREDI | Banco Cooperativo Sicredi S.A.
CRESOL | Cresol Confederação

Bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento

BANESE | Banco do Estado de Sergipe S. A.
BANESTES | Banco do Estado do Espírito Santos S. A.
BANPARÁ | Banco do Estado do Pará S.A.
BRB | Banco de Brasília

Agências estaduais de fomento

AFAP | Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
AFEAM | Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
Agência de Fomento do Estado de Tocantins
AGE | Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
AGERIO | Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro
AGN | Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC | Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESUL | Agência de Fomento do Rio Grande do Sul
DESENBAHIA | Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

DESENVOLVE | Agência de Fomento do Estado de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT | Agência de Fomento do Estado de MatoGrosso S.A.
DESENVOLVE RR | Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP | Agência de Desenvolvimento Paulista
FOMENTO PARANÁ | Agência de Fomento do Paraná S.A.
GOIÁS FOMENTO | Agência de Fomento de Goiás S.A.
PIAUI FOMENTO | Agência de Fomento e Desenvolvimento
do Estado do Piauí S.A.

FINEP | Inovação e Pesquisa

SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

CONSULTORES DO PLANO ABDE 2030

Coordenadora técnica: Karin Costa Vazquez

Luma Ramos
Lavinia Barros de Castro
Cristina Froes de Borja Reis
João Prates Romero
Fernanda Cimini Salles
Fabrício Silveira
Samara Cristina Vieceli Piacenti
Guilherme Gonçalves Dias
Julia Mello de Queiroz
Marcio Alvarenga Junior
Camila Rizzini Freitas
Leonardo Barcellos de Bakker
Liziane Silva
Natália Gradin
Martha Silva
Ivan Aires

Apoio:





ABDE

2030

Plano de Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO-EXECUTIVO



Introdução

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um relevante marco conceitual para a orientação de políticas públicas em âmbito global, representando o compromisso assumido pelos países-membro das Nações Unidas no documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030* para o Desenvolvimento Sustentável, em 2015. A Agenda 2030 compreende 17 ODS e 169 metas, cobrindo temas urgentes para o desenvolvimento sustentável. Nesse mesmo ano, foi criada a Agenda de Ação de Adis Abeba, que fornece as bases de implementação da transição sustentável global e reforça a importância do financiamento para o alcance dos ODS.

A Agenda de Ação de Adis Abeba recomenda que todos os países mantenham “estratégias de desenvolvimento sustentável coesas, nacionalmente apropriadas e apoiadas por Estruturas Nacionais de Financiamento Integradas (ENFI)”¹. Em consonância com essa recomendação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem apoiado o desenvolvimento de ENFIs em mais de 50 países, estimulando o alinhamento com planos de recuperação socioeconômica em resposta à pandemia da covid-19.

No Brasil, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) representa os membros do Sistema Nacional de Fomento (SNF). O SNF inclui bancos públicos federais², bancos públicos comerciais com carteiras de desenvolvimento³, bancos de desenvolvimento controlados por Unidades da Federação⁴, agências de fomento⁵, bancos cooperativos⁶, além da Finep e do Sebrae. O potencial de atuação do

¹ A ENFI é uma ferramenta para ajudar os países a fortalecer os processos de planejamento e superar os impedimentos ao financiamento do desenvolvimento sustentável e dos ODS em nível nacional. Ela estabelece toda a gama de fontes de financiamento – fontes nacionais e internacionais de financiamento público e privado – e permite que os países desenvolvam uma estratégia para aumentar investimentos, gerenciar riscos e alcançar prioridades de desenvolvimento sustentável, conforme identificado na sua estratégia nacional de desenvolvimento. Para mais detalhes, ver: <https://inff.org/about>.

² Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA).

³ Banco de Brasília (BRB), Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), Banco do Estado de Sergipe (Banese), Banco do Estado do Pará (Banpará), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

⁴ Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

⁵ Agência de Fomento do Amapá (Afap), Agência de Fomento do Estado do Tocantins (Fomento TO), Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (AGE), Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN-RN), Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve), Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso (Desenvolve MT), Agência de Fomento do Estado de Roraima (Desenvolve RR), Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí (Piauí Fomento), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio), Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento), Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP), Agência de Fomento do Paraná (Fomento PR), Badesul Desenvolvimento (Badesul), Agência de Fomento de Santa Catarina (Badesc).

⁶ Banco Sicoob, Sicredi e Cresol.

SNF o posiciona como aliado de primeira ordem no financiamento e na mobilização dos recursos necessários para viabilizar projetos de desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador nos mais diversos setores e segmentos da economia brasileira.

Para realizar todo o seu potencial, as instituições do SNF poderiam desenvolver uma estratégia de financiamento para o cumprimento dos ODS. O Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável representa o primeiro passo dessa caminhada. Trata-se de um documento de propostas que visa potencializar a colaboração do SNF no alcance dos ODS e das metas da Agenda 2030. O Plano está dividido em duas partes:

- Parte I - O SNF na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: breve análise sobre o cumprimento dos ODS no Brasil e mapeamento da atuação do SNF nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional da Agenda 2030⁷; e
- Parte II: Como o SNF pode acelerar e dar escala à implementação dos ODS no Brasil: definição de missões estratégicas visando orientar o desenho de políticas de fomento para o cumprimento dos ODS e recomendações de políticas e iniciativas de fortalecimento do SNF e de sua atuação para o cumprimento da Agenda 2030 e das missões propostas.

Parte I: O SNF na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável

O SNF tem papel decisivo para desencadear uma dinâmica virtuosa nas dimensões social, econômica, ambiental e institucional da Agenda 2030 e já possui exemplos significativos de atuação com os ODS, dos quais muitos podem ser reforçados, ajustados e/ou replicados para potencializar o papel do SNF nessa agenda. Uma análise preliminar de 20 IFDs⁸ revela que dez delas citam explicitamente os ODS ou alinham o seu planejamento estratégico com os objetivos da Agenda 2030. O ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) se destaca como o mais mencionado diretamente nos documentos analisados.

⁷ Esse agrupamento tem como função apenas facilitar um diagnóstico preliminar sobre o que o SNF tem feito para o cumprimento da agenda. Não é objetivo da análise apresentar um mapeamento exaustivo, tampouco perder de vista a indivisibilidade e integralidade dos 17 ODS.

⁸ BDMG, Finep, Desenbahia, Badesc, Sicredi, Fomento PR, Afeam, Age Rio, AGN, Desenvolve MT, Goiás Fomento, Bandes, Desenvolve SP, Cresol, Badesul, Banco do Brasil, BNDES, BASA, BRDE e BNB.

- De forma complementar, a partir de estudo conduzido pela ABDE e pelo PNUD, foi possível verificar quais ODS foram mais fomentados pelo SNF⁹. Os dados representam o percentual de recursos disponibilizados para cada ODS do total alocado pelo SNF para o conjunto dos ODS nos anos de 2020 e 2021 (1º semestre). Os resultados da análise mostram que os ODS com maior participação no fomento do SNF são os ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) com 24,3% (2020) e 22% (2021); e o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura) com 23,7% (2020) e 24% (2021). Eles são o grande destaque da contribuição do SNF, evidenciando o papel do sistema no apoio às pequenas empresas, ao setor produtivo e inovativo e no investimento em infraestrutura.
- Cabe destacar também a participação de outros ODS nos resultados para os anos de 2020 e 2021, respectivamente. São eles: ODS 7 (energia limpa e acessível) com 10,7% e 14%; ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) com 8,7% e 9,3%; e ODS 10 (redução das desigualdades) com 8,1% e 9,3%, o que reforça o potencial de contribuição do SNF para um desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e inovativo.
- Grande parte das instituições do SNF se encontra em estágios iniciais de internalização da Agenda 2030. Dado o perfil de alocação de seus recursos, percebe-se que há um espaço para ampliar o conhecimento sobre efeitos negativos entre os ODS (efeito “transbordamento”) e o risco de agendas transversais (como questões de diversidade, desigualdade, gênero, raça, trabalho de qualidade, entre outras) serem ignoradas no financiamento de outros temas. Algumas recomendações importantes para aumentar a conscientização das IFDs sobre a Agenda 2030 incluem:
 - capacitação do corpo técnico em torno de taxonomias;
 - fortalecimento das capacidades de monitoramento e avaliação;
 - conhecimento de experiências internacionais para o cumprimento dos ODS;
 - elaboração de diagnósticos dos territórios para que as IFDs identifiquem melhor os gargalos e as prioridades de desenvolvimento de onde elas atuam.

⁹ Cabe destacar que esses dados se referem a uma amostra de 17 instituições do SNF. A análise é fruto de um primeiro esforço para quantificar a atuação do SNF nos ODS. A metodologia utilizada segue sujeita a aperfeiçoamento, tendo em vista que o estudo está em fase final de elaboração. Foram utilizados dados primários e secundários das IFDs referentes ao ano de 2020 e ao 1º semestre de 2021 para a classificação de suas carteiras nos ODS. As IFDs analisadas foram Afeam, AgeRio, AGN, Badesc, Desenvolve MT, Fomento PR, Sicredi, Desenhahia, Bandes, Finep, Desenvolve SP, Goiás Fomento, Cresol, Badesul, BDMG, BNB e BNDES.

Parte II: Como o SNF pode acelerar e dar escala à implementação dos ODS no Brasil

- O Plano ABDE 2030 usa a abordagem de políticas orientadas por missões¹⁰ para guiar o SNF na construção de uma estratégia capaz de potencializar o seu papel no fomento ao desenvolvimento sustentável. A proposição de missões busca engajar os atores do SNF no enfrentamento de grandes desafios que podem transformar os padrões de produção, distribuição e consumo em vários setores e grupos sociais em prol da geração de valor, inclusão e sustentabilidade. O objetivo da missão aponta para o nível estratégico da intervenção, entendido como o objetivo de desenvolvimento transformador. Por sua vez, os projetos potenciais representam o nível tático, ou seja, os diferentes caminhos possíveis para se alcançar o objetivo da missão, enquanto as propostas representam a forma como os projetos podem ser levados adiante.
- As cinco missões com potencial transformador, em termos de contribuição para o desenvolvimento sustentável no Brasil, são:
 1. **Futuro digital, inteligente e inclusivo:** essa missão é fundamental para elevar o valor agregado na economia e para geração de empregos decentes (ODS 8) em bases inclusivas. A contribuição do SNF está ligada ao seu papel central no fomento à digitalização de MPMEs – que contribui para a geração de empregos (ODS 8) –; no financiamento à infraestrutura digital e no investimento em inovação (ODS 9); no apoio às cidades inteligentes (ODS11) e ao agronegócio; bem como no fomento à igualdade de oportunidades (ODS 5 e 10). Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:
 - a. acesso às tecnologias da informação para digitalização 5G na cidade e no campo;
 - b. ampliação de oportunidades digitais para negócios e pesquisas liderados por mulheres;
 - c. preparação de pequenas e médias empresas (PMEs) e trabalhadores(as) para cadeias produtivas digitalizadas (*Smart Networks*)

¹⁰ MAZZUCATO, M. Mission-oriented Innovation Policy: Challenges and Opportunities. *Industrial and Corporate Change*, v. 27, n. 5, p. 803-815, 2018. Disponível em: [OP-ICCJ180035 803..816 \[ucl.ac.uk\]](https://www.ucl.ac.uk/opus/opusitem/180035803_816).

2. **Ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia:** essa missão oferece uma oportunidade para a promoção de crescimento econômico e geração de empregos (ODS 8) em bases sustentáveis, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e para a proteção do meio ambiente (ODS 15). A bioeconomia contribui para a solução de desafios sociais e ambientais (ODS 11 e 13) ao promover o acesso equitativo à terra cultivável (ODS 4 e 10) por pequenos produtores de alimentos e de produtos da sociobiodiversidade¹¹, particularmente mulheres, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais (ODS 5 e 10). Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. apoio na gestão de negócios, capacitação e mitigação de riscos e formação em bioeconomia;
- b. programa de ciência e tecnologia com foco em biotecnologia;
- c. incentivos econômicos para valorização de ativos ambientais e controle do desmatamento na Amazônia.

3. **Agronegócio engajado:** parte significativa das emissões totais de gases de efeito estufa decorre do desmatamento e tem origem no setor agropecuário. Por isso, os compromissos assumidos com relação à mudança climática (ODS 13) dependem, em boa medida, de transformações no campo. Da mesma forma, padrões de consumo e produção responsáveis têm forte associação com o meio rural e com as cadeias de valor dos sistemas agroalimentares (ODS 12). Essa missão contempla a cadeia de valor do agronegócio, incluindo setores da agropecuária, indústria de transformação, agricultura familiar e outros. Esses sistemas agroalimentares têm impacto substantivo na estrutura produtiva da economia, na sustenta-

¹¹ O conceito de sociobiodiversidade diz respeito aos bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vive.

bilidade e na qualidade de vida do brasileiro – notadamente no que se refere à segurança alimentar e à inclusão de grupos vulneráveis do meio rural. Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. ampliar padrões sustentáveis de produção via instrumentos de financiamento inovadores;
- b. redução de custos nas cadeias de valor e perdas de alimentos;
- c. resiliência e robustez nas cadeias de valor para segurança alimentar com foco na agricultura familiar.

4. **Infraestrutura e cidades sustentáveis:** o gap de infraestrutura em cidades brasileiras é um problema histórico que responde diretamente ao crescimento da população urbana no país, uma vez que a infraestrutura das cidades parece não se mover na mesma velocidade na qual as pessoas migram da zona rural para a urbana. A missão Infraestrutura e cidades sustentáveis tem o objetivo de reduzir as desigualdades regionais por meio da urbanização inclusiva e sustentável. Nessa missão, busca-se encontrar alternativas para o financiamento de cidades mais resilientes e inclusivas, englobando as diferentes dimensões do conceito de cidades sustentáveis – que vai desde tecnologias de conectividade até equipamentos públicos (creches, parques, iluminação pública) –, que, por sua vez, exigem soluções inovadoras em termos de financiamento. Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. diversificação e desenvolvimento de fontes energéticas renováveis e eficiência energética;
- b. amplo acesso à água e à gestão de resíduos;
- c. mobilidade urbana inclusiva.

5. **Saúde como motor do desenvolvimento:** a missão parte do conceito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), no qual os setores de saúde estão interconectados e a efetivação dos direitos sociais se dá com o desenvolvimento de uma base produtiva, tecnológica e de inovação que funcione como sua sustentação¹². A produção considera o espaço produtivo de prestação de serviços de saúde, envolvendo a atenção básica, serviços de diagnóstico e tratamento, ambulatoriais e hospitalares, o que condiciona toda a dinâmica competitiva e tecnológica do setor da saúde. A missão tem como objetivo fortalecer a demanda e a oferta de saúde no Brasil, com o desafio de ampliar e melhorar os serviços de saúde ao mesmo tempo em que se investe no fortalecimento das bases que sustentam o CEIS, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. fomentar a produção e inovação no Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS);
- b. infraestrutura associada à saúde;
- c. digitalização e melhoria da gestão da saúde.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento

As missões abrem uma janela de oportunidade para uma contribuição transformadora do Sistema Nacional de Fomento em áreas centrais para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Não obstante, os desafios a serem enfrentados pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) nessa jornada também são substanciais. Nesse contexto, o Plano ABDE 2030 propõe um conjunto de iniciativas para o fortalecimento dos membros do SNF – incluindo ações internas e externas – com vistas a contribuir para que as instituições enderecem desafios que impactam o exercício de suas potencialidades no financiamento ao desenvolvimento sustentável no país. Para identificar as principais ações e propostas de fortalecimento,

¹² GADELHA, C. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 521-535, 2003. Disponível em: [SciELO - Brasil - O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde.](#)

o Plano ABDE considerou o mapeamento de iniciativas do sistema que estão alinhadas aos ODS e/ou que podem ser fortalecidas visando potencializar a sua contribuição para a transição sustentável. As propostas foram classificadas em seis temas principais: (i) disseminação do papel do SNF; (ii) internalização dos ODS nos marcos institucionais e regulatórios do SNF; (iii) articulação com atores estratégicos; (iv) adequação do marco institucional e regulatório das IFDs; (v) fontes de recursos; (vi) fortalecimento do uso de blended finance, garantias e instrumentos inovadores.

- **Disseminação do papel do SNF por meio da transparência e propagação de suas ações.** Contribui para justificar a atuação das instituições de fomento e fortalecer suas estruturas internas e externas para a realização da série de investimentos esperados no âmbito da Agenda 2030. Por isso, é importante intensificar a divulgação de dados e o desenvolvimento de metodologias de avaliação e monitoramento das IFDs e de suas atividades, contribuindo para a difusão dos resultados atingidos. Uma ação de suporte a essa recomendação é o aprimoramento dos processos e a digitalização das instituições para o fortalecimento da capacidade de processamento de dados e informações e, conseqüentemente, de geração de conhecimento sobre a atuação do SNF.
- **Internalização dos ODS nos marcos institucionais e regulatórios do SNF como forma de avançar no alinhamento do planejamento estratégico das instituições do sistema com os ODS.** Isso pode ser feito por meio da sensibilização das altas lideranças, conselhos de administração e acionistas e com a criação de agendas compartilhadas com objetivos e linguagem comuns às IFDs no tocante aos ODS.

- **Articulação com atores estratégicos.** Essa ação fortaleceria a sinergia entre os investimentos e objetivos das instituições do SNF com o planejamento plurianual da União, estados e municípios, aumentando a capacidade do sistema de atuar de forma conjunta e coesa, interagindo com outras entidades públicas e privadas a partir de uma estratégia coordenada. Além disso, recomenda-se a criação de um plano de transição para uma economia sustentável, inclusiva e inovativa alinhado ao potencial do SNF, tendo em vista a necessidade de sua adequação às realidades locais e a maturidade de cada instituição, explorando assim as potencialidades para sua atuação em sistema.
- **Adequação do marco institucional e regulatório das IFDs.** Contribui para ampliar as possibilidades regulatórias das IFDs, que não apenas permitam, mas também fomentem uma atuação adequada ao atual contexto dessas instituições, incluindo a possibilidade de tratamento diferenciado devido ao seu papel crucial na transição sustentável. Outro ponto fundamental seria a institucionalização de uma taxonomia para o tema da sustentabilidade com legitimidade para que houvesse uma incorporação ampla, a fim de gerar segurança e previsibilidade aos atores envolvidos em projetos dessa natureza.
- **Fontes de recursos para a diversificação do funding das IFDs.** Destaca-se o fortalecimento da integração de instituições subnacionais com o BNDES e a Finep; a ampliação da captação de recursos de fundos e bancos internacionais e multilaterais; e a criação de parcerias inovadoras, com financiamento sindicalizado ou consórcio de IFDs, em torno de ODS específicos. Sugere-se, ainda, a criação de um fundo nacional de promoção dos ODS; a preservação dos fundos constitucionais e a utilização do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) para viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

- Fortalecimento do uso de blended finance e garantias e instrumentos inovadores. Essa recomendação visa contribuir para potencializar a adoção de diferentes estratégias que permitam uma ação integrada de agentes públicos e privados visando aumentar a disponibilidade de recursos para projetos de desenvolvimento sustentável. As IFDs são atores importantes no blended finance para o uso estratégico dos recursos públicos e para a mobilização de recursos privados para a agenda sustentável. Sugere-se a criação de fundo de aval para os ODS, com critérios de sustentabilidade bem definidos para concessão de crédito, além da adequação da utilização dos fundos garantidores nacionais e subnacionais já estabelecidos aos critérios ODS, bem como uma atuação mais forte das IFDs em PPPs e no mercado de títulos verdes.



1. INTRODUÇÃO

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm se apresentado como importante marco conceitual para a orientação de políticas públicas em âmbito global, desde o compromisso assumido pelos países-membros das Nações Unidas no documento *Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Conhecido como Agenda 2030, o documento resulta de um processo iniciado na Rio+20, em 2012, que teve o Brasil como protagonista para a sua aprovação na Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015.



Com a pandemia da Covid-19, os esforços ganham ainda mais urgência, tanto para o enfrentamento da pandemia e a recuperação dos impactos da crise sanitária, social e econômica.

Nesse mesmo ano, o Acordo de Paris definiu metas para o controle das mudanças climáticas, envolvendo ações cujos efeitos podem influenciar diretamente e até acelerar o cumprimento dos ODS.

A Agenda 2030 estabeleceu os 17 ODS e suas respectivas 169 metas, cobrindo temas urgentes para o desenvolvimento sustentável. Em consonância com tal compromisso, a Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, também realizada em 2015, estabeleceu a Agenda de Ação de Adis Abeba, documento que reforça a importância do tema do financiamento para o cumprimento da Agenda 2030.

A partir desse momento, políticas públicas e ações do setor privado de vários países têm sido reorientadas para o cumprimento das metas acordadas no âmbito dos ODS, representando um esforço global que deve ganhar maior velocidade nessa “década da ação” iniciada em 2021. Parte substantiva desse esforço tem sido realizada pelo setor financeiro, em especial pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) multilaterais, nacionais e locais.

A necessidade cada vez maior de uma recuperação econômica em bases sustentáveis, agravada pela pandemia da covid-19, trouxe o financiamento sustentável para o centro do debate global e fez com que o tema ganhasse protagonismo na agenda de organizações dos setores público e privado. O contexto global reforçou a urgência e relevância dos esforços empreendidos pelas IFDs para o cumprimento da Agenda 2030, tanto pelo lado do enfrentamento da pandemia e da necessidade de recuperação diante dos impactos causados pela crise sanitária, social e econômica, quanto para alavancar investimentos estruturantes para viabilizar economias mais sustentáveis, inclusivas, inovativas e com potencial de crescimento sustentado. É nesse cenário que as IFDs podem se posicionar conectando governos e o setor privado, desempenhando papel de destaque na implementação de projetos sustentáveis, bem como no financiamento a novos modelos de desenvolvimento onde as soluções econômicas também sejam ambientalmente sustentáveis.

¹ Para os documentos aprovados no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas em 2015, ver: [Trans-
formando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda de Ação Adis Abeba](#)

No Brasil, o Sistema Nacional de Fomento (SNF) é formado pelas instituições financeiras de desenvolvimento, que, em sua maioria, são representadas pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). Seus associados incluem: (i) bancos públicos federais²; (ii) bancos públicos comerciais com carteiras de desenvolvimento³; (iii) bancos de desenvolvimento controlados por Unidades da Federação⁴; (iv) agências de fomento⁵; e (v) bancos cooperativos⁶, além da Finep⁷ e do Sebrae⁸. De acordo com os dados do Banco Central⁹, o SNF representa 45% do crédito total da economia brasileira, alcançando mais de 37 milhões de clientes.

Quadro 1: Grandes números da participação do Sistema Nacional de Fomento no crédito nacional.

Participação no total de crédito do sistema financeiro	Participação no financiamento ao setor público
45%	97%
Participação no crédito de longo prazo para empresas	Participação no crédito para investimento em infraestrutura
74%	87%
Instituições que oferecem produtos para a agenda do clima	Participação no crédito rural brasileiro
67%	74%

Fonte: Elaboração ABDE.

A presença do SNF no mercado de crédito reduz lacunas de financiamento enfrentadas por múltiplos setores e modalidades e, para tanto, o sistema atua em diferentes áreas:

² Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (Basa).

³ Banco de Brasília (BRB), Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), Banco do Estado de Sergipe (Banese) e Banco do Estado do Pará (Banpará).

⁴ Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

⁵ Agência de Fomento do Amapá (Afap), Agência de Fomento do Estado do Tocantins (Fomento Tocantins), Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (Age), Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN RN), Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve), Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso (Desenvolve MT), Agência de Fomento do Estado de Roraima (Desenvolve RR), Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí (Piauí Fomento), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio), Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento), Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP), Agência de Fomento do Paraná (Fomento Paraná), Badesul Desenvolvimento (Badesul) e Agência de Fomento de Santa Catarina (Badesc).

⁶ Banco Sicoob, Sicredi e Cresol.

⁷ Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

⁸ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

⁹ Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/efddata/>

Figura 1: Atuação do Sistema Nacional de Fomento



Fonte: Elaboração ABDE.

O Sistema Nacional de Fomento é um importante instrumento de política anticíclica, contribuindo para a estabilidade sistêmica da economia ao apoiar a sustentação do crédito total da economia e desempenhar recursos em momentos de reversão do estado de confiança. Exerce função relevante para a resiliência e recuperação dos setores produtivo e financeiro da economia. Além disso, as IFDs têm o papel de financiar o investimento de longo prazo, estimular o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros, contribuir com a inclusão bancária e social e o financiamento de bens públicos, como no caso das mudanças climáticas¹⁰.

O potencial de atuação do SNF o transforma em aliado de primeira ordem para o financiamento e a mobilização dos recursos necessários para viabilizar projetos com impacto sustentável, inclusivo e inovador nos mais diversos setores e segmentos da economia brasileira, contribuindo de maneira definitiva para o cumprimento da Agenda 2030 no Brasil. Não obstante, para que o SNF possa realizar todo o seu potencial de contribuição, suas instituições precisam desenvolver uma estratégia de financiamento para contribuir com o atingimento dos ODS, incluindo suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional.

É nesse contexto que se apresenta o Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, documento de propostas visando potencializar a colaboração do SNF no cumprimento da Agenda 2030. Para isso, o plano propõe:

¹⁰ Griffith-Jones (2016). Discussion Paper: Development Banks and their key roles supporting investment, structural transformation and sustainable development. Disponível em: stephanygj.net

- (i) Mapear a situação do cumprimento dos ODS no Brasil e a atuação do SNF a partir de quatro eixos norteadores: ambiental, social, econômico e institucional;
- (ii) Definir áreas estratégicas da política de fomento para o cumprimento dos ODS;
- (iii) Recomendar políticas para o fortalecimento do arcabouço institucional e da coordenação do SNF visando a promoção dos ODS.

O Plano ABDE 2030 destaca algumas ações principais que podem contribuir para o fortalecimento do sistema e de sua atuação para o cumprimento da Agenda 2030 e das missões propostas neste documento. Cabe mencionar que este é um documento vivo, aberto a inclusão de eventuais propostas que não tenham sido aprofundadas ou mencionadas neste primeiro momento, e sensível às incertezas e às tendências que possam, eventualmente, afetar fundamentalmente a dinâmica do SNF dentro do contexto nacional e internacional.





2. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO NO BRASIL

O Sistema Nacional de Fomento na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda de Ação de Adis Abeba recomenda que todos os países mantenham “*estratégias de desenvolvimento sustentável coesas, nacionalmente apropriadas e apoiadas por Estruturas Nacionais de Financiamento Integradas (ENFI)*”¹¹. Em consonância com essa recomendação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem apoiado o desenvolvimento de ENFIs em mais de 50 países, estimulando o alinhamento com planos de recuperação socioeconômica em resposta à pandemia da covid-19. A União Europeia, as agências, fundos e programas da ONU e o Fundo Conjunto ODS têm sido parceiros importantes nesse processo.

Uma análise preliminar (e não exaustiva) de documentos oficiais com informações relacionadas à “*construção de visões de futuro do país, por meio da identificação de objetivos de médio e longo prazo*”¹² de 20 IFDs¹³ revela que metade delas citam explicitamente os ODS ou alinham o seu planejamento estratégico com os objetivos da Agenda 2030¹⁴. O ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) se destaca como o mais mencionado diretamente nos documentos analisados.

Considerando que a maior parte das IFDs da amostra se encontra em estágios iniciais de internalização da agenda, a análise considerou também as citações indiretas aos ODS. Nesse panorama ampliado, ganhou destaque o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), diretamente relacionado às atividades finalísticas dessas instituições de fomento ao micro, pequeno e médio empreendedor (MPME) e financiamento de infraestrutura. Além disso, há elevada incidência e grau de prioridade atribuída a objetivos e ações classificados no ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) por estarem relacionados a temas como o aumento de transparência, combate à corrupção e outras medidas de melhoria de capacidades institucionais. Essas ações têm aderência com a Agenda 2030 por também se relacionarem ao ODS 17 (parcerias e meios de implementação).

¹¹ A ENFI é uma ferramenta para ajudar os países a fortalecer os processos de planejamento e superar os impedimentos ao financiamento do desenvolvimento sustentável e dos ODS em nível nacional. Ela estabelece toda a gama de fontes de financiamento – fontes nacionais e internacionais de financiamento público e privado – e permite que os países desenvolvam uma estratégia para aumentar investimentos, gerenciar riscos e alcançar prioridades de desenvolvimento sustentável, conforme identificado na sua estratégia nacional de desenvolvimento. Para mais detalhes, ver: <https://inff.org/about>.

¹² A análise usou metodologia adaptada do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR).

¹³ BDMG, Finep, Desenbahia, Badesc, Sicredi, Fomento PR, Afeam, AgeRio, AGN, Desenvolve MT, Goiás Fomento, Bandes, Desenvolve SP, Cresol, Badesul, Banco do Brasil, BNDES, Basa, BRDE e BNB.

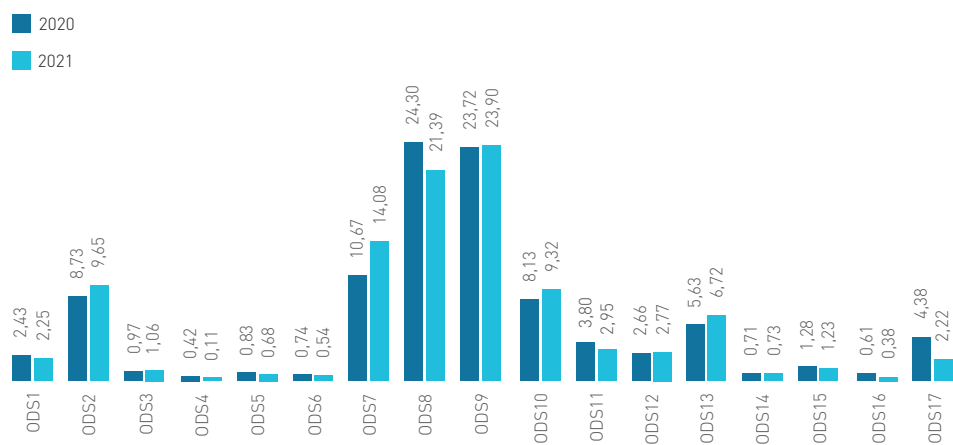
¹⁴ Badesul, Bandes, BDMG, Cresol, Desenvolve SP, Goiás Fomento, Banco do Brasil, BNDES, BRDE e Basa.



Observou-se, ainda, que os ODS 9, ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (ação contra a mudança global do clima) correspondem aos temas da Agenda 2030 que mais interagem positivamente com outros ODS. Esse resultado indica como o SNF identifica o potencial cruzado dos respectivos ODS para alavancar outras áreas de interesse da Agenda 2030. Todavia, a ausência de interação negativa entre os ODS identificada na análise dessa amostra de IFDs sugere que há espaço para ampliar conhecimento sobre os efeitos negativos entre os setores (efeito “transbordamento”) e o risco de agendas transversais (como questões de diversidade, desigualdade, gênero, raça, trabalho de qualidade, entre outras) serem ignoradas, por exemplo, no financiamento de infraestrutura ou de inovação.

A partir de estudo conduzido pela ABDE e pelo PNUD, foi possível verificar quais ODS foram mais fomentados pelo SNF¹⁵ (Gráfico 1). Os dados representam o percentual de recursos disponibilizados para cada ODS do total alocado pelo SNF para o conjunto dos ODS.

Gráfico 1: Fomento do SNF alocado por ODS nos anos de 2020 e 2021 (em %)



Fonte: Elaboração ABDE e PNUD

¹⁵ Cabe destacar que esses dados se referem a uma amostra de 17 instituições do SNF. A análise é fruto de um primeiro esforço para quantificar a atuação do SNF nos ODS. A metodologia utilizada segue sujeita a aperfeiçoamento. O relatório final com a análise detalhada e descrição da metodologia está em fase de construção pela ABDE e PNUD.



É importante destacar também o potencial de atuação estratégica do BNDES, do Banco do Brasil e da Finep para impulsionar a Agenda 2030 (...)

No Gráfico 1, os ODS com maior participação no fomento do SNF são os ODS 8 e ODS 9. Eles são o grande destaque da contribuição do SNF, evidenciando o papel do sistema no apoio às pequenas empresas, ao setor produtivo e inovativo e no investimento em infraestrutura. Cabe destacar também a participação dos ODS 7 (energia limpa e acessível), ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) e ODS 10 (redução das desigualdades) nos resultados, reforçando o potencial de contribuição do SNF para um desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e inovativo.

Iniciativas como a parceria entre a AGN RN e o Sebrae para a estruturação de projetos alinhados com a Agenda 2030, a publicação pelo BDMG de quadro para captação de recursos por meio da emissão títulos atrelados aos ODS e a participação do Basa na Rede ODS Pará para apoiar o cumprimento da Agenda 2030 devem ser incentivadas e, quando possível, replicadas por outros atores do SNF.

É importante destacar também o potencial de atuação estratégica do BNDES, do Banco do Brasil e da Finep para impulsionar a Agenda 2030, seja por meio do estabelecimento de marcos de resultados (direcionamento de crédito para projetos e programas conectados aos ODS) ou pela capacidade de disseminação de suas ações para os demais atores do sistema. Da mesma forma, o SNF pode ter papel proativo na promoção de negócios e investimentos sustentáveis, como mostra a experiência do Banco do Brasil com os Fundos ASG e linhas de crédito para energia renovável, agricultura sustentável e empreendedorismo. Esses instrumentos direcionam recursos dos investidores para empresas comprometidas com impactos socioambientais positivos e incentivam clientes a desenvolver negócios mais sustentáveis.

Para uma análise de como o SNF tem contribuído com os ODS, foi verificada a existência de ações ligadas às temáticas da Agenda 2030. Para facilitar esse mapeamento, os ODS foram divididos em quatro eixos: ambiental, social, econômico e institucional. Esse agrupamento tem como função apenas facilitar um diagnóstico preliminar sobre o que o SNF tem feito para o cumprimento da agenda. Não é objetivo da análise apresentar um mapeamento exaustivo, tampouco perder de vista a indivisibilidade e integralidade dos 17 ODS. A divisão em eixos proposta abaixo apresenta informações sobre o cumprimento de parte dos ODS no Brasil, bem como algumas ações do SNF na temática de cada eixo, sabendo que muitas vezes a iniciativa citada tem impacto direto e/ou indireto em mais de um ODS e mais de um eixo.

EIXO AMBIENTAL



Água potável e saneamento (ODS 6), Ação climática (ODS 13), Vida no mar (ODS 14) e Vida na terra (ODS 15).

ODS 6. O cumprimento das metas do ODS 6 avançou no Brasil, sinalizando a melhoria no acesso à água segura, gestão dos recursos hídricos e saneamento básico¹⁶. Todavia, um importante gargalo persiste: as disparidades regionais na cobertura da rede de água e esgoto¹⁷, que requerem atenção especial para os grupos vulneráveis e o redirecionamento do financiamento. Além disso, persiste também a estagnação da produtividade da água ao longo da última década causada por entraves à adoção de tecnologias que geram eficiência do uso da água, sobretudo em setores com alta demanda.

ODS 15. No que se refere ao controle do desmatamento e à implementação de políticas de conservação ambiental, foi identificado um risco devido ao retrocesso observado em metade das metas avaliadas. Houve a redução da vegetação nativa de 70,4% em 1990 para 59,4% em 2020¹⁸, particularmente sentida na Amazônia e no Cerrado, onde o desmatamento aumentou de 21% em 2020 para 25% em 2021¹⁹. Além disso, os gases de efeito estufa lançados na atmosfera aumentaram 23,6% entre 2020 e 2021 com o avanço do desmatamento em biomas como a Amazônia e o Cerrado²⁰. A desertificação também avançou, com aproximadamente 13% do semiárido brasileiro em estágio avançado de desertificação²¹. Na Amazônia, a taxa de desmatamento está em 17%, próximo do ponto em que a savanização se tornará irreversível.²²

Para ilustrar as necessidades de financiamento da agenda ambiental, em 2019, o fluxo global anual total de fundos para a proteção da biodiversidade foi de aproximadamente US\$ 124-143 bilhões por ano versus uma necessidade anual estimada de US\$ 722-967 bilhões para conter o declínio da biodiversidade global de agora até 2030²³.

¹⁶ Painel de informações sobre o saneamento. Disponível em: [SNIS - Página inicial](#)

¹⁷ Diagnósticos SNIS 2021. Disponível em: [SNIS - Diagnósticos](#)

¹⁸ UN Food and Agriculture Organization (FAO) e Divisão Estatística das Nações Unidas.

¹⁹ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: Terrabrasilis – Plataforma de dados geográficos ([inpe.br](#))

²⁰ Observatório do Clima (2021). Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Disponível em: <https://seeg.eco.br/download>

²¹ BANCO MUNDIAL, 2021.

²² IMAZON (2021). Disponível em: Monitoramento - Imazon

²³ Financiando a conservação da natureza: Eliminando a lacuna no financiamento da conservação da biodiversidade global. Disponível em: Financiando a natureza ([tnc.org.br](#))

Para viabilizar o financiamento dos ODS ambientais no Brasil, é preciso uma mudança de paradigma que combine recursos públicos, privados e público-privados nacionais e internacionais.

Nesse sentido, o SNF pode ser multiplicador ao impulsionar fluxos financeiros para a conservação da biodiversidade. Alguns exemplos demonstram o engajamento das instituições do SNF no financiamento ao eixo ambiental dos ODS. O BNDES, por exemplo, atua nos ODS ambientais em nível nacional por meio da gestão do Fundo Clima para apoio a projetos, estudos e financiamento de empreendimentos com objetivo de mitigar as mudanças climáticas. O banco administrou também o Fundo Amazônia para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal. Ainda, o BNDES financia investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias, como no programa BNDES ABC.²⁴

O Banpará começou a estruturar um programa de financiamento para incubação de empresas e pesquisas em produtos de bioeconomia, como, por exemplo, o reaproveitamento do caroço do açaí para a geração de energia e limpeza de água. O Banco da Amazônia tem financiado a ampliação, diversificação, implantação, modernização, reforma e realocação de empreendimentos sustentáveis na região Norte.

Outro exemplo é o Fundo Socioambiental Conexsus do Basa, que destrava o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) por meio da reabilitação do crédito de cooperativas da agricultura familiar. O fundo atua por meio de garantias para PMEs e cooperativas que não conseguem recursos do PRONAF – em razão de dívidas com o sistema financeiro – mas que lideram negócios viáveis e com potencial de crescimento. A Cresol também tem tido papel importante no financiamento de cooperativas por meio do financiamento com condicionantes de sustentabilidade, a exemplo do PRONAF Bioeconomia e PRONAF Agroecologia.

No mercado de títulos verdes e sustentáveis, o BNDES e o BDMG foram atores pioneiros no SNF a emitir títulos para financiar projetos sustentáveis. Em 2017, o BNDES foi o primeiro banco brasileiro a emitir um título verde. Em 2020, o BNDES emitiu uma letra financeira verde e no ano seguinte lançou o *Sustainability Bond Framework* (SBF), que facilita a emissão de títulos verdes, sociais e sustentáveis no Brasil e no exterior, e que contou com apoio do Banco Interame-

²⁴ Painel ODS do BNDES. Disponível em: [Painel ODS - nossa contribuição para a Agenda 2030 \(bndes.gov.br\)](https://www.bndes.gov.br)

ricano de Desenvolvimento (BID). No caso do BDMG, foram emitidos US\$ 50 milhões em títulos sustentáveis no ano de 2020, o primeiro nessa modalidade no país.

No âmbito das cooperativas, a Sicredi realizou a emissão de US\$ 100 milhões em títulos verdes para a implementação da estratégia sustentável do banco cooperativo, com o apoio do BID Invest e com foco no ODS 13 de ação climática, além do ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura) e ODS 7 (energia acessível e limpa).

Portanto, a atuação das instituições do SNF, seja no financiamento ou na estruturação de projetos, pode contribuir para aumentar o volume de recursos públicos e privados disponíveis, destravando investimentos nos setores ligados aos ODS ambientais.

EIXO SOCIAL

Erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), melhoria da qualidade de vida em cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11)

ODS 1. Estimativas da FGV Social²⁵ apontam que a pobreza extrema no Brasil atingiu o menor patamar em 2014 (3,3%), voltando a crescer para 5,8% em 2019 e a cair novamente em 2020 para 5,1% com o pagamento do Auxílio Emergencial aos grupos mais vulneráveis durante a pandemia da covid-19. Nesse sentido, o cumprimento do ODS 1 (erradicação da pobreza) requer que a economia brasileira entre em uma dinâmica virtuosa de desenvolvimento sustentável e inclusivo²⁶.

ODS 2. Apesar de ter avançado de forma significativa, chegando a atingir parte das metas, as conquistas do país no tocante à redução da pobreza estão sendo revertidas em parte por não terem adquirido caráter estrutural. Como mostraram as estimativas da Rede PENSSAN para o ano de 2020, mais da metade da população brasileira apresentou algum grau de insegurança alimentar e, desta parte, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões passavam fome – número duas vezes superior ao verificado em 2018²⁷.

²⁵ “Desigualdades de impactos trabalhistas na pandemia” (NERI, 2021)

²⁶ IPEA, 2019

²⁷ Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (2021). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil. Disponível em: http://oheparaa-fome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf



Dados da MUNIC 2020 mostram que apenas 35% dos municípios brasileiros possuem transporte coletivo por ônibus que atenda o deslocamento entre bairros, distritos e localidades dentro do município.

ODS 11. Um dos principais desafios para o cumprimento das metas do ODS 11 são as políticas de habitação, o acesso ao transporte público e ao saneamento básico. Dados da MUNIC 2020²⁸ mostram que apenas 35% dos municípios brasileiros possuem transporte coletivo por ônibus que atenda o deslocamento entre bairros, distritos e localidades dentro do município. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste esse percentual cai para 24,75% e 24,41%, respectivamente. Em relação às metas de saneamento básico, os dados mostram a redução da cobertura de coleta domiciliar de resíduos sólidos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, entre 2010 e 2020²⁹.

ODS 5. Apesar da evolução em algumas metas, a autonomia das mulheres em termos econômicos, de tomada de decisão e física apresentou reversão, distanciando-se da igualdade de gênero. O país progrediu significativamente na criação de um arcabouço legal para eliminar as diversas formas de discriminação de gênero, no entanto isso não se reverteu em eliminação e/ou redução efetiva das desigualdades de gênero. A violência contra a mulher continua alta. De 2009 a 2019, os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6%, indicando maior violência doméstica. Em 2020, houve aumento de 0,7% dos homicídios femininos ocorridos dentro das residências, sendo 75% de mulheres entre 18 e 44 anos e 62% de mulheres negras. A violência contra a mulher é ainda maior entre aquelas jovens e negras. Na última década, o total de mulheres negras vítimas de homicídios cresceu 2% enquanto o de não negras caiu 26,9%. Todos esses indicadores foram aprofundados durante a pandemia da covid-19³⁰.

Em relação à atuação do SNF nos ODS do eixo social, o sistema tem papel decisivo para desencadear uma dinâmica virtuosa de desenvolvimento sustentável e inclusivo, especificamente no que diz respeito às micro finanças – a exemplo da ação do BNB no microcrédito e das cooperativas de crédito, como Cresol, Sicredi e Sicoob – e ao acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias, meios para produção e tecnologias de informação e comunicação.

²⁸ Pesquisa de Informações Básicas Municipais, elaborada anualmente pelo IBGE.

²⁹ Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-setor-saneamento>.

³⁰ Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021). Disponível em: Anuario 2021 v8.indd [bibliotecadeseguranca.com.br]

São setores que podem contar com uma forte atuação do SNF no crédito ao setor público e no financiamento de investimentos de longo prazo.

A importância do SNF para o fomento à agricultura sustentável é notável, tendo em vista tratar-se do maior financiador do setor rural e agropecuário brasileiro, chegando a 79,3% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional para os produtores rurais. As instituições do SNF são as principais canalizadoras dos recursos dos programas de crédito rural nacionais. Em 2021, de acordo com a Matriz de Crédito Rural do Banco Central, o SNF ofereceu R\$ 74 bilhões de recursos do crédito vinculado à programas de apoio aos investimentos e custeio do segmento.³¹

As entidades que compõem o SNF financiaram 91% do crédito do Pronaf e 86% do Pronamp (Financiamento para Custeio e Investimentos dos Médios Produtores) – maiores programas de crédito rural do país – que representam o volume de R\$ 36 bilhões e R\$ 29 bilhões, respectivamente. Outro destaque são os financiamentos para o Programa ABC (Programa Para Redução de Gases de Efeito Estufa), que totalizaram R\$ 2,1 bilhões em 2021. A Desenbahia, por exemplo, tem papel relevante no financiamento ao setor. Oferece diferentes linhas de financiamento para o produtor rural, como o DR Rural Custeio (financiamento de até R\$ 5 milhões para o custeio) e o DB Rural Pré-Custeio (financiamento de até R\$ 5 milhões para a aquisição antecipada de insumos).³²

Cabe também destacar o papel do SNF no financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D) de tecnologias e inovações direcionados à saúde, bem como o apoio a modernização e melhoria da infraestrutura de saúde nos estados e municípios. Essas ações têm importantes efeitos cruzados com outros ODS, como o apoio a obras de saneamento básico e água potável. Para ilustrar como o SNF tem atuado nesse ODS, vale destacar a resposta das IFDs durante a pandemia da covid-19 para capital de giro e investimentos no setor de saúde.

³¹ Os programas de crédito rural considerados foram o Programa ABC, Funcafé, Inovagro, Moderagro, Moderfrota, Proirriga, PCA, Prodecoop, Pronaf e Pronamp. Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR - Conjuntos de dados - Portal de Dados Abertos do Banco Central do Brasil (bcb.gov.br)

³² Disponível em: https://www.desenbahia.ba.gov.br/creditos/linhas_de_financiamento/

Alguns exemplos importantes foram: a cooperação técnica do BNDES com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI), que disponibilizou R\$ 20 milhões para o desenvolvimento de inovações em saúde; a criação de linha de crédito para o setor de saúde com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Nordeste; e o edital de Subvenção Tecnova II/RS, que inclui o Badesul entre os parceiros, para o fomento a propostas voltadas a ações de enfrentamento da pandemia. A Finep lançou uma série de editais de subvenção econômica para desenvolvimento de tecnologias direcionadas ao enfrentamento da covid-19, como, por exemplo, o de “Soluções Inovadoras para o combate a covid-19”. Além disso, as linhas de crédito do BDMG, Bandes e Afap fortaleceram a atuação do SNF no setor da saúde em âmbito subnacional.

A atuação do SNF na temática igualdade de gênero acontece especialmente por meio de linhas e/ou programas de crédito específicos para empreendedoras mulheres, com destaque para o Pronaf Mulher, que contribui para o reconhecimento e emancipação das mulheres no meio agrícola. Além dessa iniciativa, destaca-se a linha de crédito “Empreendedora de Minas” do BDMG, que foi responsável por 19% dos desembolsos por meio do BDMG Digital em 2019, a linha “Mulher Empreendedora” da Goiás Fomento, que aumentou em 139% o montante destinado pela instituição às mulheres em 2020, e o programa da Fomento Paraná “Banco da Mulher Paranaense” com financiamentos com taxas de juros reduzidas para apoiar micro e pequenos negócios de mulheres no estado.

Com relação a cidades e comunidades sustentáveis, dado que a infraestrutura urbana é financiada por diversas fontes de recursos, entre elas os recursos próprios das prefeituras, transferências de capital e operações de crédito, é necessário fortalecer a coordenação do SNF para que os recursos alcancem o seu propósito e novos instrumentos possam impulsionar atividades nessa área. Em 2021, o SNF respondeu por 99% do crédito a municípios³³, sendo um ator primordial no apoio a iniciativas de investimento a nível municipal.

³³ Sadipem, Tesouro Nacional. Dados de 2021. Disponível em: <https://sadipem.tesouro.gov.br/sadipem/private/pages/index.jsf>

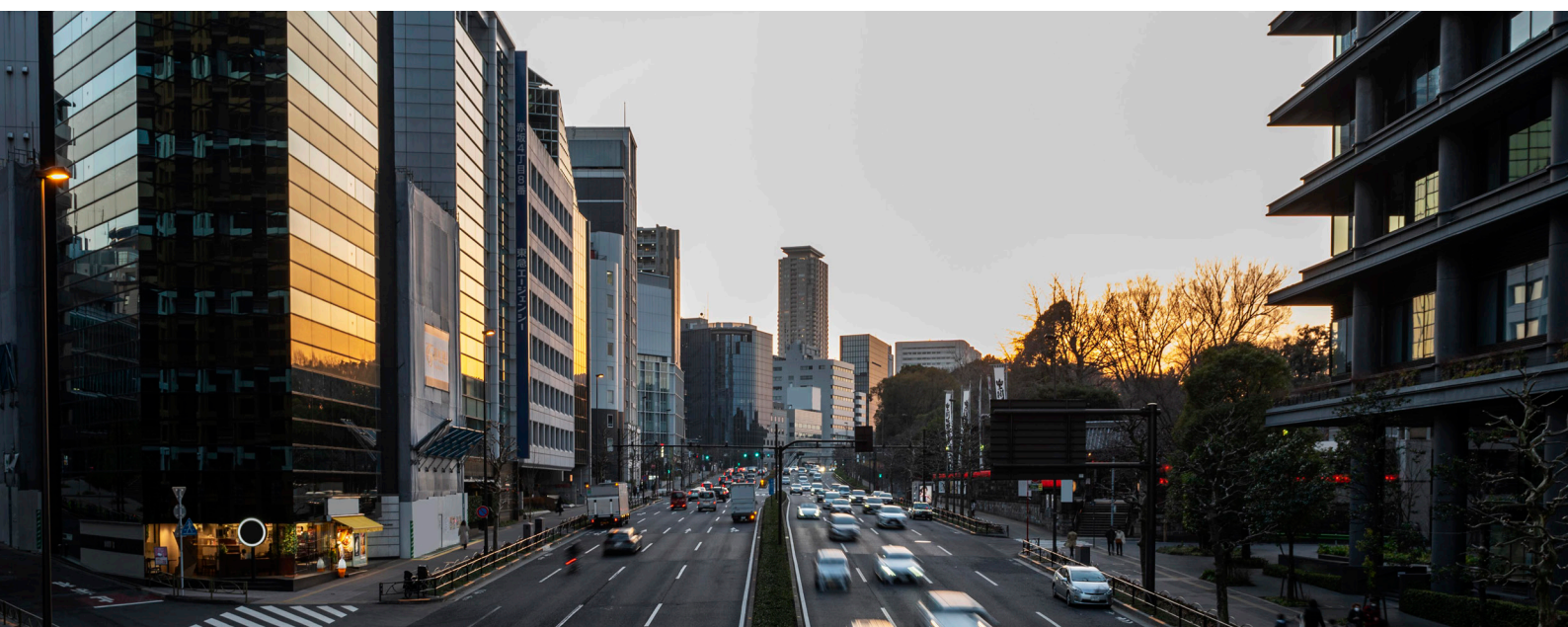
A participação das IFDs subnacionais no crédito aos municípios é relevante, principalmente nos municípios de menor porte, pois atuam com *ticket* médio mais baixo, demonstrando a importância da capilaridade do SNF para o financiamento ao desenvolvimento³⁴. Portanto, uma atuação coordenada de instituições do SNF direcionada ao financiamento às cidades sustentáveis pode ter um impacto importante nesse tema.

Nesse contexto, destacam-se o caso do Badesul, que dispõe de um programa de assessoramento técnico dentro da linha Badesul Cidades para financiamento de infraestrutura urbana e social nos municípios do estado; o BRDE, que tem a linha Cidades Inteligentes e Projetos Sustentáveis, além do Bades com o Programa ES Inteligente voltado para o financiamento da inovação e do planejamento urbano de municípios de estado³⁵. Outro bom exemplo é a atuação da Fomento Paraná, que segue um modelo de integração institucional importante para a estruturação dos projetos³⁶. Com uma carteira de crédito comprometida em 73% com operações ao setor público, a Fomento Paraná financia projetos de mobilidade urbana e infraestrutura social, a exemplo da construção de escolas, postos de saúde, sistemas de abastecimento de água e de gerenciamento de resíduos, melhoria da eficiência da iluminação pública, uso de energias alternativas, infraestrutura tecnológica, entre outros.

³⁴ Em 2021, as instituições subnacionais representaram 17% do total financiado para os municípios.

³⁵ Outros exemplos incluem o Banco do Brasil, na Agenda 30 BB; o BDMG com o Edital BDMG municípios: linha cidades sustentáveis; linha urbaniza; linha saneamento e linha máquinas; o Badesul com o POE Pimes Badesul; o Avançar cidades e o Saneamento para todos da Caixa Econômica Federal.

³⁶ A Fomento Paraná integra o Sistema de Financiamento aos Municípios, em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas e o Serviço Social Autônomo Paranaidade.



EIXO ECONÔMICO



Energia limpa e acessível (ODS 7), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), redução das desigualdades (ODS 10) e consumo e produção responsáveis (ODS 12).

ODS 7. Assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos é o foco das metas do ODS 7, sendo o único ODS cujas metas acordadas foram integralmente cumpridas no Brasil. O resultado exitoso pode ser explicado pelo fato de que o país possui uma composição da oferta e da capacidade instalada em energias renováveis superior à média mundial. Todavia, ainda existem desafios importantes a serem enfrentados, a exemplo da fragilidade do sistema elétrico (evidenciada pela crise hídrica de 2021) e o custo elevado da energia para as famílias de baixa renda³⁷.

ODS 8. Entre 2014 e 2016, o PIB por pessoa ocupada no Brasil caiu à taxa real média de 2% ao ano, enquanto o PIB por horas trabalhadas caiu ao ritmo médio de 1,5% ao ano. A taxa de desocupação aumentou de 7,3% em 2012 para 12,7% em 2017. Essa piora foi puxada pela desocupação de mulheres, que subiu de 9,2% para 14,5% (IBGE). Vários desses desafios foram aprofundados durante a pandemia da covid-19. Setores econômicos e cadeias produtivas foram afetados com a severidade da crise, especialmente em decorrência das medidas de *lockdown* para mitigação da crise sanitária.

ODS 9. Os avanços no ODS 9 podem estar comprometidos com o aumento da intensidade de emissões e a queda do dispêndio em pesquisa e desenvolvimento (P&D)³⁸. Entre 2010 e 2018, o valor adicionado da indústria de transformação como proporção do PIB caiu de 12,7% para 10,7%, enquanto o emprego na indústria como proporção do emprego total caiu de 11,8% para 10,5%.³⁹

³⁷ Relatório Luz, 2021. Disponível em: [por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf \(wordpress.com\)](https://www.luz.org.br/pt-br/relatorio-luz-2021-completo-vs-03-lowres.pdf)

³⁸ Global Carbon Project and Maddison Project Database 2020 (BOLT, VAN ZANDEN, 2020) e IBGE. Disponível em: odsbrasil.gov.br e <https://doi.org/10.18160/gcp-2021>

³⁹ IBGE. Disponível em: odsbrasil.gov.br

ODS 10. O cumprimento do ODS 10 no Brasil requer solução urgente para a redução das assimetrias econômicas. O crescimento da renda domiciliar média dos 40% mais pobres, por exemplo, foi menor que a média nacional e a renda domiciliar média dos 10% mais ricos⁴⁰. Segundo dados do IBGE, a proporção de pessoas vivendo abaixo de 50% do rendimento mediano permaneceu em torno de 23% entre 2011 e 2015, e passou a aumentar desde então, atingindo 24,4% em 2019.

A desigualdade racial de renda no Brasil não apresentou melhora substancial no período entre 1986 e 2019 (IPEA, 2021)⁴¹. A pandemia da covid-19 aumentou a distância entre pobres e ricos no Brasil. Segundo pesquisa da FGV, o índice de Gini, que já havia aumentado de 0,6003 para 0,6279 entre o último trimestre dos anos de 2014 e 2019, atingiu 0,640 no segundo trimestre de 2021, valor acima de toda série histórica pré-pandemia⁴².

Os ODS do eixo econômico têm grande relevância para o SNF por focalizarem áreas estratégicas para o desenvolvimento e para o bem-estar da população que dependem diretamente de financiamento. Não é por acaso que indústria e infraestrutura constituem a maior parcela do desembolso do BNDES⁴³. Na ciência, tecnologia e inovação, o Programa Finep Inovacred, com o objetivo de apoiar a inovação nas MPMEs, já financiou mais de R\$2 bilhões desde 2013, por meio de 15 IFDs⁴⁴. Trata-se de um programa que aproveita a capilaridade do SNF para chegar até as pequenas empresas. Ainda, Finep e Sebrae lançaram o Programa Crédito Inovação Finep-Sebrae, ação conjunta no âmbito do Inovacred, que combina crédito e assistência técnica para as pequenas empresas.

Na crise da covid-19, algumas políticas públicas assistenciais e de financiamento podem ser destacadas pelo seu papel anticíclico de manutenção do tecido econômico, social e produtivo e por contribuir para aumentar a resiliência frente à incerteza. Destacam-se as ações emergenciais do SNF no âmbito do crédito e das garantias, com foco especial nas MPMEs – principais geradoras de renda e emprego da economia. As medidas adotadas pelo SNF, em parceria com governo nacional e subnacional, para apoio emergencial foram: (i) a criação de novas li-

⁴⁰ IPEA, 2019.

⁴¹ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38084&Itemid=9

⁴² Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>

⁴³ Estima-se que, de 2007 a 2016, 70% do financiamento total de infraestrutura do país teve origem no BNDES (YOKOTA et al., 2017 [1989] apud OCDE, 2020, p. 35). No período de 2014-2018, o BNDES desembolsou os maiores volumes para o setor industrial (em média 24% dos desembolsos anuais). Em 2018, 55% dos desembolsos do BNDES em todos os setores foram para grandes empresas (Ibid.).

⁴⁴ Dados até maio de 2021. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/transparencia-finep/projetos-contratados-e-valores-liberados>.

nhas de crédito; (ii) criação e fortalecimento de programas e fundos de garantias; (iii) melhorias nas condições de financiamento; (iv) prorrogação das parcelas de financiamento (*standstill*); (v) ampliação dos recursos em linhas preexistentes; e (vi) atuação voltada para o setor de saúde.

A mobilização e a forte capacidade de resposta do SNF no tocante à sustentação do crédito para o tecido produtivo pode ser observada nos números levantados pela ABDE sobre a atuação do sistema no segmento de MPMEs nesse período. De um total de R\$ 348,2 bilhões disponibilizados pelo sistema para medidas emergenciais entre março de 2020 e janeiro de 2021, R\$ 314,7 bilhões foram destinados às MPMEs – aproximadamente 90%. O levantamento aponta um total de 200 medidas distintas adotadas pelas instituições do SNF, das quais 174 foram implementadas por associadas da ABDE, distribuídas pelo território nacional e dentro dos eixos de atuação indicados no parágrafo anterior. Importante ressaltar que a análise mostrou que todas as instituições do SNF lançaram uma ou mais medidas de apoio às MPMEs nesse período.

No âmbito das garantias, o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) e o PEAC-Maquinhas, administrados pelo BNDES, e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), administrado pelo Banco do Brasil e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), fundo garantidor mais antigo do Brasil, gerido pelo Sebrae, tiveram grande destaque ao reduzir barreiras de acesso ao crédito das MPMEs acentuadas no período da crise causada pela covid-19.

O SNF tem papel crucial no apoio à diversificação produtiva e aumento da complexidade econômica ao possibilitar a ampliação da capacidade produtiva da indústria de transformação e, principalmente, das indústrias de maior intensidade tecnológica. Um desafio importante para o cumprimento do ODS 9 é como estimular pesquisa e desenvolvimento (P&D) no âmbito das empresas, assim como o uso de recursos e a adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados. Vale destacar a oportunidade representada pela modernização da gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que tem a Finep como secretaria-executiva, resguardando o fundo contra o contingenciamento de recursos⁴⁵. Trata-se de um recurso estável que pode ser utilizado para impulsionar o cumprimento de diversos ODS por meio de atividades ligadas à inovação.

⁴⁵ Lei Complementar nº 177/2021.

No tocante ao cumprimento das metas de energia acessível e limpa, cabe destacar que as IFDs são pioneiras no investimento em energia renovável no Brasil. Em 2019, o percentual de instituições do SNF que possuíam linhas destinadas aos segmentos de geração de energia renovável e eficiência energética distribuídas entre os diferentes setores da economia era de 82% para energia solar, 59% para eficiência energética, 36% para biocombustíveis, e 32% energia eólica. O sistema pode intensificar a atuação no setor de energias renováveis aumentando o nível de coordenação com os municípios, bem como fortalecendo o apoio às tecnologias nas quais o Brasil tem grande potencial, como biocombustíveis, biomassa e hidrogênio verde.

Destaque deve ser dado aos programas de crédito do BNDES para o aumento da geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis e para a produção de biocombustíveis; e para os financiamentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do BNB.

No tema da eficiência energética, ainda cumpre destacar a atuação das instituições subnacionais do SNF. Nove instituições⁴⁶ possuem linhas de crédito diferenciadas com recursos próprios ou por meio de repasses do BNDES Finame energia renovável⁴⁷. Pode-se ressaltar a linha de crédito para investimentos em eficiência energética do Badesc⁴⁸ para empresas públicas do setor de iluminação pública; a linha Fomento Energia da Fomento Paraná⁴⁹ para aquisição de máquinas e equipamentos de maior eficiência energética e a linha Economia Verde do Bandes⁵⁰. Ainda, todas as instituições federais possuem linhas e programas para eficiência energética, como, por exemplo, o FNE Sol Pessoa Física e FNE Verde do Banco do Nordeste⁵¹ e a linha Energia Verde do Banco da Amazônia⁵².

⁴⁶ AgeRio, Badesc, Desenbahia, Desenvolve SP, Bandes, Fomento PR, Badesul, BDMG, BRDE.

⁴⁷ Outros exemplos são o BNDES, a Caixa Econômica Federal, o BNB, o Basa, a Cresol, a Sicredi e o Banco Sicoob.

⁴⁸ Disponível em: http://www.badesc.gov.br/portal/linha_eficiencia_energetica.jsp

⁴⁹ Disponível em: <https://www.fomento.pr.gov.br/Credito/FOMENTO-Energia>

⁵⁰ Disponível em: <https://www.bandesc.com.br/Site/linhas/show?id=12&idLinha=110>

⁵¹ Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/fne-sol/pessoa-fisica> e <https://www.bnb.gov.br/fne-verde>

⁵² Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/produtos-servicos/agronegocio/energia-verde>

EIXO INSTITUCIONAL



Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16), Parceria e meio de implementação (ODS 17)

ODS 16. A análise mostra que o Brasil regrediu no cumprimento do ODS 16 e tem um longo caminho a percorrer no que se refere à redução da violência, melhoria no acesso à cidadania e fortalecimento institucional do Estado. A violência no Brasil atingiu proporções alarmantes e é marcada por vieses de gênero, raça e idade. Em 2020, os homicídios no Brasil aumentaram 4% em relação ao ano anterior, colocando o país entre os mais violentos do mundo⁵³.

ODS 17. Houve forte deterioração dos indicadores das metas relacionadas às finanças públicas e internacionais em 2020 e 2021, verificado pelo salto na dívida líquida do governo federal, queda da atividade econômica, aumento do desemprego e saída brusca de capitais estrangeiros do Brasil. No âmbito internacional, observou-se uma redução na prestação de cooperação técnica pelo Brasil. As atividades de cooperação técnica atingiram o auge em 2011, com a execução de 783 projetos, e, em 2020, o montante foi de 139 iniciativas⁵⁴.

⁵³ Fonte: Anuário Brasileiro da Segurança Pública (FBSP, 2021) e o Atlas da Violência (IPEA, 2021).

⁵⁴ Fonte: ABC (2021).



3. COMO O SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO PODE CONTRIBUIR PARA ACELERAR E DAR ESCALA AO CUMPRIMENTO DOS ODS NO BRASIL

Promovendo o desenvolvimento transformador: Missão 2030

Os ODS podem ser traduzidos para o sistema financeiro a partir do conceito de finanças sustentáveis, que integra os aspectos de sustentabilidade no processo de tomada de decisão, nas políticas e nos arranjos institucionais do mercado financeiro, contribuindo para um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo⁵⁵. Nessa definição, sustentabilidade diz respeito não só aos aspectos ambientais, como também sociais, econômicos e institucionais. Modelos de financiamento desenvolvidos a partir do conceito de finanças sustentáveis se pretendem, portanto, mais abrangentes do que o modelo de financiamento tradicional ou mesmo aqueles de baixo carbono, climático, verde ou socioambiental.

No caso do Brasil, graças ao seu posicionamento privilegiado – instituições distribuídas por todo território nacional e ligadas a diferentes níveis de governo – o SNF tem conseguido identificar e apoiar projetos sustentáveis a nível local, regional e nacional. Utilizando sua *expertise* local, seu potencial para mobilização de capitais privados, sua capacidade de estruturar projetos e parcerias público-privadas e, notadamente, o seu potencial para a atração de recursos internacionais destinados ao financiamento da agenda do desenvolvimento sustentável no país, o SNF demonstra ser um ator central para a definição de estratégias que viabilizem a realização dos investimentos vultuosos e necessários ao cumprimento das prioridades estabelecidas para uma transição sustentável.

O diagnóstico apresentado na seção anterior evidenciou que as instituições do SNF, ainda que enfrentando limitações, tem buscado atuar com olhar integrado em seu financiamento às questões ambientais, trazendo também aspectos sociais e econômicos em suas políticas de financiamento, em uma perspectiva integrada de desenvolvimento sustentável.

Nessa linha, a fim de fortalecer e ampliar essa atuação, o Plano ABDE 2030 usa a abordagem de políticas orientadas por missões⁵⁶ para guiar o Sistema Nacional de Fomento na construção de uma estratégia capaz de potencializar o seu papel no fomento ao desenvolvimento sustentável. A proposição de missões busca engajar os atores do SNF no enfrentamento de grandes desafios que podem transformar os padrões de produção, distribuição e consumo em vários setores e grupos sociais em prol da geração de valor, inclusão e sustentabilidade.

⁵⁵ *Sustainable finance: an overview* (GIZ, 2020). Disponível em: [Sustainable Finance_English_version.pdf \(giz.de\)](#); OCDE/PNUD, 2020; e IFC, 2021,

⁵⁶ Mazzucato, M. (2018). *Mission-oriented Innovation Policy: Challenges and Opportunities*. Disponível em: [OP-ICJ180035 803..816 \(ucl.ac.uk\)](#)

O objetivo da missão aponta para o nível estratégico da intervenção, entendido como o objetivo de desenvolvimento transformador. Por sua vez, projetos potenciais representam o nível tático, ou seja, os diferentes caminhos possíveis para se alcançar o objetivo da missão⁵⁷, enquanto as propostas representam como os projetos podem ser levados adiante⁵⁸.

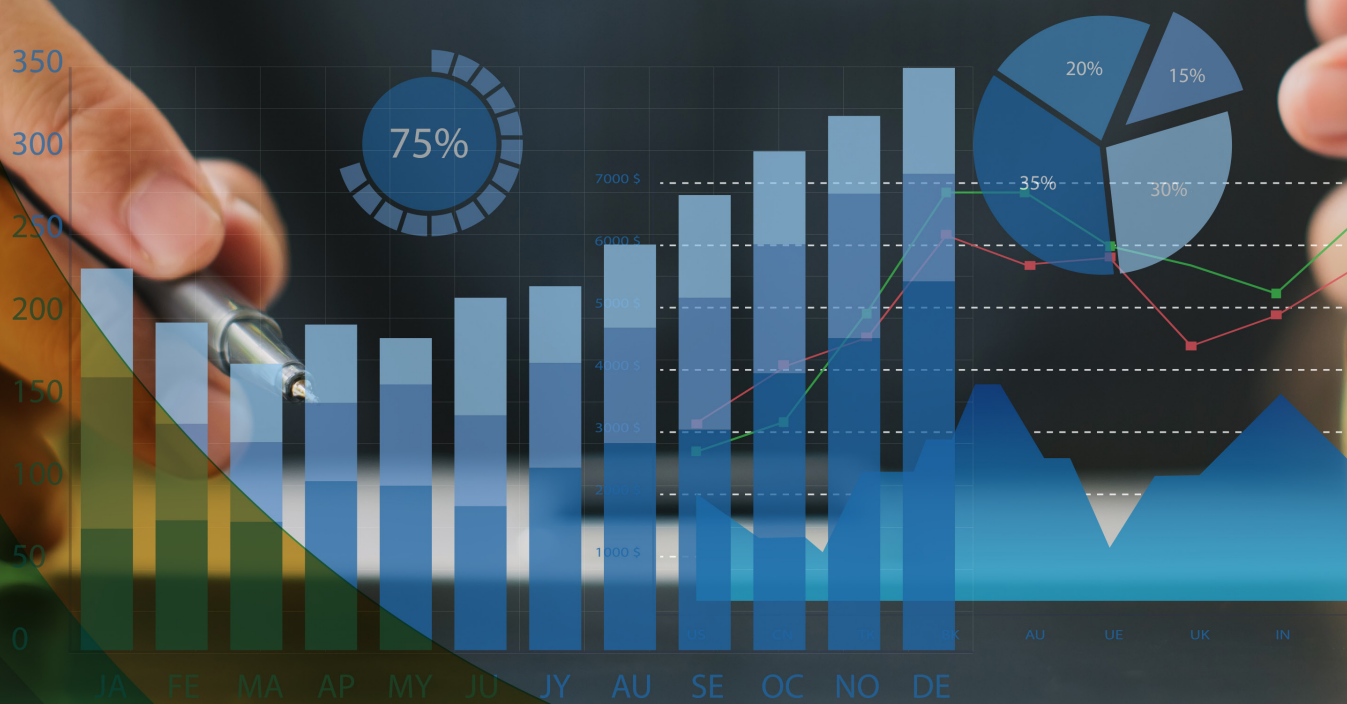
A ambição das missões é proporcional a sua necessidade de financiamento, o que posiciona o SNF como ator central para o enfrentamento dos desafios identificados. Dessa forma, o fortalecimento do sistema é considerado condição para a entrega das missões. Ao dar condições para que os atores do SNF estejam melhor preparados e equipados para contribuir de forma robusta e eficiente para a realização das missões, a proposição de uma agenda de fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento é um desdobramento esperado a partir da definição de missões.

A próxima seção apresenta um conjunto de cinco missões com potencial transformador em termos de contribuição para o desenvolvimento sustentável no Brasil, incluindo, sempre que possível, um escopo geral de projetos e propostas, bem como de possibilidades de fomento que podem ser oferecidas pelo SNF, a fim de guiar a atuação do Sistema Nacional de Fomento em prol do cumprimento das missões. As cinco missões são:

- Futuro digital, inteligente e inclusivo
- Ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia
- Agronegócio engajado
- Infraestrutura e cidades sustentáveis
- Saúde como motor do desenvolvimento

⁵⁷ A seleção dos projetos potenciais levou em consideração a sua factibilidade segundo a regra "SMART": *Specific* (específico), *Measurable* (mensurável), *Achievable* (alcançável), *Relevant* (relevante) e *Timely bounded* (delimitado no tempo)

⁵⁸ Tão importante quanto estruturar a lógica "vertical" da missão (nível estratégico condicionado ao cumprimento do nível tático que, por sua vez, está condicionado ao cumprimento operacional), deve-se estruturar também a sua lógica "horizontal", isto é, como garantir que a entrega das missões esteja em diálogo entre si (e com outras missões). Para isso, seriam necessários indicadores do status de cumprimento da missão por cada IFD. Esses indicadores poderiam ser pactuados pelas IFDs do sistema ou mesmo entre as IFDs e empresas específicas.



4. FUTURO DIGITAL, INTELIGENTE E INCLUSIVO

A agenda de digitalização da economia tem se apresentado como essencial para o desenvolvimento econômico dos países (ODS 9 e ODS 8).

A agenda de digitalização da economia tem se apresentado como essencial para o desenvolvimento econômico dos países (ODS 9 e ODS 8). O investimento necessário para essa área é fundamental para o atingimento dos ODS e o SNF tem papel central no fomento desde o apoio para que as pequenas empresas se digitalizem e possam gerar mais empregos (ODS 8), passando por todo o processo de infraestrutura digital e investimento em inovação (ODS 9) chegando em diversas áreas como cidades inteligentes (ODS11) e agronegócio inteligente. Além disso, cabe destacar que o Brasil apresenta níveis insatisfatórios nos indicadores associados aos ODS 5 e 10, havendo espaço para uma maior contribuição do SNF para o cumprimento dessa agenda, muito embora já estejam em curso diversas ações do sistema – internas e externas – visando endereçar questões de gênero. Não obstante, a igualdade de oportunidades requer uma atuação integrada que considere como diferentes marcadores sociais – de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros – interação entre si.

Figura 2: Futuro digital, inteligente e inclusivo



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Mazzucato (2018).



(...) uma vez que as dificuldades de acesso à internet, que refletem questões de desigualdades regionais, poderão se agravar com a chegada da tecnologia 5G.

Tendo como premissa o impulso para a inovação dado pela inclusão da diversidade de gênero e de raça e a compreensão do fenômeno da interseccionalidade – isto é, a interação entre diferentes marcadores sociais – essa missão tem potencial para impactar de forma ampla indicadores dos ODS 5 e 10. Além disso, essa missão é fundamental para contribuir para o maior valor agregado na economia e para geração de empregos decentes (ODS 8). Ao mesmo tempo, essas características demandam uma ação multifacetada para o seu cumprimento (Figura 2). Alguns projetos, ainda em fase conceitual, oferecem caminhos para se alcançar a missão *futuro digital, inteligente e inclusivo*

- Acesso às tecnologias da informação para digitalização 5G na cidade e no campo
- Ampliação de oportunidades digitais para negócios e pesquisas lideradas por mulheres
- Preparação de pequenas e médias empresas (PMEs) e trabalhadores(as) para cadeias produtivas digitalizadas (*Smart Networks*)

a. Acesso às tecnologias da informação para digitalização 5G na cidade e no campo

O investimento na indústria 4.0 e na digitalização deve estar acessível para empresas de diferentes portes e em diferentes regiões do território nacional, uma vez que as dificuldades de acesso à internet, que refletem questões de desigualdades regionais, poderão se agravar com a chegada da tecnologia 5G. Formuladores e executores de políticas públicas devem estar preparados para essa nova realidade.

A transformação dessa realidade requer investimento em infraestrutura que permita um acesso mais igualitário às tecnologias digitais. O advento da tecnologia 5G abre espaço para um investimento concentrado em inovação tecnológica do qual o SNF poderia fazer parte, assim como do impulso para a digitalização de MPMEs, garantindo que empresas de diferentes portes possam absorver os benefícios da tecnologia 5G e outras inovações tecnológicas que dela possam derivar.

Alguns atores relevantes para essa agenda são os bancos federais e a Finep, na provisão de linhas de crédito para ampliação do acesso igualitário às tecnologias da informação. O SNF poderia atuar para: (i) o desenvolvimento de parcerias com agentes relevantes na implementação de 5G no país; (ii) a ampliação e aumento de capilaridade do financiamento de projetos de desenvolvimento e incorporação de

novas tecnologias; (iii) a provisão de crédito e garantias para pequenos provedores; e (iv) o fomento à capacitação e digitalização de empresas de todos os portes.

No que tange especificamente à expansão da tecnologia 5G no país, o SNF precisa trabalhar em diálogo direto com os grupos de trabalho da Anatel junto às empresas vencedoras do Leilão do 5G⁵⁹. O Ministério de Comunicações anunciou a liberação de R\$ 368 milhões dos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) para investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico, com linhas específicas para implementação do 5G no país, a serem desembolsados pelo BNDES e Finep. No âmbito industrial, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), por meio da atuação em rede, visa criar um ambiente propício para adoção de tecnologias pelo setor industrial no Brasil, sendo um parceiro importante para as instituições do SNF com ações voltadas ao apoio ao setor produtivo na incorporação de tecnologias.

A entrada do 5G abre espaço para o desenvolvimento de uma série de inovações que tem papel de contribuir com o aumento da competitividade das empresas nacionais, seja daquelas que absorverem a tecnologia ou das que a desenvolverem. Dessa maneira, o SNF pode atuar nas duas pontas. A Finep tem papel central no fomento ao desenvolvimento de inovações, estimulando empresas a investirem mais a partir do uso de subvenção econômica e de recursos não reembolsáveis para promover a interação entre instituições científicas e tecnológicas (ICT) e empresas. Além disso, o BNDES e instituições como BDMG e BRDE podem apoiar os investimentos em infraestrutura de conectividade 5G nos estados e municípios, além de contribuir com a agenda de inovação.

Em relação ao financiamento para pequenos provedores, destaca-se a possibilidade de utilização do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para financiar projetos que promovam a democratização da internet e de novas tecnologias, incluindo modalidades reembolsáveis e não reembolsáveis. O FUST também poderá ser usado como fundo garantidor, principalmente para pequenos provedores que têm dificuldade em oferecer garantias.

⁵⁹ Leilão realizado pela Anatel em 05/11/2021. A expectativa é de que o plano de investimento somado atinja R\$ 50,2 bilhões para o cumprimento das obrigações associadas aos lotes arrematados. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/anatel-realiza-leilao-do-5g>.

Para o fomento à capacitação e digitalização de empresas de todos os portes, destaca-se o Finep Inovacred, que, embora não esteja diretamente relacionado à infraestrutura digital, apoia a sua implementação por meio do financiamento a MPMEs no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços visando ampliar a competitividade das empresas no âmbito regional ou nacional. Bancos subnacionais e agências de fomento, como a Desenvolve SP e o BRDE, são importantes operadores dessa linha de financiamento.

Dessa maneira, para além do crédito, o SNF pode atuar com subvenção econômica, arranjos inovadores de *blended finance*, estruturação de projetos e, ainda, poderia alinhar agendas de financiamento a investimentos ligados aos leilões de 5G (conectando oferta e demanda) que combinem recursos públicos e privados para a consecução de iniciativas impulsionadoras da infraestrutura de conectividade no país.

Cases de atuação do SNF

BNDES Créditos Serviços 4.0 – linha de financiamento com foco na contratação de serviços tecnológicos associados à otimização da produção, à viabilização de projetos de manufatura avançada e à implantação de soluções de cidades inteligentes e outros similares.

Finep Conecta – estímulo à cooperação entre empresas e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), de forma a levar conhecimento gerado nas ICTs para as empresas brasileiras, promover maior alinhamento dos objetivos da Ciência Nacional às demandas empresariais, elevar os dispêndios em P&D e incentivar projetos de maior risco tecnológico.

Finep 5G – apoio ao desenvolvimento e à adoção de tecnologias 5G no país.

A experiência do Bndes com parcerias público-privadas na execução do Programa ES Inteligente, programa com potencial para financiar infraestrutura de telecomunicação e soluções tecnológicas, pode ser um exemplo a ser explorado no âmbito subnacional. Em outra direção, a Desenvolve MT estabeleceu parceria com o Tec Hub do Senai e universidades do estado para estruturar polos de desenvolvimento e conectar estado e academia, com vistas a fomentar o ecossistema de



A tecnologia 5G abre novas oportunidades de investimento. O SNF pode aproveitar essa janela de oportunidade para lançar novos fundos garantidores com foco em conectividade digital (...)

tecnologia no estado. Essa interação entre diferentes atores do ecossistema de inovação a nível estadual pode ser estimulada em todas as regiões do país. A execução subnacional de linhas de crédito da Finep e BNDES, a exemplo do Inovacred, é outro exemplo a ser explorado e ampliado por outras instituições do SNF.

Um importante *benchmark* internacional é o *Funding for digital in the 2021-2027 Multiannual Financial Framework* da Comissão Europeia usado para financiar o programa *Shaping Europe's digital future*. Trata-se de um arcabouço financeiro composto por diferentes instrumentos de financiamento voltados para a digitalização, incluindo tanto fundos orçamentários, quanto instrumentos catalisadores de investimento privado. Em relação a esse último, chama atenção o programa *Connecting Europe Facility* (CEF Digital), que apoia não somente a conexão de cidades inteligentes, mas também a criação de corredores de internet ininterruptos em locais com maior demanda econômica, a serem financiados pelo setor privado.

A tecnologia 5G abre novas oportunidades de investimento. O SNF pode aproveitar essa janela de oportunidade para lançar novos fundos garantidores com foco em conectividade digital, utilizando, por exemplo, recursos do FUST para pequenos provedores. Uma possível inovação em termos de instrumento financeiro seriam os *social tech bonds*, derivados do conceito de social bonds, todavia com especificidades visando garantir a inclusão digital de grupos identitários comumente excluídos e populações vivendo em comunidades remotas. No entanto, o êxito de uma estratégia que combine diversos instrumentos financeiros requer que eles estejam articulados dentro de um mesmo arcabouço ou estratégia, a exemplo do proposto no *Multiannual Financial Framework*, e em sintonia com o cronograma de implementação de 5G no país.

b. Ampliação de oportunidades digitais para negócios e pesquisas liderados por mulheres

Esse projeto tem como objetivo expandir e potencializar a participação e liderança feminina em negócios e pesquisas por meio da ampliação de oportunidades digitais, contribuindo para a redução das barreiras enfrentadas por mulheres na administração de seus negócios e/ou realização de pesquisas (ODS 5 e ODS 9). O acesso a ferramentas digitais permite que negócios se modernizem e sejam capazes de seguir a mudança digital em curso.

A contribuição do SNF envolve a adequação de instrumentos financeiros visando o estímulo ao empreendedorismo feminino para além do capital de giro. Proporcionar condições para que oportunidades digitais sejam aproveitadas por mulheres em seus negócios e/ou pesquisas envolveria também o financiamento de planos de negócios com programas de apoio; a exigência de garantias factíveis; condições de pagamento melhoradas atreladas a condicionantes.

Uma possibilidade a ser explorada seriam modelos com uso de não reembolsável (*Grant*) prioritário visando a redução do risco das operações e o incentivo a projetos de empreendedorismo feminino. Esses instrumentos, se adequados para o público-alvo feminino, podem contribuir para que mais mulheres consigam propor e realizar investimentos de maior volume e solidez. Além disso, análises de risco de projetos com essas temáticas poderiam ser consideradas de forma diferenciada pelo SNF se houvesse uma orientação do órgão regulador nesse sentido.

Cases de atuação do SNF

Programa Mulheres Empreendedoras (AGE) – financia planos de negócios de empreendedoras mulheres para além do capital de giro, permitindo que mulheres façam investimentos mais seguros. A contrapartida é a capacitação e a formalização.

Programa Mulheres Inovadoras (Finep e MCTI) – oferece aceleração voltada especificamente para *startups* lideradas por mulheres visando o aumento da representatividade feminina no cenário empreendedor nacional por meio de capacitação.

Um instrumento inovador que merece destaque são os *gender bonds* – entendidos como *social bonds*⁶⁰ com especificidades de gênero. A experiência do Marrocos com *gender bonds* pode servir de *benchmark*⁶¹ para o Brasil. É importante que o SNF seja estimulado e capacitado a oferecer soluções inovadoras, adequando seus condicionantes, a fim de que uma quantidade cada vez maior de mulheres possa “*break the glass ceiling*”⁶².

Acompanhamento legislativo

PL 238/2015 – determina a igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público, a fim de garantir igualdade de gênero e raça na ocupação de cargos e carreiras na atividade pública.

PL 1883/2021 – dispõe sobre mecanismos de facilitação do crédito a microempresas e empresas de pequeno porte controladas e dirigidas por mulheres e a microempreendedoras individuais.

c.Preparação de pequenas e médias empresas (PMEs) e trabalhadores(as) para cadeias produtivas digitalizadas (Smart Networks)

O processo de digitalização de empresas e serviços, impulsionado pela pandemia da covid-19, permite que empresas de todos os portes e setores se tornem mais produtivas e eficientes. Uma janela de oportunidade para a criação de empregos decentes (ODS 8) se abre à medida que mais empreendedores compreendam e tenham acesso aos benefícios da digitalização (ODS 9). Em paralelo, observa-se um estímulo cada vez maior à inclusão na atividade econômica de grupos identitários excluídos (ODS 5), o que contribui diretamente para a geração de renda, fomenta o empreendedorismo, a abertura de novos mercados e novas oportunidades de trabalho decente.

⁶⁰ De acordo com os Princípios das Obrigações Sociais (SBP), *social bonds* são qualquer tipo de instrumento obrigacionista que aplica exclusivamente os proventos, ou montante equivalente, para financiar ou refinar, parcial ou totalmente, projetos sociais elegíveis novos ou existentes. Esses projetos devem se alinhar aos quatro componentes centrais do SBP: i) uso de recursos; ii) processo de avaliação e seleção de projetos; iii) gestão do produto; e iv) relatórios.

⁶¹ Um dos maiores bancos do Marrocos anunciou uma nova solução de financiamento dedicada a mulheres líderes de projetos. São obrigações subordinadas, denominadas *gender bonds*, cujos fundos angariados destinam-se exclusivamente ao financiamento de mulheres empreendedoras e trabalhadoras independentes.

⁶² A metáfora cunhada pelo movimento feminista que significa “quebrar o teto de vidro” em referência a barreiras nas carreiras das mulheres de alta renda nos Estados Unidos. Trata-se de conceito para se referir a obstáculos que impedem o avanço das mulheres de minorias, bem como dos homens de minorias.

Nesse sentido, atento a essa movimentação em torno de um novo paradigma tecnológico, o SNF pode dispor de recursos para apoiar o processo de digitalização de PMEs de diferentes setores, contribuindo para que os pequenos e médios negócios tenham condições de responder e se adaptar tempestivamente às mudanças tecnológicas em curso, aproveitando os benefícios em termos de redução de custos e aumento de produtividade. O apoio às PMEs é uma das atividades mais pujantes do SNF, crescendo a cada ano. Durante a pandemia da covid-19, o crescimento do apoio do SNF ao segmento de PMEs atingiu 57%, o que reforça a capacidade do sistema em atender com rapidez e robustez as necessidades de pequenas e médias empresas no país.

Tendo em vista a relevância do papel de IFDs subnacionais e cooperativas de crédito no apoio às PMEs, instituições de maior porte, a exemplo de BNDES e Finep, poderiam se valer da capilaridade e alcance daquelas IFDs para formar parcerias que permitissem potencializar o crédito disponível para as demandas de pequenas e médias empresas. Nesse sentido, programas com foco na digitalização de PMEs poderiam ganhar escala dentro do SNF. A digitalização desse segmento de empresas é fundamental para um ganho sustentado de produtividade da economia. Alguns exemplos de programas do SNF voltados para essa agenda são o Finep Inovacred 4.0 e o BNDES crédito de serviço 4.0. Um complemento importante poderia ser a participação de instituições de assistência técnica e tecnológica, como Sebrae, Senai e outros nessas linhas de financiamento via estruturação de crédito assistido.



5. ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO EM BIOECONOMIA E PARA A AMAZÔNIA

A bioeconomia oferece uma oportunidade para o Brasil promover o crescimento econômico e gerar empregos (ODS 8) em bases sustentáveis, além de melhorar a qualidade de vida da sociedade e proteger o meio ambiente (ODS 15).

A bioeconomia contribui para a solução de desafios sociais e ambientais (ODS 11 e 13) ao promover o acesso equitativo (ODS 4 e ODS 10) de pequenos produtores de alimentos e de produtos da sociobiodiversidade⁶³ – particularmente de mulheres, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais (ODS 5) – à terra cultivável.

O acesso equitativo à terra tem efeitos positivos sobre a produtividade agrícola (ODS 4) e o consumo consciente (ODS 12), além de contribuir para a redução do uso de agrotóxicos, a saúde e bem-estar (ODS 3) e a redução da pobreza (ODS 1). Além de produtos com alto valor agregado e inovação (ODS 9), a bioeconomia, junto à agricultura familiar, também tem papel crucial na promoção da segurança alimentar (ODS 2) das regiões Norte e Nordeste. Portanto, dar condições de resiliência e robustez à bioeconomia e à agricultura familiar contribui para protegê-las de choques externos.

A missão *Ecosistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia* nasce do desafio de construir um ambiente mais favorável para a atividade econômica a partir da bioeconomia e para a Amazônia (Figura 3). O fomento a um ecossistema com esse foco se justifica pelo elevado potencial de inovação tecnológica associado à bioeconomia. Ainda, a bioeconomia está diretamente relacionada à manutenção de ativos ambientais por meio do sequestro de carbono, a ciclagem de nutrientes, a provisão de água, entre outros.

Figura 3: Ecosistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Mazzucato (2018).

Os projetos da missão *Ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia*, ainda em fase conceitual, oferecem caminhos para o alcance da missão. São eles:

- Apoio na gestão de negócios, capacitação, mitigação de riscos e formação em bioeconomia
- Programa de ciência e tecnologia com foco em biotecnologia
- Incentivos econômicos para valorização de ativos ambientais e controle do desmatamento na Amazônia e outros biomas

a. Apoio na gestão de negócios, capacitação e mitigação de riscos e formação em bioeconomia

Além de representar uma área ainda em desenvolvimento no Brasil, os projetos de bioeconomia costumam ser geridos ou envolver micro e pequenos produtores de comunidades locais ao longo de sua cadeia produtiva. O conhecimento em bioeconomia e gestão de negócios ainda é limitado e, portanto, a necessidade de capacitação e mitigação de riscos dos negócios é um desafio para o setor. Nesse sentido, o SNF poderia ofertar crédito, assistência técnica e capacitação para fortalecer arranjos produtivos, gerar novas oportunidades de negócios nas regiões menos desenvolvidas do país, contribuindo assim para o desenvolvimento da bioeconomia a nível nacional, e, conseqüentemente, para um avanço na igualdade de gênero, educação e trabalho decente.

Os protagonistas desse projeto seriam os bancos públicos e cooperativos e as agências de fomento, que atuariam como vetores de crédito para produtos da sociobiodiversidade na Amazônia Legal e demais biomas brasileiros. O Sebrae e as agências de fomento poderiam operar na capacitação, mitigação de riscos e gestão de negócios inovadores. Juntas, essas instituições atuariam para a criação, fortalecimento ou ampliação de: (i) instrumentos financeiros; (ii) acesso a *funding* pelas IFDs; (iii) acesso ao crédito, capacitação em bioeconomia e gestão de negócios por micro e pequenos produtores de comunidades locais; (iv) parcerias de instituições do SNF com organizações que já atuam no ramo de inovação em bioeconomia; e (v) capacidades institucionais dos atores do sistema em bioeconomia. Cada uma das estratégias, atores relevantes do SNF, exemplos de iniciativas replicáveis e *benchmarks* internacionais são descritos nos parágrafos a seguir.

⁶³ O conceito de sociobiodiversidade diz respeito aos bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vive.

Com relação aos instrumentos financeiros, agências de fomento das regiões Norte (Afeam, Afap, entre outras) e Nordeste (Desenvolve Alagoas, AGE, AGN, Desenhavia, entre outras) e bancos cooperativos (Sicredi, Sicoob e Cresol) poderiam aproveitar a sua grande capilaridade para ampliar a oferta – em especial a mulheres, pessoas negras, indígenas e quilombolas – de crédito, assistência técnica e capacitação em produtos da sociobiodiversidade. Bancos federais, a exemplo do BB, BNDES, Basa e BNB, também são atores relevantes no desenvolvimento da bioeconomia, notadamente no Norte e Nordeste, por possuírem estruturas robustas capazes de potencializar a bioeconomia nessas regiões via criação de novos instrumentos financeiros, maior facilidade na captação de recursos internacionais e estabelecimento de parcerias de cooperação internacional.

Merecem destaque as parcerias com instituições financeiras de investimento de impacto, *private equity*, aceleradoras, *venture builder*, *venture capital* e capital semente voltadas para produtos da sociobiodiversidade. Um exemplo seria uma maior interação com os programas prioritários da lei de informática da região Norte, como o Programa Prioritário em Bioeconomia (PPBio) da Suframa⁶⁴, que tem como objetivo diversificar e impulsionar investimentos para a exploração econômica sustentável da biodiversidade. O PPBio é um instrumento inovador, que permite ao setor privado investir na agenda de bioeconomia sem ônus de gestão e contando com o suporte técnico do Idesam e demais instituições de C&T envolvidas na iniciativa.

⁶⁴ A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é uma autarquia filiada ao Ministério da Economia. Ela administra e controla os incentivos fiscais concedidos às empresas estabelecidas na Zona Franca de Manaus, além de promover estratégias de desenvolvimento para toda a região da Amazônia Ocidental.



Outra iniciativa interessante foi a aprovação do Fundo de Bioeconomia da Amazônia, que conta com recursos do *Green Climate Fund* (GCF) e é operado pelo BID⁶⁵. O fundo destina-se a alavancar investimentos para adaptação e mitigação dos impactos da mudança climática na bacia amazônica por meio de bionegócios inovadores que buscam conservar os ecossistemas e a biodiversidade amazônica, aumentar a resiliência climática e melhorar as condições de vida nos países amazônicos. Nesse sentido, uma alternativa para potencializar a sinergia e explorar a capilaridade do SNF, visando aumentar seu acesso a *funding* para projetos de bioeconomia, seria por meio da criação de fundos organizados por bancos federais, nos quais agências de fomento de menor porte operassem como repassadores, respeitando limitações de ordem institucional.

Com relação ao acesso ao crédito, agências de fomento poderiam fortalecer programas de informação e educação financeira com vistas a ampliar o conhecimento sobre “linhas verdes”, como o Pronaf Bioeconomia, bem como o acesso e manutenção de recursos financeiros pelos extrativistas. Outro caminho para ampliar o acesso das comunidades locais ao crédito seria por meio das “finanças de proximidade” e a interiorização dos agentes financeiros viabilizando uma aproximação entre quem opera o crédito rural e quem deseja acessá-lo. Para tanto, seria necessário buscar o apoio de instituições parceiras locais e instituições financeiras de investimento de impacto para destravar crédito, reduzir as garantias e compartilhar risco. A intermediação entre a Cooperativa Sementes do Marajó e o Basa realizada pela Conexus com recursos do Pronaf B e a integração de fundos especiais de garantia para crédito rural pelo *Fideicomisos Instituidos en Relación con la Agricultura* (FIRA), no México, são exemplos de como gerar mais segurança nas operações com esse perfil.

O treinamento em empreendedorismo para micro e pequenos produtores de comunidades locais poderia ser liderado pelo Sebrae e agências de fomento – incluindo parceria com Emater, Senar, Senai, ONGs, entre outros – via programas de ensino e treinamento em tecnologia, manejo sustentável e competências administrativas e empreendedoras. Um exemplo a ser fortalecido é o programa “Inova Amazônia” do Sebrae, que oferece bolsas de mentoria para capacitação em empreendedorismo. Além disso, o Sebrae poderia ofertar

⁶⁵ Fonte: [GCF aprova criação do Fundo de Bioeconomia da Amazônia, somando-se à Iniciativa do BID | IADB](#)

capacitação e assessoramento às PMEs para que elas possam operacionalizar os procedimentos da Lei de Acesso aos Recursos Genéticos⁶⁶.

Além de fundos destinados a financiar e apoiar *startups*, PMEs e jovens empreendedores, países como Noruega e Singapura criaram fundos para a capacitação em bioeconomia⁶⁷ que poderiam ser replicados no Brasil. A capacitação em bioeconomia também pode ser feita via agências de fomento, bancos cooperativos e bancos federais com instituições internacionais parceiras, a exemplo do edital da Agência Alemã de Cooperação (GIZ) para cooperativas e associações da agricultura familiar nas cadeias prioritárias do cacau, açaí e castanha-do-brasil nos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará no âmbito do projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor.

No que diz respeito ao fortalecimento da gestão de negócios, BNDES, Basa e BNB têm potencial para apoiar ações de promoção comercial de produtos da bioeconomia, o que pode ser feito em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). A criação de um selo de origem para os produtos da bioeconomia, com o objetivo de agregar valor e apoiar a proteção e preservação da biodiversidade brasileira, poderia contribuir para melhorar a gestão de produtos inovadores de bioeconomia, bem como para maior acesso aos mercados internacionais.

O SNF também poderia apoiar a formação em bioeconomia para o desenvolvimento de tecnologias produtivas inovadoras (seja no manejo, beneficiamento, comercialização) para aproveitamento dos resíduos de produtos. Parcerias entre as agências de fomento, que têm atuação local, e instituições como Embrapa e Emater, secretarias municipais de agricultura, universidades e instituições de pesquisa (exemplo: Instituto SENAI de Inovação em Biotecnologia) poderiam ser construídas a partir da definição de setores estratégicos⁶⁸. Em diversos países, as estratégias de fomento à bioeconomia incluem a criação de fundos para captação de recursos direcionados ao desenvolvimento de tecnologias, a exemplo do que é feito na África do Sul e na Colômbia⁶⁹. Essas e outras experiências podem ser estudadas de modo a inspirar soluções adequadas ao contexto brasileiro.

⁶⁶ A Lei 13.123/2015 regulamenta o acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefício oriundos da biodiversidade brasileira.

⁶⁷ FRAM – aprimoramento de habilidades gerenciais e Startup SG Founder, respectivamente

⁶⁸ Por exemplo, o setor de saúde poderia ser o foco de algumas dessas parceiras. Nesse sentido, instituições do SNF poderiam colaborar com a EMBRAPA e as associações do setor farmacêutico para promoção da inovação tecnológica no setor de fármacos a partir de produtos da sociobiodiversidade.

⁶⁹ No caso da Colômbia, o país conta com o *Fondo Acción* para a capacitação para desenvolvimento de tecnologias para a exploração do *Achiote*, e o desenvolvimento de atividades educativas de inovação científica (inovação, o empreendedorismo, transferência de resultados e proteção de invenções via propriedade intelectual).

Ainda, bancos federais poderiam ofertar programas de capacitação às agências de fomento, de modo que estas compreendam as diferenças entre o crédito à bioeconomia e o crédito rural tradicional, aumentando o conhecimento do funcionamento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e aproximando os agentes financeiros dos agentes econômicos que promovem a bioeconomia. Além da capacitação e da proximidade aos temas de financiamento à bioeconomia, as instituições do SNF também poderiam ampliar parcerias com instituições que promovam capacitação sobre o risco de desmatamento no crédito às atividades agropecuárias, a exemplo da UNEP-FI por meio da iniciativa *Good Growth Partnership*.

Nessa linha, cabe destacar a Aliança pelo Financiamento da Amazônia, iniciativa da ABDE e do BID, que tem como objetivo fortalecer e organizar a rede de financiamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da Amazônia Legal, em especial por meio da mobilização de instituições associadas à ABDE com atuação na região e do desenvolvimento de instrumentos financeiros adequados à realidade local. Espera-se que a Aliança seja um hub de geração e difusão de informações e boas práticas que possam ser aproveitadas pelas instituições do SNF com atuação na região.

A coordenação de iniciativas de financiamento e fomento permite que sejam identificadas sinergias e complementariedades na atuação dos diferentes atores ligados ao financiamento sustentável da região, contribuindo assim para potencializar o impacto das iniciativas em curso e/ou em desenvolvimento. Nesse sentido, a Aliança facilitará que os atores ligados ao financiamento sustentável tenham um conhecimento mais amplo e transversal sobre a atuação do SNF como um todo na região da Amazônia Legal, permitindo que o sistema realize todo o seu potencial de transformação da realidade local.

b. Programa de ciência e tecnologia com foco em biotecnologia

Para alavancar um ecossistema de inovação em bioeconomia, é necessário criar e fortalecer iniciativas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) que desenvolvam novos produtos e aprimorem cadeias de valor, contribuindo com a preservação dos diferentes biomas do país. Tais iniciativas estão diretamente relacionadas aos ODS 15 e ODS 9 ao apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias e agregação de valor nas cadeias produtivas (ex. novos materiais que podem ser inseridos em diferentes cadeias produtivas, biofármacos, biocombustíveis,

entre outros). Elas também podem gerar impactos positivos para a redução de desigualdades, o fortalecimento da igualdade de gênero e a diversidade racial (ODS 5 e ODS 10).

Tendo em vista que várias IFDs operam nesse segmento (BNDES, Finep, Basa, Sebrae, Banpará, Afeam e Afap, BNB, entre outros), existe a possibilidade de uma atuação conjunta para alavancar a implementação de ecossistemas de inovação e fortalecimento das cadeias locais. Seria possível também usar essa rede de atores para estimular a criação e a ampliação de novos “laboratórios da floresta”, aliando conhecimentos tradicionais locais, dados científicos e aparato tecnológico, inclusive de comunicação, para instrumentalizar as comunidades locais.



O papel do SNF nessa agenda pode ser ampliado por meio da combinação de instrumentos financeiros.

Para tanto, podem ser usados os instrumentos financeiros já disponíveis nessas instituições, a exemplo das linhas de financiamento para inovação focados em produtos da bioeconomia. Parcerias com as instituições locais, tais como universidades, redes de assistência técnica e tecnológica (Emater, Senai, Senar e a Embrapa) são importantes para o sucesso dessas iniciativas. Além disso, o apoio as pequenas empresas e empreendedores é fundamental para manter a floresta em pé, como no caso da Amazônia. Nesse sentido, uma parceria com o Sebrae permitiria o desenvolvimento de uma rede de apoio a empresas inovadoras e empreendedores locais.

O papel do SNF nessa agenda pode ser ampliado por meio da combinação de instrumentos financeiros. Por exemplo, o uso do não reembolsável para a interação entre universidade e empresas; a subvenção econômica para o apoio às PMEs; e o crédito para produção de produtos inovadores. Nessa linha, uma mesma empresa poderia receber recursos de diferentes modalidades em diferentes fases do projeto ao longo da cadeia de inovação. Esse *mix* de instrumentos poderia ser potencializado pela capilaridade do SNF⁷⁰.

⁷⁰Atualmente, diversas instituições atuam em hubs de inovação, por exemplo a Amaz Aceleradora de Impacto, o CERTI, a Plataforma de Parceiros pela Amazônia, a Amazônia Ativa, AmazôniaLab, BioTec Amazônia e outros projetos de bioeconomia.

Cases da atuação do SNF

Inova Amazônia (Sebrae) – programa que busca juntar ciência e tecnologia para a geração de negócios com foco no uso sustentável dos recursos naturais estimulando empreendedores e pequenos empresários a pesquisar e utilizar de forma consciente a biodiversidade, de maneira que seus recursos sejam renovados durante o uso.

Programa Finep/MCTI Amazônia (Finep) – programa que tem por objetivo promover o crescimento econômico e social sustentável da população que vive na Amazônia brasileira. São recursos de subvenção econômica para projetos de Inovação nos temas de bioeconomia e transformação digital – a serem desenvolvidos por empresas sediadas na região Norte.

c. Incentivos econômicos para valorização de ativos ambientais e controle do desmatamento na Amazônia

O controle do desmatamento e a valorização da floresta em pé e de seus ativos ambientais por meio da utilização de incentivos econômicos permite o fortalecimento de iniciativas ligadas à bioeconomia na Amazônia. Tais incentivos têm impactos na proteção da biodiversidade, no estímulo à produção e consumo sustentáveis, assim como na redução de desigualdades e emissões.

Para alcançar esses benefícios, os bancos do SNF poderiam se capacitar para operacionalizar recursos provenientes de arranjos de Pagamento por Serviços Ambientais⁷¹ (PSA), a exemplo da captura de carbono e regulação hídrica, que valorizem ativos ambientais e estejam em consonância com a Política Nacional de PSA. Um exemplo concreto é o Programa Reflorestar de PSA estadual do Bades, iniciativa que poderia ser replicada em outras IFDs do sistema, respeitando as limitações de cada instituição.

⁷¹ Lei 14.119/2021. Arranjos de PSA preveem que os beneficiários externos dos serviços ambientais realizem pagamentos diretos aos provedores desses serviços, proprietários do recurso ambiental, mediante contratos e condições que garantam que estes adotarão as práticas de conservação e/ou restauração dos ecossistemas.

No campo internacional, vale ressaltar a política de PSA da Costa Rica, que pode servir de *benchmark* para a regulamentação do instrumento no Brasil⁷². Por sua vez, o fundo de Kunming abre uma nova possibilidade de financiamento verde e, junto a outros fundos internacionais e consórcios, a exemplo do Consórcio Brasil Verde, dispõe de recursos que poderiam ser operados pelas IFDs subnacionais.

O SNF tem outros instrumentos financeiros à disposição, a exemplo da emissão de títulos sociais e verdes – como os programas do BNDES e do BDMG para emissão de títulos verdes e sustentáveis – e do crédito de descarbonização via biocombustíveis (CBio). O BNDES também poderia ampliar o programa BNDES Crédito ASG, que oferece juros diferenciados para projetos de madeira de reflorestamento, equipamentos para energia renovável e eficiência energética, mineração e siderurgia, para bancos regionais e agências de fomento.

Bancos e agências de fomento poderiam se tornar elegíveis para a emissão de Letras de Desenvolvimento Sustentável⁷³ – proposta de instrumento financeiro de captação de longo prazo que incorpora o conceito de sustentabilidade – uma vez que atendessem os requerimentos de medidas para seleção do lastro e/ou garantia adequada ao propósito da operação. Nesse caso, poderiam ser estabelecidos requisitos mínimos em termos de aspectos de governança (estrutura, responsabilidades e poder decisório), processos de seleção de projetos e carteiras, controle de riscos (due diligence das operações) e política de comunicação às partes interessadas.

A criação de Letras de Desenvolvimento Sustentável poderia ampliar as possibilidades de financiamento da bioeconomia na Amazônia e em outros biomas.

Acompanhamento legislativo

Regulamentação da Lei 14.119/2021, que define o instrumento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

⁷² No entanto, a lei carece de regulamentação no sentido de que ainda é preciso esclarecer a origem dos recursos que poderão compor o Programa Nacional de PSA. Outros trechos vetados na Lei de PSA devem ser rediscutidos pois não permitem que o poder público estabeleça outros incentivos tributários, como créditos com juros diferenciados para atividades de recuperação de áreas degradadas e incentivos creditícios para o manejo sustentável da biodiversidade e demais recursos naturais.

⁷³ A Letra de Desenvolvimento Sustentável (LDS) é uma proposta de instrumento financeiro de captação de longo prazo, com incentivos de capital e fiscais adequados e com elevado potencial de aceitação nos mercados brasileiros e internacionais. A proposta tem foco no desenvolvimento de um mercado que apoie, em especial, a atuação das instituições do SNF. Em particular, a visão é integrar o conceito de sustentabilidade na retomada econômica. A LDS tem origem em um estudo do BID que contou com a contribuição da ABDE. Disponível em: [Letra de Desenvolvimento Sustentável: um instrumento inovador para o setor financeiro e de apoio à atuação do Sistema Nacional de Fomento \(iadb.org\)](https://www.iadb.org/publications/document/pt-br/letra-de-desenvolvimento-sustentavel-um-instrumento-inovador-para-o-setor-financeiro-e-de-apoio-a-atuacao-do-sistema-nacional-de-fomento)



6. AGRONEGÓCIO ENGAJADO

Os compromissos com relação à mudança climática assumidos no ODS 13 dependem, em boa medida, de transformações no campo. Parte significativa das emissões totais de gases de efeito estufa decorre do desmatamento e tem origem no setor agropecuário⁷⁴. Da mesma forma, padrões de consumo e produção responsáveis tem forte associação com o meio rural e as cadeias de valor dos sistemas agroalimentares (ODS 12).

O Brasil está bem posicionado no ranking dos maiores produtores e exportadores mundiais de diversas *commodities*⁷⁵. No entanto, a expansão da agricultura e da pecuária tem custos relevantes em termos de desmatamento, erosão dos solos e desertificação, entre outros, comprometendo a biodiversidade e elevando as emissões de carbono e outros gases de efeito estufa associados à mudança do clima. As atividades do agronegócio podem afetar o cumprimento de ODS ligados à vida terrestre (ODS 15) e saúde (ODS 3).

O processo de produção do agronegócio apresenta baixo potencial de transbordamento tecnológico e de encadeamento de demanda sobre outros setores da economia, incluindo a agricultura de pequena escala, familiar e com vocação para as culturas sustentáveis, as quais exercem papel fundamental para a promoção de inclusão no campo. Há, portanto, impacto indireto do agronegócio sobre ODS ligados à maior inclusão no campo (ODS 2,5 e 10).

Outros fatores relevantes para o desenho dessa missão são: (i) a heterogeneidade estrutural presente no campo, representada por um diferencial significativo do emprego e do nível de salários entre o agronegócio e a agricultura familiar⁷⁶, o que afeta os ODS ligados ao trabalho decente, crescimento econômico e à redução das desigualdades; e (ii) a necessidade constante de reduzir ineficiências e diminuir desperdícios na cadeia de valor do agronegócio, exigindo atenção às questões tecnológica e produtiva e ao uso da água presentes nos ODS 9 e 6.

A missão *Agronegócio engajado* contempla a cadeia de valor do agronegócio, incluindo setores da agropecuária, indústria de transformação, agricultura familiar e outros⁷⁷. Esses sistemas agroalimentares têm impacto substantivo na estrutura produtiva da economia, na sustentabilidade e na qualidade de vida do brasileiro – notadamente no que se refere à segurança alimentar e inclusão de grupos vulneráveis do meio rural (Figura 4).

⁷⁴ Observatório do clima, 2021; PRODES.

⁷⁵ Observatório da complexidade econômica, 2021.

⁷⁶ PINTO, 1972; REIS, CARDOSO, 2020.

⁷⁷ A cadeia de valor do agronegócio, em geral, inclui desde as atividades de planejamento de negócios, P&D tecnológico de produção, mobilização de matérias primas, fertilizantes e máquinas e equipamentos para o plantio e colheita, a logística de transporte e armazenagem, distribuição e comercialização, bem como o consumo e as atividades de coleta, seleção e reciclagem.

Figura 4: Agronegócio engajado



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Mazzucato (2018).

Os projetos da missão *agronegócio engajado*, ainda em fase conceitual, oferecem caminhos para o alcance da missão. São eles:

- Ampliar padrões sustentáveis de produção via instrumentos de financiamento inovadores
- Redução de custos nas cadeias de valor e perdas de alimentos
- Resiliência e robustez nas cadeias de valor para segurança alimentar com foco em agricultura familiar



a. Ampliar padrões sustentáveis de produção via instrumentos de financiamento inovadores

A realização desse projeto requer um novo olhar sobre o financiamento de tecnologias e técnicas de produção do agronegócio brasileiro. É preciso investir em inovação e adaptação de instrumentos de financiamento para que essas técnicas experimentem um ganho de produtividade e sustentabilidade. O foco dos investimentos estaria na transformação da agropecuária e da produção de alimentos, bem como de insumos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

Para isso, é fundamental que as diretrizes de sustentabilidade do Banco Central (BCB) contidas na Resolução 140/2021⁷⁸ sejam incorporadas pelos atores do SNF. Vale ressaltar que uma atualização da Resolução BCB 2394/1976 para inclusão de critérios de sustentabilidade como condicionantes⁷⁹ poderia ampliar o potencial de atuação dos bancos de desenvolvimento nas operações de crédito rural.

Ampliar a escala do crédito rural sustentável poderia estimular o volume e a ambição de projetos ligados a padrões sustentáveis de produção. Fortalecer e ampliar o Programa ABC⁸⁰ seria fundamental para viabilizar essa ação, tendo em vista o volume minoritário de recursos do Plano Safra 2021/2022 destinados a esse programa focado em agricultura de baixo carbono.⁸¹

No futuro, bancos e agências de fomento poderiam intermediar a execução financeira da Cota de Reserva Ambiental e oferecer linhas de crédito.⁸² Outra possibilidade seria dar escala ao Crédito de Recebíveis do Agronegócio, operação lançada em 2021 para aumentar as fontes de crédito para os produtores rurais.⁸³

Assim como trazido na missão ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia, bancos e agências de fomento poderiam se tornar elegíveis para a emissão de Letras de Desenvolvimento Sustentável⁸⁴. Instituições como as cooperativas de crédito poderiam emitir essas letras visando ampliar suas ações de apoio ao agronegócio sustentável.

⁷⁸ Define critérios de impedimento sociais, ambientais e climáticos no manual de crédito rural que já seriam aplicados ao Plano Safra.

⁷⁹ Alguns exemplos seriam: (i) a exigência de práticas de manejo que reduzam emissões de GEE ou fixam carbono; e (ii) a interrupção do crédito agrícola para empresas, unidades produtivas ou municípios com área de desmatamento em expansão.

⁸⁰ O Programa ABC alia práticas agropecuárias com recuperação de pastagens degradadas; integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais; plantio direto na palha; fixação biológica de nitrogênio; e plantio de florestas comerciais e tratamento de dejetos animais.

⁸¹ R\$5 bilhões de um total de R\$ 251,2 bilhões previstos para o Plano Safra 2021/2022

⁸² A operacionalização dessa proposta depende da decisão do STF sobre o conceito de identidade ecológica, que definirá se o mercado ocorrerá por biomas ou será mais restritivo.

⁸³ A operação teve o BNDES como garantidor.

⁸⁴ Vide nota de rodapé 62.



(...) fatores como inflação, escassez, desabastecimento e acirramento das desigualdades comprometeram a segurança alimentar, seja no meio urbano ou rural.

A atuação da Aliança pelo Financiamento da Amazônia poderia ser potencializada a partir de uma articulação com o Fundo de Bioeconomia da Amazônia lançado pelo BID em 2021 com recursos do Green Climate Fund (GCF). Uma vez que existe a percepção de que negócios em bioeconomia são de alto risco para alguns investidores, os fundos aprovados pelo GCF na forma de empréstimos, doações e ações para o Fundo de Bioeconomia da Amazônia poderão contribuir para reduzir o risco do investimento privado. Outro instrumento interessante para a realização desse projeto seria a criação do mercado voluntário de carbono e finanças verdes.

b.Redução de custos nas cadeias de valor e perdas de alimentos

A disrupção das cadeias globais de valor foi um dos efeitos mais visíveis da pandemia da covid-19, em especial na cadeia de alimentos. Como consequência, fatores como inflação, escassez, desabastecimento e acirramento das desigualdades comprometeram a segurança alimentar, seja no meio urbano ou rural. Nesse sentido, urge iniciativas estratégicas visando aumentar a resiliência a choques sistêmicos das cadeias do sistema agroalimentar, bem como torná-las mais robustas e sofisticadas⁸⁵.

A agricultura familiar contribui diretamente para o cumprimento dos ODS 2 e 12, que intencionam eliminar a fome e a insegurança alimentar, bem como alavancar padrões de consumo e produção sustentáveis. Considerando a sua importância também para a oferta de alimentos no país⁸⁶ e seu papel dentro da cadeia de valor dos produtos agroalimentares, esse projeto sugere incentivos para a resiliência, robustez e sofisticação das cadeias, bem como para reduzir perdas de alimentos por meio de três estratégias principais: (i) fortalecer as cadeias de valor da agricultura familiar; (ii) modernização da produção com máquinas e equipamentos, assim como da infraestrutura de logística, armazenamento, distribuição e comercialização; (iii) reflorestamento. Cada umas das estratégias, atores relevantes do SNF, exemplos de iniciativas replicáveis e *benchmarks* internacionais são descritos nos parágrafos a seguir.

⁸⁵ MIROUDOT, 2021; REIS, CARDOSO, 2020.

⁸⁶ Dados de 2019 do IBGE mostram que os estabelecimentos de agricultura familiar foram responsáveis por 23% do valor da produção nacional. Em 2017, o segmento possuía 10,1 milhões de pessoas ocupadas, correspondente a 67% do total de ocupados do setor agropecuário brasileiro.

Para isso, bancos federais (notadamente Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES), bancos regionais e cooperativos, além de IFDs subnacionais (principalmente, BRB, Badesul, Goiás Fomento, Fomento Paraná e Badesc), podem atuar na ampliação do crédito assistido (como taxas de juros diferenciadas), garantias e gestão de riscos para a agricultura familiar, mais especificamente por meio de algumas frentes: (i) ampliação de condições para crédito rural com condicionantes de sustentabilidade como Pronaf Bioeconomia, Pronaf Florestas e ABC+, em especial nos biomas Cerrado e Amazônia; (ii) criação de incentivos para financiamento e implementação de certificações; e (iii) a inclusão dos critérios socioambientais com rastreabilidade de origem.

A cooperação entre os atores do SNF e instituições de assistência técnica como Sebrae, Emater, Senar, Senai e ONGs poderia facilitar a adoção de modelos que atendam aos requisitos necessários para a agricultura familiar, bem como para a construção de polos de inovação voltados para o desenvolvimento regional. Para tanto, *blended finance* e instrumentos de garantia para projetos mobilizadores de novos investimentos na cadeia produtiva, agregação de valor e redução de custos também poderiam ser incentivados.

Esse projeto busca melhorar a infraestrutura de transporte e armazenagem combinada com promoção da economia circular (ODS 12), da gestão da água e resíduos (ODS 6), contribuindo assim para reduzir a diferença entre o preço do alimento pago ao produtor e aquele final.. As contribuições potenciais do SNF nessa agenda, em especial BNDES e bancos regionais, incluem a disponibilização de linhas de crédito específicas, valendo-se também de modelos de *blended finance*, para projetos 3R⁸⁷ das empresas da economia circular do agronegócio, visando a economia de recursos e redução das perdas e desperdícios de alimentos nas etapas de transporte, armazenagem, distribuição e comercialização.

Para a melhoria da infraestrutura de transporte, logística e armazenagem, o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns do BNDES poderia ser aperfeiçoado e ampliado via Plano Safra e bancos parceiros, a exemplo do Banco do Brasil, BRDE e BDMG, considerando o crescimento da demanda por investimentos nos últimos anos e o seu caráter estratégico para este projeto.

⁸⁷ Como forma de promover a redução ou não geração de resíduos, surge o princípio dos 3 R's: reduzir, reutilizar e reciclar. Essas ações, unidas à adoção de padrões de consumo sustentável, têm sido promovidas como forma de proteger os recursos naturais e minimizar o desperdício.

Como estratégia de reflorestamento, agências de fomento poderiam apoiar o desenvolvimento de assentamentos verdes (agroflorestas), com o objetivo de, posteriormente, serem carbono negativo e entrar em processo de emissão de *green bonds*. Outra possibilidade seria direcionar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para a agricultura orgânica familiar e a bioeconomia que contribuam para a neutralização de emissões.

Alternativamente, seria possível capitalizar os fundos rotativos a partir de recursos dos produtores que acessam o Pronaf B e recebem bonificação. Uma opção seria “doar” parte da bonificação ao instrumento rotativo para ampliar o seu alcance. Os recursos do fundo rotativo poderiam constituir uma espécie de “aval solidário” para as operações do Pronaf associadas à produção familiar.

c. Resiliência e robustez nas cadeias de valor para segurança alimentar com foco em agricultura familiar

Para aumentar a resiliência e a robustez nas cadeias de valor visando a segurança alimentar com foco em agricultura familiar e bioeconomia, o SNF poderia ampliar e potencializar incentivos creditícios – a exemplo de taxas de juros diferenciadas – para atividades ligadas



à bioeconomia e/ou a agricultura familiar. Esse incentivo de crédito operaria por meio de duas frentes: (i) ampliação do crédito rural com condicionantes de sustentabilidade, como o Pronaf Bioeconomia, Pronaf Florestas e ABC+; e (ii) criação de incentivos para financiamento e implementação de certificações e inclusão de critérios socioambientais com rastreabilidade de origem.

O SNF poderia apoiar o desenvolvimento de assentamentos verdes (agroflorestas) com o objetivo de, posteriormente, eles serem carbono negativo fazendo parte de um processo de emissão de *green bonds*. Outra possibilidade seria direcionar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para atividades da bioeconomia e a neutralização de emissões de gases de efeito estufa.⁸⁸ O programa Finep Amazônia de transformação digital já utiliza recursos do FNDCT para esse propósito, abrindo uma oportunidade para que essa experiência seja replicada por outras instituições do sistema. Ainda, bancos federais e regionais poderiam aportar capital de risco em cadeias produtivas da bioeconomia.

O sistema pode apoiar modelos inovadores para as cadeias produtivas, bem como a agregação de valor e a infraestrutura da região amazônica via *blended finance*. Ainda, a cooperação entre atores do SNF e instituições de assistência técnica seria importante para adequar os produtos de financiamento para que atendam os requisitos necessários da bioeconomia.⁸⁹

Outra estratégia seria capitalizar fundos rotativos a partir de recursos dos produtores que acessam o Pronaf B e recebem bonificação. Uma opção seria “doar” parte da bonificação ao instrumento rotativo para ampliar o seu alcance. Os recursos do fundo rotativo poderiam constituir uma espécie de “aval solidário” para as operações do Pronaf. Essa experiência já foi testada em outras cadeias e poderia ser replicada entre os fundos de produtos da sociobiodiversidade.

⁸⁸ A Lei Complementar 177/2021 alterou alguns artigos da Lei 11.540/2007, como a delimitação das despesas que não estão sujeitas a contingenciamento. Também modificou a aplicação dos recursos para o apoio a programas, projetos e atividades de C, T&I destinados à neutralização das emissões de gases de efeito estufa do Brasil e à promoção do desenvolvimento do setor de bioeconomia.

⁸⁹ Um exemplo é o trabalho da Conexsus com o Fundo Socioambiental Conexsus e a criação de redes de ativadores de crédito para mentoria e supervisão de processos de acesso ao crédito, aproximando produtores e instituições financeiras.



7. INFRAESTRUTURA E CIDADES SUSTENTÁVEIS

No Brasil, aproximadamente 76% da população vive em centros urbanos e 70% do PIB nacional é gerado em cidades com mais de 100 mil habitantes⁹⁰. É possível afirmar que o sucesso da Agenda 2030 no país passa por uma transformação das cidades brasileiras rumo à redução das desigualdades regionais e a promoção de uma urbanização inclusiva e de baixo carbono.

O potencial que a transformação de cidades tem para acelerar o cumprimento da Agenda 2030 é um reflexo de vários fatores, incluindo o elevado efeito multiplicador de ODS relacionados ao acesso à água, saneamento e infraestrutura, com impacto direto em outros tantos ODS, como o ODS 6 e ODS 9; a contribuição de redes eficientes de mobilidade urbana de pessoas, bens e materiais para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, conectando cidadãos a serviços básicos, empregos, mercados e uns aos outros, entre outros.

O gap de infraestrutura em cidades brasileiras é um problema histórico que responde diretamente ao crescimento da população urbana no país. A infraestrutura das cidades parece não se mover na mesma velocidade na qual as pessoas migram da zona rural para a urbana. O cenário se torna ainda mais desafiador com a dificuldade de se financiar projetos ligados a infraestrutura urbana. Eles são considerados de alto risco e recebem menos investimentos por serem intensivos em externalidades e gerarem benefícios econômicos coletivos não capturados nas receitas dos prestadores de serviço.

O elevado grau de heterogeneidade dos municípios brasileiros, notadamente no que diz respeito à capacidade institucional, representa outra variável relevante nessa equação. Municípios com baixa capacidade técnica para estruturação de projetos ou formulação de políticas públicas não conseguem se posicionar bem na coordenação de programas públicos de investimentos em infraestrutura ou mesmo na integração entre os níveis federal, estadual e municipal da administração pública. A capacidade institucional determina o potencial daquele município de planejar, financiar, implementar e monitorar políticas e projetos, o que é ainda mais sensível nos casos de investimentos em infraestrutura social e urbana.

A missão *infraestrutura e cidades sustentáveis* nasce com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais por meio da urbanização inclusiva e sustentável. É preciso encontrar alternativas para o financiamento de cidades mais resilientes e inclusivas. As diferentes dimensões do conceito de cidades sustentáveis – que vai de tecnologias de conectividade a equipamentos públicos (creches, parques, iluminação pública) – exigem soluções inovadoras em termos de financiamento (Figura 5).

⁹⁰ IBGE, 2015.

O SNF exerce papel central no financiamento a cidades, respondendo por aproximadamente 99% do crédito a municípios brasileiros, fazendo dele um candidato natural a líder dessa missão. Não obstante, a participação do SNF nessa agenda precisa ser calibrada de acordo com a heterogeneidade das instituições do sistema, seja em termos de capacidade institucional, recursos disponíveis ou limites de atuação.

Figura 5: Infraestrutura e cidades sustentáveis



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Mazzucato (2018).

Os projetos da missão *Infraestrutura e cidades sustentáveis*, ainda em fase conceitual, oferecem caminhos para o alcance da missão. São eles:

- Diversificação e desenvolvimento de fontes energéticas renováveis e eficiência energética
- Amplo acesso à água e à gestão de resíduos
- Mobilidade urbana inclusiva



a. Diversificação e desenvolvimento de fontes energéticas renováveis e eficiência energética

Atualmente, as cidades consomem mais de 2/3 da energia mundial e representam mais de 70% das emissões globais de gases do efeito estufa. No Brasil, a energia é o segundo item de maior custo nos orçamentos municipais, ficando atrás apenas da folha de pagamento⁹¹. Além disso, setores competitivos como a indústria dependem da eficiência energética nos seus processos produtivos. Em paralelo, a diversificação das fontes de energia renovável é essencial para o atingimento da segurança energética (ODS 9) e a transição para uma economia de baixa emissão de carbono (ODS 13).

Para diversificar as fontes energéticas renováveis e aumentar a eficiência energética, o SNF pode atuar no fomento de setores de equipamentos e atividades ligadas à geração e transmissão de energia, obras de infraestrutura e fabricação de biocombustíveis por meio de: (i) maior alinhamento com estratégias setoriais; (ii) ampliação das fontes de recursos via fundos internacionais e garantidores; (iii) subvenção, assistência técnica e crédito para o desenvolvimento de novas tecnologias; (iv) desenvolvimento do mercado de carbono; e (v) garantias.

No que tange aos marcos regulatórios e institucionais, a ação do SNF para a diversificação de fontes energéticas renováveis e apoio à eficiência energética poderia estar alinhada com o Plano Nacional de Energia 2030 do governo federal, que articula e integra estraté-

⁹¹ BID, 2021.

gias para expansão de energia econômica e sustentável pelos próximos anos. Como possibilidade de ampliação de projetos no setor de fontes renováveis, destaca-se o fomento à construção de parques híbridos. Para viabilizar a sua atuação nesse setor, o SNF poderia articular junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a regulamentação desse tipo de projeto. Dessa forma, seriam estimulados novos modelos de negócio no segmento. Bancos comerciais estaduais e agências de fomento poderiam financiar ou utilizar *grant*⁹² para consultorias e assessorias visando apoiar a elaboração de planos de infraestrutura energética municipais. Consórcios municipais poderiam ser estruturados para acesso a esse tipo de programa.

Parcerias com instituições internacionais como o BID, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o banco de desenvolvimento alemão KfW e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), são uma alternativa a ser explorada para ampliar fontes de recursos disponíveis, bem como promover o compartilhamento de experiências e melhores práticas que contribuam para expandir o número de projetos de energia renovável. Essas instituições contribuem, gerenciam ou executam fundos, como o *Latin America Investment Facility* e o *Clean Technology Fund*, que apoiam a estruturação de projetos, a avaliação de impactos sociais e ambientais, o desenvolvimento de oferta e demanda, a formação e capacitação de técnicos para projetos de energia renovável.

Ademais, as agências de fomento da região Nordeste poderiam atuar em coordenação com o BNB para acessar os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e financiar projetos de energia renovável na região. Esse arranjo alavancaria recursos e contribuiria para a descentralização de iniciativas no setor. Além disso, o mesmo modelo de articulação poderia ser usado com o BNDES para utilização do Fundo Clima via Finame Energia Renovável.

Outra estratégia para a diversificação de fontes energéticas renováveis e apoio à eficiência energética seria o uso de subvenção econômica e não reembolsáveis, com a destinação de recursos para que ICTs e empresas realizem, em parceria, atividades de P&D em projetos para a geração de novos biocombustíveis, ganhos de eficiência energética e melhor aproveitamento de resíduos. Além disso, recursos de subvenção poderiam ser utilizados para que empresas desenvolvessem essas tecnologias diretamente.

⁹² Cabe destacar que recursos internacionais na forma de grant poderiam ser utilizados para viabilizar essa atuação de bancos e agências de fomento.



(...)o SNF também poderia agrupar projetos e empacotá-los de modo a torná-los mais atrativos para o mercado doméstico e internacional.

A Finep, por meio do programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, poderia apoiar projetos voltados para a eficiência energética no setor automotivo. Já o BNDES, com o programa Funtec, poderia aportar recursos não reembolsáveis em projetos de P&D desenvolvidos em parceria por ICTs e empresas, com foco nessas áreas. Nesse sentido, BNDES e Finep poderiam fortalecer a coordenação de seus instrumentos financeiros visando contribuir para dar escala a iniciativas locais. No mais, poderiam formar parcerias com instituições subnacionais para que elas apoiassem projetos de MPMEs beneficiadas com recursos de subvenção e não reembolsáveis.

O SNF também poderia oferecer assistência técnica para a estruturação de projetos de plantas eólicas e infraestrutura de energia, incluindo PPPs. Nesse sentido, bancos de desenvolvimento poderiam atuar conjuntamente aos bancos comerciais estaduais e agências de fomento, valendo-se da capilaridade do sistema, para mitigar riscos e aumentar o *pool* de projetos bancarizáveis. Ainda, o SNF poderia ampliar e fortalecer o apoio técnico e financeiro aos municípios na estruturação de projetos de edificação, iluminação pública e geração distribuída de energia elétrica. As agências de fomento e bancos comerciais estaduais poderiam ser protagonistas na condução dessas ações, tendo em vista a sua capilaridade e proximidade de atores subnacionais.

Cumprir ressaltar a participação do BNDES na estruturação de projetos de PPPs de iluminação pública, articulando o setor público, novos investidores e operadores qualificados. Iniciativas semelhantes à plataforma online de capacitação Enerflix⁹³ poderiam ser desenvolvidas no Brasil com participação de instituições do SNF, a fim de auxiliar municípios brasileiros a fazer um uso mais eficiente de energia. Além de replicar experiências de linhas de crédito para fomento de infraestrutura urbana, o SNF também poderia agrupar e empacotar projetos de modo a torná-los mais atrativos para o mercado doméstico e internacional.

Cabe destacar a importância da capacitação em eficiência energética para micro e pequenas empresas. O Sebrae atua nesse tema oferecendo capacitação para minimizar custos das MPMEs e promover

⁹³ Trata-se parceria entre o BID, o consórcio iX-FUPAI-FAPEPE e o Fundo Especial japonês para criação de uma plataforma que oferece capacitação online e gratuita para o desenvolvimento de projetos de eficiência energética e geração distribuída, auxiliando os municípios brasileiros a economizar energia.

a redução de emissões. Assim, o Sebrae, em parceria com agências de fomento e cooperativas de crédito, poderia avançar na agenda de assistência técnica em eficiência energética para MPMEs. Ainda, a atuação do SNF no fomento à sustentabilidade por meio do trabalho com municípios em projetos de eficiência energética urbana deve envolver a construção de parcerias para troca de experiências, a fim de alavancar recursos e expandir projetos de infraestrutura urbana em coordenação com iniciativas desenvolvidas por instituições como o ICLEI, potencializando os resultados dos projetos apoiados.

Instrumentos de crédito para o segmento precisam ser desenhados para mitigar os riscos dos projetos. Nesse sentido, merece destaque a linha de financiamento da Fomento Paraná destinada a empresas de micro e pequeno porte para a compra de equipamentos de geração de energia a partir de fontes renováveis ou para substituição de lâmpadas e equipamentos equivalentes para melhoria da eficiência energética. Ações semelhantes poderiam ser desenvolvidas para estimular a compra e instalação de sistemas de micro e minigeração de energia elétrica fotovoltaica, eólica ou de biomassa.

Em paralelo, linhas especiais poderiam ser criadas para estimular o financiamento da microgeração e minigeração distribuída. O FNE Sol do BNB para mini e microgeração distribuída de energia elétrica, por exemplo, poderia ser usado por empresas de diversos portes e atuação setorial, além de pessoas físicas. Outra experiência é a linha de crédito do Banco do Brasil, com recursos do FCO, para a aquisição e instalação de placas fotovoltaicas em residências. Além de replicar essas experiências de linhas de crédito, o SNF também poderia agrupar projetos de modo a torná-los mais atrativos para o mercado doméstico e internacional.

Uma discussão dentro desse tema é o papel do SNF no mercado de carbono, o que envolve o debate sobre a regulamentação desse mercado no Brasil (PL 528/2021)⁹⁴. Uma possível alternativa seria criar um mercado voluntário e, em uma etapa seguinte, evoluir para o mercado regulado. A primeira operação do BNDES no mercado de carbono voluntário, programada para 2022, pode contribuir para o avanço desse instrumento. No mais, o SNF poderia criar fundos e

⁹⁴ O Projeto PMR (Partnership for Market Readiness) Brasil, coordenado pelo Ministério da Economia e pelo Banco Mundial, avaliou a inclusão da precificação de emissões (via imposto e/ou mercado de carbono) no pacote de instrumentos voltados à implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima no pós-2020.

linhas de financiamento para compra de crédito de carbono, a fim de incentivar o desenvolvimento do mercado nacional de carbono, bem como promover a criação de consórcios, com vistas a reduzir o custo de pequenos e médios investidores e estimular a entrada deles naquele mercado.

Um caminho alternativo seria a criação de um Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) compulsório, implantado gradualmente com mecanismos de proteção à competitividade e de estabilidade de preços. Esse caminho busca aumentar a escala para cumprimento das metas ambientais e, ao mesmo tempo, garantir a competitividade na transição para uma economia verde.

Produtos de garantia ajudariam a mitigar o custo do crédito e as exigências do sistema bancário. Um exemplo a ser monitorado é o do Programa de Garantia a Créditos para Eficiência Energética – FGEnergia, aprovado em 2021 com operação prevista para este ano. O programa tem como público-alvo as MPMEs que buscam financiamento para implementar ações de eficiência energética, contribuindo para a redução de emissões e o aumento da produtividade e da competitividade. O programa poderá ser aplicado para cobertura de linhas de repasse do BNDES ou de linhas próprias do parceiro bancário credenciado, não consumindo o limite do banco parceiro junto à instituição. Com o FGEnergia, bancos poderão flexibilizar ou até mesmo dispensar as exigências de garantias reais dos clientes de pequeno e médio porte nos financiamentos voltados a ações de eficiência energética.

Outro instrumento que as instituições de fomento poderiam estimular seria a criação de índices de eficiência energética ou a implementação de um consumo máximo, inclusive para a priorização de financiamentos e orientação da demanda.

No tópico de biocombustíveis, o SNF poderia fomentar pesquisas e desenvolvimento tecnológico na área, apoiar a inclusão de biocombustíveis como bens verdes perante a Organização Mundial de Comércio e atuar conjuntamente às cooperativas para o avanço do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (com destaque para as complementariedades com a missão *ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia*).

Acompanhamento legislativo de políticas públicas

PL3368/20 – determina que a partir de 2030 os automóveis e utilitários leves fabricados no Brasil ou importados usarão exclusivamente biocombustível, como o etanol.

Programa Nacional de Hidrogênio – avança no desenvolvimento do mercado de hidrogênio no Brasil e a sua inclusão como um dos temas prioritários para investimentos em pesquisa e inovação.

b. Amplo acesso à água e à gestão de resíduos

O novo marco legal do saneamento básico alterou dispositivos de sete leis que regulavam o setor no país e estabeleceu meta de cobertura da população com acesso à rede de água de 99% e de cobertura de esgoto de 90% até 2033, sinalizando importante transição no arranjo institucional do saneamento no Brasil. No que diz respeito ao fomento, a atuação das instituições do SNF, tanto no financiamento quanto na estruturação de projetos, pode contribuir para aumentar o volume de recursos privados e destravar os investimentos no setor. Ressalta-se a capacidade do SNF de ser braço indutor dos investimentos em água e saneamento por sua expertise local e forte atuação com governos municipais e estaduais.

Uma possível alternativa para potencializar o papel do SNF nessa agenda seria por meio do financiamento para consórcio de municípios e parcerias regionalizadas. Um exemplo que pode ser replicado e expandido é o do Programa BRDE Municípios, no qual o banco atua diretamente no desenvolvimento local, viabilizando projetos das administrações municipais – notadamente em saneamento e mobilidade urbana⁹⁵.

⁹⁵ Entre 2016 e 2020 foram desembolsados R\$ 827,1 milhões, beneficiando 136 municípios da Região Sul, que correspondem à população de 7,16 milhões de pessoas. Desse total de municípios apoiados, 79% possuem população de até 50 mil pessoas, mostrando a importância do programa para os pequenos municípios.

É importante que o sistema expanda sua participação em parcerias público-privadas para projetos de infraestrutura sustentável, em especial capacitando instituições de fomento subnacionais para que elas possam potencializar sua atuação em iniciativas de infraestrutura urbana. O estímulo à capacitação e assistência técnica em estruturação de projetos para as IFDs é fundamental, especialmente considerando a elevada participação do SNF no financiamento aos municípios e as limitações enfrentadas por eles na estruturação de projetos.

Outra linha de ação seria a adaptação dos produtos financeiros das IFDs, direcionando-os aos projetos de infraestrutura visando o estabelecimento de prazos de carência e amortização compatíveis com os fluxos de caixa e ciclo de vida desse tipo de projeto. Uma forma de aumentar a participação das IFDs nessa agenda seria por meio da estruturação de fundos de garantias para estados e municípios destinados ao financiamento de projetos de infraestrutura sustentável.

c. Mobilidade urbana inclusiva

A mobilidade urbana – com seus bens e serviços associados – possui importância estratégica na agenda de infraestrutura e cidades sustentáveis. Ela é caracterizada pela geração de economias de rede e por externalidades positivas como a inclusão social, melhoria da qualidade de vida da população e redução direta ou indireta de emissões de poluentes.

O SNF pode atuar no apoio técnico e financeiro aos municípios na elaboração de planos plurianuais de transportes e investimentos em mobilidade urbana sustentável. Orientadas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana, as políticas locais de mobilidade urbana podem combinar instrumentos de promoção da acessibilidade com objetivos de redução do consumo de energia, emissão de gases de efeito estufa. Nessa linha, haveria a possibilidade de escalonar as operações diretas e indiretas do Fundo Clima por meio do acesso de instituições do SNF ao fundo visando o financiamento de projetos de mobilidade urbana capazes de contribuir para a redução de emissões.

A experiência do BRDE na operação do Fundo Clima com recursos do BNDES, por exemplo, poderia ser replicada para outras IFDs⁹⁶. Ainda, seria interessante articular instituições de diferentes portes do SNF visando o compartilhamento de experiências e o aprofundamento do conhecimento e capacitação em estruturação de projetos para a mobilidade urbana.

No que tange aos marcos regulatórios da infraestrutura social e urbana, o SNF poderia atuar na sensibilização de gestores públicos quanto a elaboração de instruções normativas, leis e decretos com o objetivo de conectar compras públicas e indicadores de sustentabilidade, incentivando programas de mobilidade urbana com potencial reduzido de emissões. Um teste possível seria a aquisição de ônibus escolares pelo Ministério da Educação. Essa demanda poderia estimular a produção de veículos elétricos, movidos a biocombustíveis ou híbridos, se houvesse algum condicionante ligado à sustentabilidade. Para o caso de municípios pequenos, uma alternativa poderia ser o estabelecimento de consórcios para compras públicas.

Por fim, no que diz respeito à coordenação, instituições de médio porte do SNF, bancos estaduais comerciais e agências de fomento poderiam formar parcerias visando aprofundar experiências e avançar na estruturação de projetos de infraestrutura social e urbana, bem como na padronização de contratos, reduzindo o custo administrativo via compartilhamento de boas práticas.

⁹⁶ Por ter taxas mais baixas do que as praticadas no mercado, o Fundo Clima contribui para diminuir o custo de capital de investimentos de mobilidade para os investidores.



8. SAÚDE COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi constituído sob as premissas de universalidade e integralidade do acesso⁹⁷, sendo atualmente a única garantia de serviços de saúde para $\frac{3}{4}$ da população brasileira.



A sustentabilidade dos sistemas de saúde tem sido uma preocupação constante dos governos e da sociedade, principalmente em razão do crescimento acentuado dos custos como reflexo dos avanços tecnológicos.

A demanda nacional em saúde responde por aproximadamente 9% do PIB brasileiro, 10% dos trabalhadores qualificados, 30% do esforço nacional de P&D e as plataformas das tecnologias críticas para o futuro. A sustentabilidade dos sistemas de saúde tem sido uma preocupação constante dos governos e da sociedade, principalmente em razão do crescimento acentuado dos custos como reflexo dos avanços tecnológicos.

É nesse contexto que se desenvolveu o conceito de Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), no qual os setores de saúde estão todos interconectados e a efetivação dos direitos sociais se dá com o desenvolvimento de uma base produtiva, tecnológica e de inovação que funcione como sustentação, havendo, assim, uma relação endógena entre a dimensão social e econômica do desenvolvimento. A produção nesse setor conflui para o espaço produtivo de prestação de serviços de saúde, fortemente articulado, envolvendo a atenção básica, serviços de diagnóstico e tratamento, ambulatoriais e hospitalares, o que condiciona toda a dinâmica competitiva e tecnológica desse setor.⁹⁸

É fundamental que se invista no fortalecimento dos sistemas de informação e vigilância em saúde, com a digitalização da área, ações preventivas e apoio à melhoria da gestão da saúde. Além de contribuir para a racionalização dos gastos no setor, uma vez que reduz o número de procedimentos de alta complexidade que oneram o orçamento público, esse enfoque representa uma importante contribuição para a redução das desigualdades em saúde, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a ampliação da infraestrutura e o reposicionamento adequado do equipamento de saúde no território.

A missão *Saúde como motor do desenvolvimento* tem como objetivo fortalecer a demanda e a oferta de saúde no Brasil. O desafio é ampliar e melhorar os serviços de saúde ao mesmo tempo em que se investe no fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS). A melhoria dos serviços de saúde requer o uso de mais e melhores equipamentos, pessoal qualificado, materiais hospitalares e serviços especializados. Os investimentos no complexo industrial da saúde – incluindo, entre outros, os setores de fármacos, farmoquímicos, equipamentos e maquinário diverso – podem, assim, contribuir para acelerar o crescimento econômico (Figura 6).

⁹⁷ O Art. 196 da constituição federal estabelece que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

⁹⁸ GADELHA, C. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 521-535, 2003.

Figura 6: Saúde como motor do desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Mazzucato (2018).

Os projetos da missão *saúde como motor do desenvolvimento*, ainda em fase conceitual, oferecem caminhos para o alcance da missão. São eles:

- Fomentar a produção e inovação no Complexo Econômico-Industrial da saúde (CEIS)
- Infraestrutura associada à saúde
- Digitalização e melhoria da gestão em saúde

a. Fomentar a produção e inovação no Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS)

O desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e dos setores a ele associados apresenta um enorme potencial de geração de empregos de alta qualidade, contribuindo para o fortalecimento da produção e o aumento da produtividade. Em paralelo, levaria ao aumento da inovação e da complexidade econômica do Brasil, contribuindo para a redução das emissões per capita de gases de efeito estufa e da desigualdade de renda.⁹⁹

⁹⁹ GADELHA, C. (2021). O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0: por uma visão integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental. In: Cadernos do Desenvolvimento (jan-abril de 2021), v. 16, n. 28. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/550>

O CEIS engloba setores de alta complexidade econômica, como a produção de fármacos e equipamentos médicos especializados (a exemplo dos respiradores, que ganharam notoriedade durante a pandemia da covid-19). Esses setores têm elevado potencial de geração de empregos de qualidade (ODS 8), sendo também altamente relacionados à pesquisa científica e à inovação tecnológica (ODS 9). Além disso, por se tratar de setores de alta complexidade, apresentam também menor intensidade de emissões de gases de efeito estufa¹⁰⁰ (ODS 13). O complexo da saúde também movimenta setores de menor intensidade tecnológica, relacionados à produção de equipamentos de proteção individual (EPIs), entre outros insumos. Nesse sentido, o SNF poderia fomentar a demanda por bens desses setores, contribuindo para a geração de novos empregos, ainda que de menor especialização, promovendo o aumento do emprego formal e apoiando a redução da desigualdade de renda (ODS 10).

Bancos federais e a Finep têm papel estratégico na provisão de linhas de crédito para fortalecimento do CEIS e na ampliação dos serviços de saúde locais. Agências de fomento e o Sebrae complementariam essa rede com crédito e capacitação às empresas do CEIS. Em parceria com bancos de desenvolvimento regionais, o Sebrae também poderia apoiar a inovação para o desenvolvimento de tecnologias na saúde. Juntas, essas instituições atuam para: (i) a ampliação do financiamento de projetos de P&D; (ii) ampliação do crédito para firmas do CEIS; (iii) fomento à capacitação e gestão de empresas do complexo; e (iv) desenvolvimento de parcerias com instituições que já atuam no setor da saúde. Cada uma das estratégias, atores relevantes do SNF, exemplos de iniciativas replicáveis e *benchmarks* internacionais são descritos nos parágrafos a seguir.

O SNF é um ator que tem papel relevante nessa agenda, atuando no financiamento de tecnologias e P&D em setores da saúde (no conceito amplo de CEIS). Esse tipo de financiamento favorece indústrias de alta complexidade, qualificando a oferta de produtos de saúde e gerando um impacto potencial relevante nos níveis e qualidade do emprego e da produção nacional. O investimento em novas tecnologias aproxima o Brasil de outros países, abrindo portas para a atração de investimento estrangeiro e participação mais qualificada nas Cadeias Globais de Valor.

¹⁰⁰ Romero, J. P., and Gramkow, C. (2021). Economic Complexity and Greenhouse Gas Emissions. World Development. 139, 105317. doi:10.1016/j.worlddev.2020.105317. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X20304447>

Um eixo importante de atuação do SNF seria o de fomento, inovação e compras públicas em saúde. A garantia de demanda é fundamental para o desenvolvimento de produtos de saúde, especialmente ao se considerar o investimento elevado em P&D associado ao desenvolvimento de novos fármacos, dispositivos para saúde, entre outros. As compras públicas do SUS tem peso significativo na demanda de saúde no Brasil, sendo fundamental melhorar a coordenação entre iniciativas de uso do poder de compra do Estado e a atuação das instituições do SNF no fomento à produção e inovação, contribuindo assim para um setor de saúde mais resiliente e inovativo.

Para ilustrar esse potencial de coordenação do SNF, é possível pensar num alinhamento entre as compras públicas do SUS e a subvenção econômica da Finep para o desenvolvimento das tecnologias de maior risco e, em um segundo momento, o crédito do BNDES para a produção daquela tecnologia. Essa combinação de atores e instrumentos poderia potencializar o crescimento do setor no Brasil, contribuindo para aumentar a capilaridade da atuação do SNF nessa agenda.

Agências de fomento também poderiam criar ou ampliar linhas de crédito voltadas para empresas do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. O Badesul e o Badesc já possuem linhas de crédito para o setor da saúde. São, portanto, instrumentos que podem ser aperfeiçoados e adotados por outras instituições do SNF, potencializando uma atuação assertiva do sistema em setores estratégicos do complexo da saúde. Outra possibilidade de apoio do SNF ao CEIS seria a criação de fundo garantidor de crédito voltado exclusivamente para empresas dos setores que integram o complexo. Critérios diferenciados poderiam ser estabelecidos levando-se em consideração o nível de complexidade do setor e/ou a intensidade da pesquisa e desenvolvimento do projeto.

No que se refere à ampliação do crédito para empresas do complexo industrial da saúde, linhas de crédito poderiam contribuir para a modernização da gestão via adoção de soluções em TICs. Nessa linha, o Sebrae poderia desempenhar um papel chave no fomento a melhorias de gestão e capacitação de empresas do complexo da saúde. A título de exemplo, o Sebrae, por meio do Projeto Setorial Saúde e bem-estar no Amapá, tem apoiado microempresas

e empresas de pequeno porte do segmento de saúde e bem-estar (serviços médicos, clínicas médicas e odontológicas, laboratórios de análises clínicas, fonoaudiologia, clínicas de fisioterapias e clínicas de estética, nutrição, farmácias e academias) na gestão, produção, design e marketing.

Por fim, no que se refere ao desenvolvimento de parcerias com instituições que já atuam no ramo da saúde, a implementação da missão *saúde como motor do desenvolvimento* requer uma rede de parcerias com agências de fomento multilaterais, como o BID, que possui experiência tanto no desenho e avaliação como na implantação de programas para o aperfeiçoamento da gestão de saúde local e de melhoria do equipamento de saúde pública e privada no país. O sucesso de um projeto que busca fortalecer o CEIS no Brasil depende também de uma maior articulação entre programas e instrumentos e oferta e demanda tecnológica para que os recursos sejam investidos em atividades com maior potencial de geração de *spillovers* produtivos, emprego e crescimento econômico.

Parcerias com instituições de pesquisa em saúde no país, em especial a Fiocruz, além de outras fundações¹⁰¹ e universidades públicas, seriam fundamentais para o desenho de programas específicos concentrados no desenvolvimento de produtos para a saúde no Brasil. Ainda, cooperação com universidades públicas e centros técnicos federais seriam importantes para o desenho de estratégias e programas de capacitação técnica e superior alinhadas com a missão¹⁰².

Cabe destacar que o uso do poder de compra do Estado aliado a uma política de fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde poderia ter impacto significativo nos investimentos públicos e privados daqueles setores, contribuindo para a internalização de tecnologia e redução da dependência externa do Brasil no setor de saúde¹⁰³ – tendência que se agravou com a pandemia da covid-19. Iniciativas de política pública, a exemplo das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), programas de Encomendas Tecno-

¹⁰¹ Instituto Butantan, a Fundação Ezequiel Dias, entre outras fundações de pesquisa estaduais e municipais.

¹⁰² A Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), que atua em todo o território nacional em diversas frentes (desde a organização da prestação de serviços da Atenção Primária no âmbito do SUS até ações de incorporação de tecnologias assistenciais e de gestão), pode ser ator importante no aporte de recursos para o fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde no país e, nessa linha, um parceiro potencial para as instituições do SNF.

¹⁰³ Em 2020, a dependência do Brasil de importações no Complexo da Saúde se aproximou dos US\$ 20 bilhões, incluindo também bens intermediários, pagamento de serviços (como royalties, licenças, assistência, entre outros). Fonte: Revista RADIS, n.214, julho de 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/42342/2/FragilidadeRevelada.pdf>

lógicas na Área da Saúde – ETECS e Aquisição Estratégica, além do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS), são exemplos do uso do poder de compra do Estado com garantia de demanda futura e fortalecimento da produção e inovação. Um aperfeiçoamento do uso do poder de compra do Estado poderia ser a inclusão de condicionantes ligados à sustentabilidade. O peso da demanda do SUS tem impacto significativo sobre as decisões estratégicas das empresas do setor, podendo ser utilizado para estimular novas formas de produção mais sustentáveis.

O SNF poderia utilizar recursos de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis e *equity* para interação entre empresa e ICTs, com modulação a partir do risco tecnológico, alocando recursos de subvenção e não reembolsáveis em projetos de maior risco. Uma mesma empresa poderia receber recursos de diferentes modalidades em diferentes fases do projeto. Ainda, diversas instituições do SNF teriam capacidade de gestar *hubs* de inovação voltados ao desenvolvimento de tecnologias na saúde. Por sua vez, a Finep poderia aportar subvenção econômica e recursos não reembolsáveis para produtos da saúde em estágios iniciais de desenvolvimento que possam fazer frente à demanda do SUS, em especial produtos que onerem sobremaneira o orçamento da saúde no Brasil, a exemplo dos medicamentos biológicos.

b. Infraestrutura associada à saúde

A ampliação da infraestrutura básica de saúde e a melhoria da rede de tratamento de média/alta complexidade são fundamentais para garantir a integralidade e a universalidade do sistema de saúde, contribuindo diretamente para a redução da desigualdade, para tornar cidades e comunidades mais inclusivas e para a geração de empregos. O financiamento para a construção, ampliação e reestruturação de equipamentos de saúde – incluindo hospitais e unidades básicas de saúde – funciona também como estímulo à demanda para as atividades do CEIS, favorecendo especialmente setores de mais alta complexidade econômica.

Aos moldes das linhas de financiamento do BID para o setor de saúde, o SNF poderia desenvolver produtos mais complexos e abrangentes para financiar a ampliação e requalificação do equipamento de saúde do país por meio de empréstimos a estados e municípios. Essa seria uma contribuição fundamental do SNF para o desenvolvimento brasileiro, tendo em vista o impacto do investimento em infraestrutura associada à saúde na expansão do sistema, na demanda para os setores do CEIS e no alcance das metas de universalidade do SUS.

Cases de atuação do SNF

BNDES – dispõe de linhas de financiamento para modernização das redes de saúde locais e para a expansão e/ou modernização da estrutura física das instituições filantrópicas de saúde sem fins lucrativos que participem de forma complementar ao SUS, visando o aumento da capacidade de atendimento e/ou a melhoria da qualidade da prestação de serviços de saúde.

BDMG – atuou em projetos de financiamento à infraestrutura de saúde e à biotecnologia voltados para a produção de fármacos.

O sistema poderia utilizar recursos dos fundos constitucionais e de desenvolvimento regional (FCO, FNO e FNE) para a ampliação dos serviços de saúde nessas regiões visando a redução das desigualdades regionais ou, ainda, promover a modernização de linhas de financiamento para administrações públicas (PPP e PPI) de infraestrutura de saúde, a partir de recursos do BNDES e do FEP-Caixa. Cabe destacar que as possibilidades apresentadas envolvem a mobilização de recursos com períodos longos de carência e um retorno do investimento de longo prazo, afetando diretamente a viabilidade das propostas.

c. Digitalização e melhoria da gestão em saúde

Ações para a melhoria da gestão em saúde, digitalização de serviços e fortalecimento das redes – em especial por meio do emprego de tecnologias da informação e comunicação – contribuem para o alcance das metas de saúde (ODS 3), bem como para o desenvolvimento do complexo econômico-industrial da saúde (ODS 9) e seus setores associados e para a melhoria do gasto público (ODS 16).

Em avaliações recentes de sua estratégia de financiamento social no Brasil, o BID destacou as seguintes necessidades do país: (i) a prioridade de reorganizar os serviços em redes integradas com foco no fortalecimento da atenção primária à saúde, aumentando a eficácia da prevenção e do tratamento em um contexto de austeridade fiscal; (ii) a importância dos instrumentos de acompanhamento do tratamento do paciente, principalmente o histórico clínico eletrônico, para reduzir a sobreposição e regular com eficiência o acesso a serviços de média e alta complexidade; e (iii) a importância de introduzir mecanismos reconhecidos de avaliação, a fim de melhorar a qualidade e o custo-benefício do serviço.

O SNF poderia financiar programas de digitalização e melhoria da gestão e sistemas de informação em saúde por meio da liberação de recursos do FNDCT para inovação digital na área da saúde. Alternativamente, poderia financiar infraestrutura de conectividade (incluindo 5G) para pequenas e médias empresas prestadoras de serviços de saúde nas cidades, no campo e em zonas de acesso remoto.

Cases de atuação do SNF

BNDES – dispõe de programas de financiamento para implementação de soluções tecnológicas de gestão integrada de atenção à saúde, além da aquisição de equipamentos de informática visando a modernização das redes de saúde locais.

Banco do Brasil – dispõe de programas de financiamento visando o fortalecimento do SUS. O programa eficiência municipal, por exemplo, apoia projetos de aperfeiçoamento da gestão da saúde¹⁰⁴.

¹⁰⁴A Caixa Econômica Federal possui programas semelhantes.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento

As missões abrem uma janela de oportunidade para uma contribuição transformadora do SNF em áreas centrais para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Não obstante, os desafios a serem enfrentados pelas IFDs nessa jornada também são substanciais. É, portanto, nesse contexto que o Plano ABDE 2030 apresenta um conjunto de propostas para o fortalecimento do SNF – incluindo ações internas e externas a cada IFD – com vistas a contribuir para que as instituições enderecem desafios que impactam no exercício de suas potencialidades, limitando o papel catalisador que o SNF pode ter para o financiamento ao desenvolvimento sustentável no país.

Para identificar as principais ações e propostas de fortalecimento para o SNF, o Plano ABDE considerou o mapeamento apresentado na seção anterior de iniciativas do sistema que estão alinhadas aos ODS e/ou que podem ser fortalecidas visando potencializar a sua contribuição para a transição sustentável. Além disso, o exercício se beneficiou da contribuição de especialistas do SNF e de outras instituições parceiras nacionais e internacionais que possuem forte conexão com o SNF e com as missões propostas o avanço da Agenda 2030 no Brasil.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Cabe destacar que as propostas de fortalecimento do SNF também foram desenvolvidas tendo como base o resultado da atuação contínua da ABDE junto ao governo federal e subnacional, órgãos reguladores e supervisores, organismos internacionais, entre outros, a partir de necessidades do SNF e de demandas de seus associados.



As seções a seguir são divididas em sete temas para descrição do conjunto de ações e propostas para o fortalecimento do SNF. São eles: (i) disseminação do papel do SNF; (ii) internalização dos ODS nos marcos institucionais e regulatórios do SNF; (iii) articulação com atores estratégicos; (iv) adequação do marco institucional e regulatório das IFDs; (v) fontes de recursos; (vi) fortalecimento do uso de *blended finance*, garantias e instrumentos inovadores

i. Disseminação do papel do Sistema Nacional de Fomento

Um dos pontos de partida da transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e inovativo, que contemple políticas públicas estruturantes de longo prazo, é o reconhecimento da relevância de mecanismos de financiamento público para a sustentação e realização de investimentos. O papel do SNF nas principais transformações históricas das estruturas social, econômica e tecnológica reitera sua capacidade de atuar como instrumento na implementação de políticas públicas e de financiamento da agenda de sustentabilidade. Por isso, a transparência e a disseminação das ações são cruciais para justificar a atuação das instituições de fomento e fortalecer suas estruturas internas e externas visando a realização da série de investimentos esperados para essa agenda.

Nesse contexto, é oportuno intensificar a transparência e a prestação de contas da contribuição do SNF para o desenvolvimento e para o cumprimento dos ODS no Brasil. A comunicação é favorecida pela divulgação de dados das instituições e pela troca de experiências entre os agentes, pois, com a clareza sobre os resultados obtidos por essas instituições, pode-se identificar avanços na agenda e potenciais desafios a serem enfrentados. Para isso, é necessário fortalecer o monitoramento de ações e avaliações *ex-ante* e *ex-post* das políticas de financiamento dessas instituições, com desenvolvimento de metodologias de mensuração de resultados intermediários e finalísticos, para que todo o processo de crédito seja monitorado até o alcance dos seus objetivos, permitindo assim a divulgação, disseminação e prestação de contas dos resultados para a sociedade.

Para que isso ocorra, as instituições do SNF devem investir em desenvolvimento, aprimoramento e implementação de metodologias de análise de impacto e monitoramento de suas atividades. Meto-

dologias capazes de traduzir números ou descrição qualitativa da evolução de determinados contextos socioambientais. A capacitação das instituições é um passo fundamental para viabilizar a incorporação dessas metodologias.

Experiências internacionais, como a do BID, mostram a relação positiva entre monitoramento, operação e gestão atrelados aos ODS. O BID define a contribuição esperada de cada projeto aos ODS no momento da sua aprovação. O banco também aprova um *grant* para cada projeto fazer um *randomized controlled trial*¹⁰⁶, a fim de prestar contas dos resultados e gerar aprendizados para iniciativas futuras. Durante a implementação, a contribuição do projeto para os ODS é monitorada por um robusto conjunto de indicadores. Esses resultados alimentam desde estratégias setoriais até o Quadro de Resultados Corporativos, ferramenta de mais alto nível para monitorar o desempenho e o cumprimento dos objetivos estratégicos do banco.

No SNF, a criação de um painel de informações preciso, padronizado, de qualidade e com dados desagregados pode orientar o desenvolvimento de ferramentas comuns e *benchmarks* para medir risco e impacto do sistema de forma comparável. Nesse sentido, duas ações coordenadas pela ABDE se destacam:

- **Projeto SNF e ODS** (ABDE em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD): desenvolve metodologia para a classificação da carteira das IFDs nos ODS, com vistas a identificar a contribuição do SNF para a Agenda 2030, gerando dados e informações fundamentais sobre o alinhamento do SNF e da priorização dos ODS nessas instituições. Status: em andamento.
- **Proposta ABDE e Sistema ONU Brasil**: proposta de construção de um painel de informações sobre a atuação do SNF na Agenda 2030. Esse painel poderá contribuir com trocas de experiência entre os integrantes do sistema para fins de internalização de boas práticas. Ainda, poderia apoiar a criação de prêmios, publicações, eventos, entre outros para divulgar os ODS e outras áreas de contribuição da política de fomento visando uma maior e melhor disseminação, internalização, monitoramento e transparência da Agenda 2030 no Brasil. Status: em negociação.

¹⁰⁶ *Randomized controlled trial* (RCT) ou estudo randomizado controlado é um tipo de desenho de experimento científico que visa reduzir vieses ao testar um novo tratamento experimental. A randomização minimiza o viés de seleção e os diferentes grupos de comparação permitem que os pesquisadores determinem quaisquer efeitos do tratamento quando comparados com o grupo sem tratamento (controle), enquanto outras variáveis são mantidas constantes.



(...) pode ter um impacto ainda maior à medida que o sistema integre de forma articulada o ecossistema de governança (...)

ii. Internalização dos ODS nos marcos institucionais do Sistema Nacional de Fomento

Como apresentado na parte inicial do Plano ABDE 2030, várias instituições de fomento avançaram na internalização da Agenda 2030 em seus marcos institucionais, no entanto ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o SNF exerça todo o seu potencial de contribuição para a Agenda 2030. Existe espaço para um alinhamento mais equilibrado do planejamento estratégico das instituições do SNF com os ODS à medida que aumentar a conscientização dessas instituições sobre a Agenda 2030. Para tanto, é preciso, primeiro, sensibilizar as altas lideranças dessas instituições sobre a urgência da Agenda 2030, passando pela Diretoria até chegar ao Conselho de Administração e acionistas. Isso porque a Lei das Estatais (Lei 13.330/2016, art. 23) esclarece que cabe ao conselho aprovar anualmente: i) o Planejamento Estratégico de Longo Prazo; ii) a análise dos riscos e oportunidades da estratégia, para no mínimo, os próximos cinco anos; e iii) o Plano de Negócios anual, com suas metas e indicadores.

A integração de linguagem e objetivos comuns às instituições de fomento em relação aos ODS, bem como a oportunidade de aprendizado institucional, por meio da troca de experiências, pode ser essencial para a construção de agendas compartilhadas entre as IFDs e os gestores de políticas públicas, para a orientação das políticas de desenvolvimento sustentável e para um planejamento coordenado e efetivo para alcance das metas. Cabe destacar o projeto ODS da ABDE em parceria com a GIZ e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), que colabora com a priorização e internalização dos ODS nas ações estratégicas das IFDs e é um esforço inicial importante no processo de reconhecimento e apropriação da agenda pelas instituições considerando as características do sistema. A metodologia, em fase de implantação experimental em algumas instituições, deverá ser expandida para os demais membros do SNF, de forma a criar um padrão de dados e informações das IFDs, facilitando a identificação e avaliação de iniciativas das instituições na Agenda 2030. A iniciativa, ora em fase de piloto, contribui para a consolidação de uma visão ampla e integral do alinhamento do SNF aos ODS.

Algumas ações podem contribuir positivamente para alavancar o potencial individual e sistêmico de atuação do SNF no financiamento das metas da Agenda 2030, a exemplo da: (i) sensibilização das altas lideranças; (ii) internalização dos ODS no Planejamento Estratégico das instituições do SNF, com a inclusão de metas relativas aos ODS nos indicadores de performance (KPIs) institucional; (iii) capacitação do corpo técnico em torno de taxonomias; (iv) fortalecimento das capacidades de monitoramento e avaliação de indicadores, inclusive para a mensuração e gerenciamento de potencial cruzado e efeito transbordamento entre os ODS; (v) captação de recursos e conhecimento de benchmarks internacionais para o cumprimento dos ODS; e (vi) realização de diagnóstico/mapeamento dos territórios em que as IFDs atuam para identificar gargalos e, conseqüentemente, prioridades de desenvolvimento local; (vii) criação de incentivos para uma atuação alinhada ao cumprimento dos ODS no âmbito do corpo funcional das instituições do sistema por meio de programas de capacitação e treinamento.

A relevância do papel que o SNF tem na promoção dos ODS no Brasil – financiando políticas públicas, atuando de forma anticíclica, fomentando setores estratégicos, financiando projetos de longo prazo, contribuindo com a estruturação de projetos e induzindo a formulação de políticas para o desenvolvimento do país – pode ter um impacto ainda maior à medida que o sistema integre de forma articulada o ecossistema de governança, financiamento, políticas públicas e monitoramento dos ODS no país.

A criação de um sistema robusto de monitoramento das metas e indicadores da Agenda 2030 poderia ter um impacto positivo para a atuação do SNF nos ODS, contribuindo para a identificação de prioridades de financiamento pelos atores do sistema.

a. Aprimorar os processos e digitalização das IFDs

O protagonismo de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na economia e na resiliência das IFDs é um elemento fundamental para uma atuação eficiente das instituições na agenda sustentável. Para essas instituições, fortalecer a capacidade de processamento de dados e informações é crucial para reduzir tempo, agilizar processos, minimizar custos, melhorar a eficiência nas operações, fortalecer segurança da informação e reduzir assimetrias de informação.

Apesar de todo processo de transformação e modernização tecnológica experimentado pelo Sistema Financeiro nos últimos anos, a pandemia da covid-19 acelerou o debate sobre o processo de digitalização no país. Para se manterem vivas, as empresas precisaram adaptar seus negócios a um novo consumidor digital. As IFDs, em especial os bancos, não ficaram de fora dessa adaptação. Elas tiveram que se reinventar, remodelando rapidamente seus processos, a fim de encontrar soluções tecnológicas para melhor atender a demanda de crédito e financiamento.

O advento da crise sanitária ressaltou a importância do mapeamento das competências digitais das IFDs e dos processos a serem considerados na melhoria da estrutura de digitalização adotada por IFDs no Brasil, enfatizando a necessidade de conhecimento sobre o potencial de ampliação da capacidade operacional das instituições, em especial para atendimento das demandas de investimento sustentável no Brasil. Assim, é preciso estimular processos de digitalização nas IFDs que apoiem seus sistemas, mitiguem riscos e viabilizem novas oportunidades em operações.

O SNF segue a tendência de incorporação de IA nas suas atividades, desde aplicativos até a utilização de assistentes pessoais, possibilitando um atendimento personalizado com todos os dados dos clientes disponíveis em bancos de dados. Destacam-se nessa agenda: Banco do Brasil, BNDES e Basa. As demais instituições também não mediram esforços para aprimorar seus processos e incorporaram inovações, como a plataforma de *crowdfunding* do Badesul e o robô de crédito da Goiás Fomento.

Portanto, a transformação digital do SNF é um tema prioritário. A modernização gradual do sistema com as novas tecnologias tende a trazer melhorias tanto para os clientes quanto para as instituições financeiras. As soluções permitirão maior agilidade aos processos de concessão de crédito, diminuindo a burocracia e assimetria de informações, gerando maior segurança, confiabilidade e transparência nas tomadas de decisão.

Considerando as especificidades de atuação do sistema, há necessidade de melhor entender as alternativas para promover a sua transformação digital, em especial para os bancos de desenvolvimento e agências de fomento, que contam com recursos orçamentários limitados para promover os investimentos necessários em tecnologia da informação. Por outro lado, essas instituições se veem na necessidade de adotar essas novas formas de atuação, incluindo a utilização maciça de tecnologia, análise de dados e digitalização de procedimentos¹⁰⁷.

Como primeiro passo, recomenda-se a realização de um *benchmarking* internacional com instituições de desenvolvimento de outros sistemas de fomento para (i) mapeamento das competências digitais requeridas no processo de transformação digital das IFDs; e (ii) diagnóstico sobre os processos a serem considerados na melhoria da estrutura de digitalização adotada por IFDs no Brasil, enfatizando a necessidade de conhecimento sobre o potencial de ampliação da capacidade operacional das instituições, em especial para atendimento às demandas de investimento sustentável no Brasil.

Uma alternativa, já adotada e que pode ser aprofundada, é a contratação de soluções tecnológicas e *fintechs* para possibilitar rápida disponibilização e utilização de tecnologias de ponta. Entretanto, as IFDs, em sua maioria públicas, em função das regras de contratação pública, enfrentam desafios para realizar a contratação de soluções tecnológicas que lhe permitam aumentar a eficiência. Nesse caso, uma alternativa poderia ser a construção de contratações conjuntas de soluções, que podem melhorar o fluxo operacional com foco no cumprimento dos ODS.

¹⁰⁷ O Open Banking reforça essa necessidade, pois pode abrir um leque de oportunidades para o sistema, desde a redução da assimetria de informações, o que permite uma análise de crédito mais qualificada, até a possibilidade de acessar novos mercados e clientes. Entretanto, o arcabouço regulatório e a infraestrutura tecnológica empregada, muito voltada para a atuação dos bancos de varejo, ainda dificultam o entendimento sobre as vantagens desse processo inovador para as IFDs subnacionais.

É preciso, portanto, aumentar o conhecimento sobre processos de digitalização nas IFDs que apoiem seus sistemas, mitiguem riscos e viabilizem novas oportunidades em operações, tendo em vista a falta de informações consolidadas sobre a maturidade das práticas de transformação digital adotadas pelas instituições do SNF. Nesse cenário, é essencial potencializar os instrumentos de acompanhamento e de apoio técnico às IFDs nessa agenda.

Uma outra perspectiva relevante é o desafio posto para o SNF de promover a inclusão digital das MPMEs. O acesso a soluções tecnológicas permite que empresas reduzam custos e controlem melhor os impactos ambientais e sociais de sua produção/atuação. Para ilustrar, elas podem fazer uso de plataformas para gestão do licenciamento ambiental e de softwares de gestão de sustentabilidade para o controle de emissões de gases do efeito estufa, energia, água e resíduos. Por essa razão, acelerar o processo de digitalização das MPMEs é um tema de alta relevância para o SNF, tendo em vista a sua forte atuação no apoio às MPMEs.

Combinações entre mecanismos tradicionais e novos instrumentos financeiros será fundamental para o avanço desejado na contribuição do SNF para a digitalização das MPMEs. Estruturar um portfólio de instrumentos de financiamento para cada etapa do processo de inclusão digital, considerando a utilização de forma híbrida de instrumentos como *grant*, dívida, subsídio fiscal e outros, aumentaria também a possibilidade de atrair o capital privado para se conectar a essas estruturas por meio de arranjos de *blended finance*.



Para o avanço da agenda, outros desafios terão que ser enfrentados, a exemplo da capacitação dos empreendedores, na qual o Sebrae tem papel fundamental; comunicação clara e objetiva às MPEs sobre as fontes e mecanismos de acesso ao financiamento; comercialização de serviços/produtos inovadores e a utilização de critérios diferenciados para análise do projeto por parte das instituições de fomento.

iii. Articulação com atores estratégicos

Há espaço para fortalecer a articulação dos investimentos das instituições do SNF com o planejamento plurianual da União, estados e municípios e daqueles com os ODS, como recomenda a Agenda de Ação de Adis Abeba. Esse alinhamento aumentaria a capacidade do SNF atuar de forma conjunta, interagindo com outras entidades públicas e privadas a partir de uma estratégia coordenada que apoie políticas públicas e a Agenda 2030 com base nas missões aqui elencadas. No mais, a Agenda de Ação de Adis Abeba recomenda que todos os países mantenham “estratégias de desenvolvimento sustentável coesas, nacionalmente apropriadas e apoiadas por *Estruturas Nacionais de Financiamento Integradas (ENFI)*”¹⁰⁸. Para o caso do Brasil, o SNF pode apoiar o desenvolvimento de uma ENFI que irá direcionar financiamento a projetos de desenvolvimento sustentável e promover a Agenda 2030 no país.

Algumas experiências internacionais ilustram esse papel de articulação entre as instituições públicas de fomento com atores estratégicos de diferentes esferas visando o financiamento à sustentabilidade. O banco de desenvolvimento alemão KfW, por exemplo, alinhou a sua missão à estratégia alemã de desenvolvimento sustentável, incluindo mensagens centrais da Agenda 2030. O KfW prioriza, ainda, a construção de infraestruturas econômica e socialmente inclusivas, o desenvolvimento de setores financeiros eficientes e a implementação de medidas de proteção ambiental e climática e de adaptação às mudanças climáticas, além de programas de preservação dos recursos naturais. O KfW é um pioneiro entre as instituições de desenvolvimento com seu mapeamento de desembolso direcionado para cada ODS.

¹⁰⁸ A ENFI é uma ferramenta para ajudar os países a fortalecer os processos de planejamento e superar os impedimentos ao financiamento do desenvolvimento sustentável e dos ODS em nível nacional. Ela estabelece toda a gama de fontes de financiamento – fontes nacionais e internacionais de financiamento público e privado – e permite que os países desenvolvam uma estratégia para aumentar investimentos, gerenciar riscos e alcançar prioridades de desenvolvimento sustentável, conforme identificado na sua estratégia nacional de desenvolvimento. Para mais detalhes, ver: <https://inff.org/about>.



Na agenda de sustentabilidade, a Agenda BC# do Banco Central do Brasil tem contribuído para o avanço dos compromissos de sustentabilidade do SNF por meio do aprimoramento da regulação sobre riscos socioambientais (...)

Outro exemplo, no México, é a *Unidad de Banca de Desarrollo de México* (UBD), rede de instituições financeiras públicas para o desenvolvimento sob a direção da Secretaria de Finanças e Crédito Público, que é responsável por promover, dirigir e coordenar a política de financiamento das entidades que compõem o sistema nacional de fomento mexicano. A UBD é responsável pelas questões orçamentárias, administrativas e operacionais das instituições associadas e tem suas ações alinhadas com os objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento do México.

Já a Indonésia foi o primeiro país a desenvolver uma ENFI, de tal sorte que estratégias de financiamento foram articuladas para apoiar o plano de desenvolvimento de médio prazo do país e o plano de ação dos ODS; estruturas de monitoramento estão ativas para acompanhar o progresso em direção à visão nacional de desenvolvimento sustentável; e mecanismos institucionais foram implementados para coordenar a entrega do plano de desenvolvimento de médio prazo e o plano de ação dos ODS. O Centro de Financiamento dos ODS do Ministério do Planejamento da Indonésia (BAPPENAS), líder na implementação dos ODS, será o ponto focal da implementação da ENFI no país. O centro terá o papel de convocação, coordenação e harmonização de políticas e fará articulação com os ministérios e atores responsáveis pelas políticas de financiamento para construir uma abordagem holística de financiamento para o desenvolvimento sustentável, desenvolver produtos de financiamento inovadores e mobilizar investimentos privados.

Um passo relevante para a construção de um sistema de governança dos ODS no Brasil consiste na aprovação do PL 1308/2021, que institui a **Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, e na articulação dessa política com uma ENFI que estabelecerá um papel claro para o SNF no financiamento e monitoramento da Agenda 2030.

Em paralelo à construção de um sistema de governança, o Plano ABDE 2030 pode contribuir para que cada instituição do SNF desenvolva um plano de transição para uma economia sustentável alinhado ao potencial do SNF nessa agenda e adequado às suas realidades de atuação local e maturidade, aliando recursos públicos, privados e internacionais para realizar as missões propostas no capítulo anterior. O Plano ABDE 2030 busca contribuir para a coordenação das iniciativas do SNF, apoiar as IFDs no desenvolvimento dos seus planos de transição, articular parcerias nacionais e internacionais para a execução desses planos e apoiar o alinhamento estratégico do SNF à nova administração – inclusive para a formulação de estratégias nacionais e políticas públicas, bem como a pactuação de indicadores específicos para setores estratégicos.

É possível organizar, de maneira consorciada, a cooperação entre as instituições do SNF e outros atores institucionais, fortalecendo o processo de governança e contribuindo para o avanço da agenda. O Sebrae, Senai, Senac, as associações comerciais e outros podem ser parceiros instrumentais na captação e estruturação de projetos e na associação de serviços não financeiros aos serviços creditícios prestados pelas IFDs, aumentando sua atratividade e diminuindo seu risco. Essas instituições, e possivelmente outras, inclusive empresas privadas especialmente selecionadas, podem contribuir sobremaneira para uma melhor qualidade dos projetos, por vezes ainda limitada – notadamente nos temas prioritários de atuação das IFDs na Agenda 2030.

Em resumo, são ações importantes para a articulação dos atores estratégicos: (i) a coordenação dos planos de transição; (ii) apoio à criação de uma Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (PL 1308/2021) com papel claro do SNF no financiamento e monitoramento da Agenda 2030; (iii) criação de uma estrutura nacional de financiamento integrada (ENFI); e (iv) o monitoramento do Plano ABDE 2030, que poderia ser liderado por uma comissão de desenvolvimento sustentável no âmbito de um sistema nacional de fomento à transição sustentável.

iv. Adequação do marco institucional e regulatório das IFDs

A adequação do marco regulatório das IFDs tem como objetivo a revisão da regulação a que estão submetidas as instituições do SNF, buscando endereçar suas especificidades no mercado de crédito e sua importância sistêmica para a resiliência do Sistema Financeiro Nacional. A atuação das IFDs como braço de política pública no desenvolvimento sustentável para viabilização da Agenda 2030 demandará a identificação de caminhos que envolvem uma ampliação de suas possibilidades do ponto de vista regulatório para que exerçam papel diferenciado e adequado ao atual contexto.

Na agenda de sustentabilidade, a Agenda BC# do Banco Central do Brasil tem contribuído para o avanço dos compromissos de sustentabilidade do SNF por meio do aprimoramento da regulação sobre riscos socioambientais¹⁰⁹ e da divulgação de informações por IFDs¹¹⁰. Também merecem destaque iniciativas como os testes de estresse para riscos climáticos, a captura de informações de riscos sociais, ambientais e climáticos, a criação de linha financeira de liquidez sustentável e inclusão de critérios de sustentabilidade para seleção de contrapartes na gestão das reservas internacionais e para a seleção de investimento.

Há necessidade de reforçar a institucionalização de uma taxonomia nacional para a sustentabilidade, a fim de gerar segurança aos atores envolvidos em projetos dessa natureza. Diversas taxonomias estão em desenvolvimento no país e a consolidação e padronização em formato de legislação seria, sem dúvida, um avanço institucional. O SNF poderia mobilizar os atores para debater o assunto, articulando com os Poderes Executivo e Legislativo a construção de uma proposta. O Laboratório de Inovação Financeira (LAB), projeto da ABDE desenvolvido nos últimos cinco anos em parceria com o BID, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a GIZ, vem discutindo o assunto com os diversos atores membros da iniciativa, inclusive com o mapeamento taxonomias internacionais já adotadas.

Uma alternativa seria a construção de incentivos de tratamento diferenciado para gestão de risco socioambiental e climático. Isso poderia se dar, por exemplo, por meio de flexibilização por parte do

¹⁰⁹ Consulta Pública 85/2021; Resoluções CMN nº 4.943, 4.944 e 4.945

¹¹⁰ Consulta Pública nº 86/2021; Resolução BCB nº 139/2021; Instrução Normativa BCB nº 153/2021

Banco Central de exigências de capital para ativos de longo prazo associados à Agenda 2030. Ainda, poderia ser criado um sistema de *ratings* positivos – redutores de risco – para projetos associados aos ODS para recursos de longo prazo.

O SNF é um ator privilegiado para essa atuação uma vez que possui instrumentos de captação de prazo maior do que o mercado privado, possui mandato que o legitima nesse papel e pode contar com instrumentos federais de mitigação e compartilhamento de riscos, além de poder atuar como agente catalisador e sinalizador de projetos promissores para o mercado. Mais importante, ao financiar uma agenda positiva climática de longo prazo, o SNF estará efetivamente contribuindo para reduzir o risco sistêmico, na medida em que atua para reduzir a probabilidade (ou amenizar as consequências econômicas e sociais) da aceleração de eventos climáticos extremos.

Entretanto, a regulação hoje existente restringe as instituições subnacionais, em especial as agências de fomento, no desenvolvimento e utilização de instrumentos financeiros inovadores e compatíveis com o desafio da sustentabilidade apontado pelas recentes normas do BCB. O compromisso com a Agenda 2030 requer, neste momento, uma análise aprofundada das Resoluções do Conselho Monetário Nacional n. 2828 (Agência de Fomento) e n. 394 (Bancos de Desenvolvimento), bem como propostas concretas de alterações para que essas instituições possam cumprir com seus mandatos e com todas as possibilidades apontadas neste Plano ABDE 2030 e nas missões elencadas anteriormente.

O PL 4691/2016 cria regime especial de tributação para bancos de desenvolvimento e agências de fomento controlados pelos estados e deve ser apoiado pelo SNF. O texto do PL poderia ser reformulado, criando mecanismos de vinculações do incentivo tributário à promoção de projetos sustentáveis, que atendam às metas dos ODS. A retenção de percentual dos recursos a serem pagos de IR e CSLL, por exemplo, estaria vinculada à destinação ao financiamento de projetos sustentáveis, atrelados aos ODS específicos, de acordo com a necessidade de desenvolvimento da região de atuação ou mesmo para ODS priorizados pela Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (PL 1308/21), se aprovado o projeto, ou por uma política específica a ser criada.

v. Fontes de recursos

O *funding* das instituições do SNF é aspecto fundamental para o sucesso da atuação do sistema na agenda de desenvolvimento sustentável. As instituições do SNF precisam ter balanços sólidos e fontes de captação de recursos desatreladas de elementos cíclicos para cumprirem o seu papel de maneira rápida, eficiente e eficaz. Para isso, é importante que haja diversificação de fontes de *funding*, o que tem como ponto de partida uma maior integração com o BNDES e a Finep para que as instituições subnacionais possam contribuir com o financiamento, por exemplo, às micro e pequenas empresas.

Não obstante, a diversificação pode envolver o acesso a recursos não reembolsáveis para ações prioritárias, incentivo a novas formas de captação e de financiamento, mobilização de recursos junto ao setor privado nacional e internacional e viabilização de investimentos privados. No mais, seria possível ainda criar um sistema de autorregulação em ODS para o SNF, sinalizando critérios mínimos para adaptação de todas as instituições e que pode contribuir para melhor integração e sinergia entre as instituições do SNF.

Uma ação complementar à expansão das possibilidades de *funding* nacional seria a ampliação da captação de recursos de fundos e bancos internacionais e multilaterais. Para tanto, é fundamental aumentar e aprofundar o conhecimento e acesso do Sistema, sobretudo das agências de fomento, a esses fundos e bancos internacionais. Por outro lado, é importante que as instituições internacionais também proponham critérios diferenciados para o fornecimento de recursos, que sejam compatíveis com as especificidades das instituições e dos locais em que elas atuam.

Uma proposta seria alterar o artigo 2º da Resolução CMN n. 2828 para permitir que agências de fomento possam captar recursos junto a instituições financeiras internacionais e garantir essas operações via organismos multilaterais de desenvolvimento. A alteração da Resolução n. 2828, com vistas ao fortalecimento da captação internacional, também pode ocorrer por meio da permissão de emissão de letras financeiras, *green* e *social bonds* e títulos sustentáveis. A medida teria efeito positivo no acesso dessas instituições a recursos, além de ajudar a reduzir o risco do investi-

mento e atrair recursos do setor privado para projetos alinhados com os ODS. Somado a isso, poderia haver uma classificação pelo Banco Central das agências de fomento em diferentes níveis, de tal forma que algumas delas tivessem a possibilidade de emitir letras financeiras e títulos sustentáveis.

A criação de parcerias inovadoras, com financiamento sindicalizado ou consórcio de IFDs em torno de ODS específicos, que permitam as instituições consorciadas fazer *matchings* a partir de portfólios de políticas com diferentes insumos dos órgãos públicos daria escala para IFDs menores acessarem fontes de recurso dentro e fora do Brasil, além de capilaridade ao financiamento das IFDs maiores. Assim, fortalecer a coordenação do SNF se torna muito importante, pois pode potencializar o alcance e impacto dos projetos financiados. Essa nova forma de captação poderia se inspirar na parceria entre o Banco da Amazônia, o governo do estado de Roraima e a Desenvolve Roraima para canalização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

A criação de um fundo nacional de promoção dos ODS, que contasse com aportes da União, dos estados, dos municípios, de organismos multilaterais e do setor privado, poderia ser uma opção de política pública para prover recursos destinados ao alcance de metas sustentáveis. Esse fundo poderia ser criado em legislação específica, ou mesmo inserido no PL 1308/2021¹¹¹. Mecanismos de incentivos fiscais poderiam ser atrelados como fontes de receitas para o fundo. A sua gestão deveria ser exercida por uma instituição oficial (a exemplo do BNDES) e o repasse de seus recursos ficaria sob a gestão das instituições financeiras de desenvolvimento, assegurando que os objetivos determinados para sua aplicação fossem atingidos de forma regionalizada, criando condições para o desenvolvimento em todas as partes do país.

¹¹¹ Dispõe sobre a criação de uma política de promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Cabe destacar também a importância de preservar os Fundos Constitucionais (FNO, FNE, FCO e FNDCT) como fontes de recursos estáveis para o financiamento de longo prazo de investimentos públicos, do setor produtivo e das famílias, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, em especial alavancando projetos sustentáveis nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ao longo dos últimos anos, esses fundos trouxeram um retorno significativo à sociedade brasileira, sendo instrumentos cruciais para o desenvolvimento econômico do país. Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de sua política pública, os fundos são vitais para garantir iniciativas de financiamento da retomada econômica, aliviar a crise fiscal e promover o desenvolvimento regional.

A criação de uma coordenação para a atuação integrada entre os bancos gestores dos fundos e as instituições financeiras de desenvolvimento subnacionais que atuam nas regiões amparadas por eles, com definição de programas específicos, objetivos e metas voltadas para os ODS, poderia potencializar as oportunidades, contribuindo, inclusive, para a atração e canalização de recursos externos para o atendimento da necessidade regional.

A Lei nº 14.227/2021 ampliou a utilização do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), permitindo que o fundo viabilize a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e de parcerias público-privadas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O FGIE se configura como fonte de recursos importante, abrindo uma grande possibilidade de utilização pelas instituições subnacionais. O SNF poderia usar o FGIE para viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessões e PPPs; conceder garantias destinadas à cobertura dos riscos relacionados ao descumprimento de obrigações pecuniárias assumidas pelo parceiro público em PPPs; e permitir a participação em fundos de investimentos regulamentados pela CVM, na forma de capital semente.

Outros modelos poderiam ser estruturados como, por exemplo, ter uma instituição financiadora e outra que complementasse a operação com recursos não reembolsáveis¹¹². Agências de fomento ainda poderiam receber, analisar e filtrar os projetos, além de repassar a demanda para os bancos maiores (papel de agente mandatário). Seriam, assim, uma espécie de plataforma dos bancos maiores para fomento nos estados.

vi. Fortalecimento do uso de blended finance, garantias e instrumentos inovadores

Com a necessidade de fortalecimento de fontes de *funding* para o SNF e tendo em vista o volume de recursos necessários para o financiamento dos ODS, estratégias que permitam a ação conjunta de agentes públicos e privados ganham impulso para aumentar a disponibilidade de recursos para projetos de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, ganha força o *blended finance*, estruturas híbridas de financiamento que podem combinar instrumentos diversos, como capital subordinado (dívida, *equity* ou híbrido), garantias e seguros, grants (doações) para apoio a projetos, pagamento por resultados e assistência técnica. As IFDs são atores importantes no *blended finance* visando o uso estratégico dos recursos públicos e mobilização de recursos privados para a agenda sustentável.

¹¹² Por exemplo, o BNDES poderia atuar como financiador da parte bancarizada, enquanto a Finep concederia *grant*. Ao invés de o BNDES exigir garantia, o banco apenas exigiria uma pré-aprovação da Finep para conceder o financiamento.



O uso do *blended finance* não se trata da obtenção de mais recursos para as instituições de fomento, mas sim da criação de capacidade de mobilização de recursos em favor de projetos de desenvolvimento sustentável. O uso de finanças combinadas também atua em um importante aspecto relacionado a projetos de impacto sustentável, que são os riscos. Isso é evidente especialmente no caso de projetos de longo prazo, onde o compartilhamento dos riscos entre instituições públicas e privadas leva a um melhor balanceamento de riscos em suas carteiras e, com isso, pode permitir a realização de um maior número de projetos de investimento, assim como de projetos mais arrojados e inovadores.

A utilização do *blended finance* ainda é incipiente no país, como observado no relatório da OCDE sobre o papel das IFDs no desenvolvimento sustentável com destaque para o caso brasileiro¹¹³, porém vem sendo explorada de maneira crescente pelas IFDs e, portanto, deve compor as estratégias de fortalecimento de fontes de recursos para a Agenda 2030. No caso do Brasil, o relatório apontou que a maior parte dos recursos mobilizados por meio dessas estruturas ainda são canalizados principalmente para os setores de energia, bancário e serviços, sendo, portanto, crucial a sua expansão para todas as metas sustentáveis¹¹⁴.

Por sua vez, produtos de garantia são instrumentos de apoio ao desenvolvimento produtivo¹¹⁵. Eles têm o potencial de desenvolver os mercados financeiros no sentido de ampliar o seu alcance (inclusão e quantidade de empresas atendidas), adicionalidade financeira (volume e melhora das condições de crédito) e adicionalidade econômica (benefícios para a economia, como empregos, investimento, exportações). O Banco Mundial estabelece como um dos princípios para os sistemas de garantia de crédito que a abordagem de concessão de garantia “*deve refletir adequadamente um equilíbrio entre alcance, adicionalidade e sustentabilidade financeira, levando em consideração o nível de desenvolvimento do setor financeiro do país*” (TCU, 2021).

¹¹³ De acordo com o relatório da OCDE “The role of domestic DFIs in using blended finance for sustainable development and climate action: The case of Brazil.” Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/>

¹¹⁴ OCDE “The role of domestic DFIs in using blended finance for sustainable development and climate action: The case of Brazil.” Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/>

¹¹⁵ No exterior, o PIB real de algumas regiões da Alemanha aumentou cerca de 1,2 euros por cada euro alocado para garantias, a cada ano entre 1991-2015 (HENNECKE et al., 2017). Estudos de eficácia realizados no âmbito da Associação Europeia de Instituições de Garantia (AECM) no biênio 2009-2010 mostraram que as empresas apoiadas por fundos de garantia geraram mais postos de trabalho (entre 0,28 e 1,42) e observaram um aumento de 14,4% no emprego e um crescimento de 79% nos investimentos em relação às empresas não apoiadas (AECM 2020).

Importante mecanismo no Brasil, os fundos garantidores permitem a participação pública e privada e podem ser direcionados para uma atuação mais forte em torno dos objetivos da Agenda 2030. Os fundos de aval nacionais são administrados pelas instituições públicas, mas constituídos como entidade privada, isto é, com orçamento separado dessas instituições. O Fundo Garantidor de Investimentos, administrado pelo BNDES, conta ainda com aportes de instituições financeiras como condição para utilização do fundo, atuando como cotistas. Há, ainda, um número relevante de fundos de aval estaduais¹¹⁶, administrados por instituições subnacionais do SNF, nos quais os governos estaduais aportam recursos e as IFDs atuam como os administradores fiduciários. Assim, os estados assumem o risco, enquanto o banco se responsabiliza pela gestão.

As garantias ilustram a combinação da liderança do SNF com recursos privados para o financiamento. Ademais, os dados de operações com os fundos de aval nacionais mostram grande aderência de instituições financeiras privadas ao mecanismo, sendo, portanto, indicador positivo para o engajamento de atores no contexto da transição sustentável. Durante a pandemia da covid-19, o mecanismo, que já era amplamente utilizado pelas instituições financeiras nacionais, ganhou destaque.

Os programas emergenciais de apoio ao financiamento de MPMEs, como FGI PEAC e o FGO Pronampe, funcionam como mecanismo de compartilhamento de riscos entre a União e as instituições financeiras públicas e privadas nas operações de crédito para MPMEs. Cabe destacar também o FAMPE, fundo de aval do Sebrae que tem grande potencial, como, por exemplo, a proposta de fazer um fundo de aval em parceria com a Finep para inovação. Seria o primeiro fundo de aval com esse foco no país. Para o seu emprego em projetos alinhados à Agenda 2030, é importante endereçar as oportunidades e principalmente os desafios observados na utilização do mecanismo nesse contexto, tendo em vista as especificidades de projetos sustentáveis.

¹¹⁶ Banese(Fundo de Aval), Bansicred (FGCoop), Bancoob (FGCoop), Cresol (Fundo, Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop), Bandes (Fundo de Aval Bandes), BRDE (Fundo Garantidor ACATE (FGA)), Fomento PR (Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná – FAG/PR), Fomento Tocantins (Fundo Garantidor das PPIs – FAGE-Tocantins), Fomento MT (Fundo de Aval Garantidor de Mato Grosso – MT Garante), Desenvolve SP (Fundo de Aval – FDA), Badesc (Fundo de Aval do Estado de Santa Catarina – FAE/SC), BDMG (MG Investe Garantidor).

Uma medida importante no contexto atual seria, em primeiro lugar, a criação de fundo de aval para os ODS, com critérios bem definidos de concessão de crédito alinhado à obtenção de resultados sustentáveis e priorização de setores, contribuindo para alavancar recursos para essa agenda.

As garantias podem aumentar o apetite ao risco das instituições financeiras privadas para projetos socioambientais, especialmente para os inovativos, que tem a função de criação de alternativas mais sustentáveis e de aumento de produtividade no contexto dessa agenda, e, portanto, mais arriscados, sendo assim importante elemento no cumprimento das metas estabelecidas. Dessa maneira, o governo poderia estruturar fundos de aval com foco no atendimento das missões apresentadas.

Para viabilizar o uso do instrumento no contexto dos ODS e para que o mecanismo tenha atuação perene é necessário endereçar alguns desafios. O primeiro se deve aos recursos a serem aportados no fundo, que precisam de grande volume. Os aportes podem ser puxados pela iniciativa pública, que possui maior apetite ao risco em projetos de desenvolvimento, mas é fundamental que se estude possibilidades de complementação com aportes de instituições privadas e internacionais para dar vazão ao volume de investimentos estimados pela agenda. Além disso, as condicionalidades para o uso de fundos garantidores pelas instituições financeiras precisam abarcar as particularidades das instituições subnacionais, justamente por elas terem maior proximidade com a ponta da demanda e, portanto, maior capacidade de atendimento a investimentos sustentáveis em âmbito local.

Entre as alternativas para o uso do instrumento, pode-se pensar na adequação da utilização dos fundos garantidores nacionais e subnacionais já estabelecidos aos critérios ODS, que necessitaria de capacitação e internalização da agenda nas instituições e esferas de governo e sociedade. Ainda, em termos de estrutura, pode-se usar o exemplo dos programas garantidores públicos com aportes da União para a construção de mecanismo garantidor que faça parte de uma estratégia ampla de política pública nacional para a agenda sustentável.

Outros exemplos que devem ser considerados são Fundos Garantidores Solidários e Sociedades de Garantias de Crédito e fundos garantidores híbridos, com aporte de unidades federativas que permitam a atração de recursos de cotistas para composição do patrimônio líquido e que tenham critérios de concessão ODS bem definidos.

É possível, ainda, pensar a criação de fundos garantidores verticais para estimular industrialização de MPMEs e a transição energética, além da criação de um mercado ressegurador de fundos de garantia – como já possibilitado pelo Sistema Nacional de Garantia de Crédito¹¹⁷, à luz da experiência do BNDES – que permitisse remodelar o risco de forma a dar mais espaço para tomadores de crédito não tradicionais como *fintechs*, pequenos produtores rurais, e MPMEs lideradas por mulheres e pessoas negras. O mapeamento de iniciativas no Brasil e no exterior é fator crucial para articular propostas para uma estruturação e utilização adequada do mecanismo por todo o sistema financeiro em prol do fortalecimento da Agenda 2030.

No caso de parcerias público-privadas com inclusão de critérios ODS, o papel do SNF pode ser fundamental como: (i) investidor, por meio da participação acionária direta ou indireta via fundos de investimento; (ii) prestador, por meio da concessão de empréstimos-ponte às empresas concessionárias ou estruturas *mini-perm*; (iii) garantidor, por meio da proteção do contrato da concessionária contra variação cambial e hedge de taxas de juros aplicáveis ao financiamento tomado pelas concessionárias; (iv) desenvolvedor do mercado de capitais via emissão de títulos por meio das agências estaduais de fomento e dos bancos de desenvolvimento; (v) provedor de empréstimos suplementares e subordinados aos financiamentos de longo prazo, por exemplo, se a PPP não gerar caixa suficiente para pagar o serviço da dívida e/ou prestar o nível mínimo de serviços, ou se houver necessidade de recursos adicionais durante a implantação.

¹¹⁷ Instituído pelo Decreto nº 10.780/2021, nos termos do disposto no art. 60-A da Lei Complementar nº 123/2006)

No caso da Lei nº 14227/2021, o SNF poderia usar o fundo para viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessões e PPPs; conceder garantias destinadas à cobertura dos riscos relacionados ao descumprimento de obrigações pecuniárias assumidas pelo parceiro público em PPPs; e permitir a participação em fundos de investimentos regulamentados pela CVM na forma de capital semente.

As IFDs poderiam, ainda, atuar como estruturadoras, com financiamento pequeno suficiente para gerar confiança e atrair o capital privado, ou como melhoradoras, ao conceder garantia para emissão das empresas ou dando garantia para bancos pequenos que querem se financiar. No mais, o SNF pode atuar no apoio à estruturação de um *pipeline* de projetos, em especial para municípios menores.

Acompanhamento legislativo: projetos de lei de interesse do SNF na temática PPPs

PL nº 7063/2017 – altera a Lei nº 11.079/2004 para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por estados, pelo Distrito Federal e por municípios.

PEC nº 119/2019 – prevê, durante um período de quinze anos, que 1% (dos 3% previstos) dos fundos constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste (FNE, FNO e FCO) sejam destinados a investimentos públicos em infraestrutura logística de transporte ferroviário, rodoviário e hidroviário, e geração e transmissão de energia. A PEC nº 119/2019 também autoriza outras instituições financeiras, cooperativas de crédito e agências estaduais de fomento a conceder empréstimos com recursos dos fundos constitucionais.

O desenvolvimento do mercado de títulos verdes e sustentáveis contribui para a mobilização de agentes privados nacionais e internacionais para investimentos sustentáveis. Isso porque os títulos verdes dão maior transparência no uso de recursos e o rigor na elegibilidade de projetos são pontos positivos apontados pelos investidores, sendo, assim, extremamente importante para atração de capital nacional e internacional para projetos sustentáveis. Aqui se destacam as debêntures de infraestrutura como oportunidade de captação para empresas e projetos que atendam critérios ODS.



ABDE

2030

Plano de Desenvolvimento Sustentável

